

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Marcella Cristina Ever de Almeida

**A saúde e doença em sua relação com o trabalho das pescadoras/marisqueiras da
mesoregião Nordeste Paraense**

Rio de Janeiro

2016

Marcella Cristina Ever de Almeida

**A saúde e doença em sua relação com o trabalho das pescadoras/marisqueiras da
mesoregião Nordeste Paraense**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

A447s Almeida, Marcella Cristina Ever de
A saúde e doença em sua relação com o trabalho das
pescadoras/marisqueiras da mesoregião nordeste paraense. /
Marcella Cristina Ever de Almeida. -- 2016.
140 f. ; mapas

Orientador: Ary Carvalho de Miranda.
Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola
Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

1. Saúde do Trabalhador 2. Serviços de Saúde da Mulher.
3. Sistema Único de Saúde. 4. Previdência Social. I. Título.

CDD – 22.ed. –363.11098115

Marcella Cristina Ever de Almeida

A saúde e doença em sua relação com o trabalho das pescadoras/marisqueiras da mesoregião Nordeste Paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em saúde.

Aprovada em: 04 de julho de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Augusto Pina

Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Katia Reis de Souza

Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda (Orientador)

Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2016

Dedico esta pesquisa às mulheres que em sua caminhada lutam por dias melhores ...

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa fácil e ao mesmo tempo muito difícil, pois dificilmente irá contemplar, tudo o que simbolizou, significou e ensinou cada atitude, gesto, silêncio ou conversas. Coisas que são impossíveis de serem transcritas....

Primeiramente (Fora Temer! e...) quero agradecer às pessoas que conheci na caminhada militante cuja amizade, conversa e troca, me permitiram apreender uma sabedoria inestimável e que, indiscutivelmente fizeram de mim uma pessoa melhor.

Aos meus pais não tenho palavras suficientes para expressar o quanto sou grata por tudo e o quanto os amo.

A Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Escola Nacional Florestan Fernandes e Ministério da Saúde pela oportunidade e pelo apoio financeiro ao trabalho

Ao meu querido orientador Ary Carvalho de Miranda pela orientação, incentivo e paciência, grata por tudo.

Aos professores José Augusto Pina, Katia Reis de Souza e Ana Maria Tambellini pelas valiosíssimas contribuições com a pesquisa

Aos meus irmãos Marcelo, Marcio, Maria, Marcos, Murilo, Márcia e Mylena por todo amor, cumplicidade e mesmo longe me transmitir toda sua compreensão e carinho, em especial a Maria por ser mãe do Vinicius junto comigo, pois do contrário não seria possível minha participação nesse mestrado.

A minha grande amiga Cacilda Ledo pela companheirismo e amizade

Aos meus amigos de todas as horas Elaine, Amanda, Suelem, Geyse, Clarissa e o querido Cassio.

Ao casal mais amado seu João e Cristina, muito obrigada por tudo, vocês foram mais que companheiros.

Ao Companheiros do Mestrado por todas as valiosas contribuições ao longo deste trabalho, pela amizade e por compartilhar os sonhos, saber que não caminhamos só nessa estrada. Em especial Lenna e Clarice companheiras (manas) de todas as horas. Esse mestrado foi uma experiência mais que especial, foi a prova de que o amor fraternal, o companheirismo e o sonho sonhado junto, é alimento da alma, pois como diz a música Preludio de Raul Seixas: “Um sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha junto é realidade...”. Meus queridos levo todos vocês em meu coração.

Aos moradores da comunidade do Treme e a Aricuru pelo acolhimento e seu exemplo de força e superação na luta de todo dia. Em especial à Bete, Celsio, tia Maria, Suemi, tia das dores, Alan e meu querido primo Edilelson.

Aos companheiros do Movimento Nacional dos Pescadores (Luzanete, Josana) e Pescadoras, da Comissão Pastoral da Pesca (muito obrigada a Sueli, Iricina, seu Carlos, Laurineide, e Bil, que deu minha primeira cartilha sobre saúde das pescadoras e, claro meu querido amigo Valmir)

Aos companheiros(as) da Consulta Popular (em especial minhas queridas do setor de mulheres). Com vocês me fortaleço diariamente.

A todos os professores, a CPP e coordenação do curso pelos ensinamentos e toda dedicação. (Virginia, Isabel, Marcelo, Nivea, Cida, Mercedes, Alvaro e Marcos, Ana e Erica)

Ao meu queridíssimo tutor um obrigada especial Álvaro Anacleto por toda contribuição no trabalho e sensibilidade

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR –BA por compartilhar conhecimentos e pelo empenho na luta junto aos trabalhadores.

Agradeço imensamente ao Edson Coelho, Neoma, Eduardo, Gil e Barabara Hafyella pela contribuição no desenvolvimento da cartilha e incentivo à pesquisa.

E ao sr. Lidenilson Silva pelo aprendizado que nossa relação me trouxe.

Sem esquecer de sempre agradecer a Deus por tudo.

São tantos a agradecer e com tamanho carinho que seria impossível caber nessas páginas... Muito Grata!!

*“No rio e no mar: pescadoras em luta! Nos açudes e nas barragens:
pescando liberdade! Hidro negócio: resistir! Cerca nas águas:
derrubar!”*

(PALAVRA DE ORDEM DO MOVIMENTO DE PESCADORES E
PESCADORAS ARTESANAIS)

RESUMO

A presente pesquisa analisou o processo de trabalho e sua relação com a saúde e adoecimento das pescadoras/marisqueiras, e o acesso ao Sistema Único de Saúde e a Previdência Social nos municípios de Bragança e Maracanã, considerados como polo do setor pesqueiro na mesorregião nordeste paraense, os dois municípios são de grande importância no contexto pesqueiro do nordeste paraense. O trabalho foi desenvolvido nas comunidades do Treme (Bragança, PA) e Aricuru (Maracanã, PA). A primeira faz parte da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú e a segunda da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. A coleta de dados nas comunidades foi realizada no período de seis meses, com uma amostra de dez pescadoras/marisqueiras escolhidas de maneira aleatória de Bragança e dez pescadoras/marisqueiras igualmente escolhidas em Maracanã e, anamnese do contexto de vida e de trabalho das trabalhadoras. Posteriormente, as características das enfermidades foram confrontadas, com a informações coletadas no Sistema Único de Saúde e com a percepção das trabalhadoras e relatos dos profissionais de saúde locais. Buscou-se informações sobre as mais recorrentes formas de adoecimento das pescadoras/marisqueiras e foram verificadas a relação destas com o processo de trabalho e o suporte dado pelos sistemas públicos de saúde e previdência e o acesso às políticas públicas de saúde e previdência social, através do SUS e INSS. A pesquisa foi construída conjuntamente com as pescadoras para discutir as melhores formas de seu desenvolvimento e como utilizar os resultados enquanto ferramenta para as mesmas.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Serviços de Saúde da Mulher, Sistema Único de Saúde -SUS, Previdência Social.

ABSTRACT

This paper analyzed the working process and its relationship to health and illness of fisherwomen/shellfish gatherers, and the access to the Unified Health System and Social Security in the municipalities of Bragança and Maracanã, considered as a Complex of the fishing sector in mesoregion northeast of Pará, both cities are of great importance in the fishing context of northeastern of Pará. The research was developed in the community of Tremé (Bragança, PA) and in the community of Aricuru (Maracanã, PA). The first one belongs to the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu and the second one belongs to the Marine Extractive Reserve of Maracanã. The data collection in the communities was conducted in the period of six months, with a sample of ten fisherwomen/shellfish gatherers chosen randomly from Bragança and ten fisherwomen/shellfish gatherers also chosen randomly from Maracanã and, anamnesis of the context of life and work of searched workers. Subsequently, the characteristics of the disease were compared with the information collected in the Unified Health System and with the perception of workers and with the reports of the local health professionals. Data was sought on the most recurrent forms of illness in the fisherwomen/shellfish gatherers and were checked their relationship to the work process and the support given by public health systems and social security, and the access to public health policies and social security, through the SUS and INSS. The research was built in conjunction with the fisherwomen to discuss the best ways of development and how to use the results as a tool for them.

Keywords: Worker's health, Health Services for Women, Single system –SUS, Health, Social Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sistemas de Coordenadas Geográficas. Datum: Sirgas 2000, IBGE	46
Figura 2	Mapa da mesorregião nordeste paraense, evidenciando os locais de coleta	49
Fotografia 1	Fotografia 1: instrumento utilizado para pesca chamado matapí (arquivo pessoal)	111
Fotografia 2	Curral na maré seca (arquivo pessoal)	111
Fotografia 3	Local onde são coletados os sarnambis, na maré seca (arquivo pessoal)	112
Fotografia 4	Reunião de planejamento na comunidade de Aricuru Maracanã (arquivo pessoal)	112
Fotografia 5	Entrevista com pescadora (arquivo pessoal)	113
Fotografia 6	Rede de caranguejo depois de cozida, esfriando para que possa ser catada (arquivo pessoal)	113
Fotografia 7	Processo de cozimentos dos caranguejos na “rede” com a quantidade de 100 (cem) caranguejos (arquivo pessoal)	114
Fotografia 8	Parte do processo de catação do caranguejo e separação de chamada massa e patas (arquivo pessoal)	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADEPARÁ	Agencia de Defesa Agropecuária do Pará
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CEPNOR	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Fil.	Filosofia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPEP	Ministério Público do Estado do Pará
MPS	Ministério da Previdência Social
NTEP	Nexo Técnico Epidemiológico e Previdenciário
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ON	Orientação Normativa
PNPCFA	Política Nacional dos Povos do Campo da Floresta e Águas
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
RESEX	Reservas Extrativas
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RNST	Rede Nacional de Saúde do Trabalhador
SESAO	Serviço de Saúde Ocupacional
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento Da Pesca
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA	14
2	INTRODUÇÃO AO TEMA	16
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS	21
3.1	O trabalho	21
3.2	O trabalho das mulheres	22
4	OBJETIVOS	27
4.1	Objetivo geral	27
4.2	Objetivos específicos	27
5	METODOLOGIA	28
5.1	O método	28
5.2	Debate da relação entre trabalho e saúde	30
5.3	Instrumentais metodológicos	37
5.4	Procedimentos técnicos e contexto de desenvolvimento da pesquisa	41
5.5	Aspectos éticos	45
6	ÁREA DA PESQUISA: MESOREGIÃO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO DO SALGADO	45
6.1	Características ambientais	47
6.2	Base econômica local	48
6.3	Município de Bragança	49
6.3.1	Vila do Treme – Bragança – PA	51
6.3.2	Serviço de Saúde no Polo do Treme	52
6.4	Município de Maracanã	53
6.4.1	Comunidade de Aricurú – Maracanã-PA	55
6.4.2	Serviço de saúde no pólo dos Martins Pinheiro (que compreende Aricurú)	56
7	O COTIDIANO E PROCESSO DE TRABALHO DAS PESCADORAS/MARISQUEIRAS	57
7.1	Caranguejo uçá (<i>ucides cordatus</i>): etapas do processo de trabalho	61

7.2	Sarnambi (<i>anomalocardia brasiliana</i>): etapas do processo de trabalho	66
7.3	Outras atividades para aquisição de renda da marisqueira/pescadora	67
7.4	Algumas das atividades realizadas pelas mulheres	67
7.5	Descrição das atividades de trabalho	68
7.6	O lugar da mulher na cadeia produtiva	70
8	CONTEXTOS DE CARGAS NAS ATIVIDADES DAS MULHERES NA PESCA E A DISCUSSÃO DO QUE FAZER	73
8.1	O que falaram as marisqueiras e os trabalhadores da saúde?	75
8.2	Questões gerais sobre regulação e vigilância sanitária na região	76
9	QUESTÕES GERAIS SOBRE TRABALHO, DIREITOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ENVOLVEM AS PESCADORAS	80
9.1	Direito previdenciário e seguridade social	82
9.2	Assistência social	82
9.3	Previdência social	83
9.4	Como o segurado especial comprova o exercício de sua atividade e tem acesso aos benefícios?	87
9.5	Comprovação da atividade sem declaração do sindicato ou colônia	89
9.6	Comprovação de atividade com declaração do sindicato ou colônia	90
9.7	Indício de prova material	90
9.8	Casos de acidente de trabalho e auxílio doença	92
9.9	Questões gerais e pautas da categoria	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	98
	ANEXO A -- FOTOS DA PESQUISA	113
	ANEXO B -- CARTA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS NO BRASIL	117
	ANEXO C -- CARTA DE REPUDIO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS	126
	ANEXO D -- CARTA DO IV ENCONTRO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS	133
	ANEXO E -- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS	135

PESCADORAS/MARISQUEIRAS

ANEXO F -- ROTEIRO PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO (PARA OBSERVAÇÃO) 139

ANEXO G -- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PERGUNTAS PARA OS TRABALHADORES DA SAÚDE 140

1 APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA

“Contar é muito difícil, não pelos anos que já passaram, mais pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança de vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com os outros acho, que nem se misturam (...) têm horas antigas que ficaram muito perto da gente do que outras de recentes datas”.

Guimarães Rosa

Nesse breve relato, trago alguns fatos e acontecimentos que desencadearam o desenvolvimento desta pesquisa, mas, sobretudo, não posso deixar de destacar que a mesma é primeiramente fruto dos princípios e prioridades que nortearam a minha vida pessoal e profissional nos seus diferentes âmbitos, bem como, dos diversos desafios com os quais tive a felicidade de aprender.

Filha de homem e mulher de origem campesina, tive a oportunidade de ingressar em Universidade Pública aos 18 anos, e a importância de destacar essa etapa de minha vida se dá pela imensa relevância que este período me trouxe de vivência e crescimento rumo às direções que tomei em minha caminhada de vida. Nesse período descobri a força e energia da organização popular, e comecei trilhar os rumos do que de fato seriam minha linha condutora.

A partir destas experiências tive a oportunidade de olhar e ver mundo e a mim mesma sob outra ótica. A ótica da luta de classes, pois como disse Rosa Luxemburgo “só quem se movimenta sente as correntes que o prendem.” E esta forma de pensar a agir, vem se consolidando ao longo da minha caminhada de vida e profissional. Assim, foi alicerçada na proposta de contribuir para um projeto popular para o Brasil e, por um outro modelo de sociedade que esta pesquisa foi pensada. A partir da necessidade de denunciar a condição vivida nas comunidades e da indignação frente à realidade de descaso do povo e em especial das mulheres pescadoras.

O envolvimento com a realidade local, a visualização das contradições e a movimentação para a ação sobre o que vivi, encontrou na militância na Consulta Popular¹ sua materialidade. Relato brevemente a seguir, os passos dados na estruturação e desenvolvimento da pesquisa e o envolvimento com o debate de gênero e com o mundo da pesca.

No fim da graduação no ano de 2010, comecei a colaborar com a elaboração de projetos

¹ Instrumento Político que se baseia no exercício democrático e coletivo em todas as ações e formulações, para construção de um Projeto Popular para o Brasil. Para saber mais visite a página: <http://www.consultapopular.org.br/>

na Caritas Diocesana de Bragança². Inicialmente, atuei como voluntária, e posteriormente fui contratada para esta atividade. A dinâmica de trabalho me possibilitou aproximação ao debate de gênero o qual já era um anseio de longa data.

Na Cáritas de Bragança, entre vários projetos sociais de temáticas e focos variados começamos o desenvolvimento das Assembleias Populares das Mulheres, com o objetivo de articular as mulheres da região e suas entidades organizativas, a fim de discutir as questões relacionadas à sua condição humana e social dentro da sociedade bragantina e paraense, propondo assim alternativas para o acesso da mulher nos diferentes espaços sociais.

As Assembleias Populares das Mulheres foram realizadas nos anos de 2011 e 2012, organizadas pela Cáritas Diocesana e várias organizações/movimentos de mulheres da Região Bragantina, onde houve a participação massiva de mulheres pescadoras/marisqueiras, entre estas algumas atuantes na Comissão Pastoral da Pesca³- CPP. Nessa ocasião várias problemáticas na região foram debatidas, entre estas enfatizou-se a necessidade de denunciar a situação de descaso com a saúde destas trabalhadoras decorrentes do processo de trabalho, onde reivindicaram a necessidade de buscar formas de garantia de seus direitos e de organizar dados e informações que fomentassem a luta das mulheres. Esses momentos foram a semente de mobilização para o debate, e que foi tomando fôlego e incorporado a agenda de atuação da CPP e Movimento de Pescadores e Pescadoras - MPP.

Assim, após as Assembléias, foram realizados vários outros encontros e momentos coletivos, para dar continuidade a reivindicação das pautas e ao processo organizativo. O Mestrado em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais – ENSP/FIOCRUZ/ENFF, foi assim, uma feliz oportunidade para a elaboração escrita e pesquisa de pautas centrais em discussão. É a luta que informou a pesquisa e que trouxe as questões para a mesma.

A pesquisa e suas intencionalidades foi então discutida com os membros da CPP e MPP, bem como, com os participantes da pesquisa. Os locais escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram as comunidades de Aricuru - Maracanã e Vila do Treme –

² A Cáritas Diocesana de Bragança é uma organização não governamental articulada a Rede Cáritas Brasileira presente em mais de 180 lugares em todo Brasil e Internacional espalhada em mais de 150 países do mundo. No Brasil a Cáritas tem como missão única: Testemunhar e anunciar o evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social. Em Bragança a Cáritas desenvolve ações com diferentes grupos da sociedade, exclusivamente aos mais empobrecidos e desfavoráveis de direitos humanos e acesso a riqueza e a justiça social.

³Inseridas num espaço de uma hegemonia masculina (Movimento dos Pescadores e Pescadoras), as mulheres pescadoras começaram, recentemente, um processo de organização (Articulação Nacional das Pescadoras) para lutar pelos seus direitos e o reconhecimento profissional, buscando dar visibilidade as suas principais demandas. Para combater as desigualdades sociais históricas entre homens e mulheres na pesca artesanal, as mulheres pescadoras vêm se organizando, desde o final da década de 1970 (Carta do IV Encontro da Articulação Nacional das Pescadoras, 2014).

Bragança, tendo como objeto/público as trabalhadoras que desenvolvem atividades de mariscagem e pesca artesanal. A escolha desses locais se deu pelo fato de já haver um acompanhamento da Comissão Pastoral da Pesca e Movimento de Pescadores e Pescadoras nestas localidades e a intenção é que o desenvolvimento da pesquisa venha a fortalecer as ações locais que já se encontram em processo, além de contribuir de modo mais amplo com a luta da categoria. Trazendo o debate sobre a invisibilidade do trabalho da mulher, onde por vezes a mariscagem e o beneficiamento dos recursos pesqueiros não são devidamente reconhecidos como uma atividade de trabalho e que dela decorrem diversos problemas ocupacionais que exigem o acesso à seguridade social.

2 INTRODUÇÃO AO TEMA

A pesca está presente na história do Brasil desde os tempos mais remotos, sendo praticada pelos nativos, antes mesmo da chegada dos navegadores europeus (portugueses, espanhóis, franceses e holandeses) ao território Brasileiro. E como atividade econômica, faz-se presente desde o período colonial, quando a possibilidade de trabalhar com o pescado enquanto fonte de renda possibilitou o surgimento desta categoria de trabalhadores, hoje chamada de pescador (a) artesanal, o qual emprega seus conhecimentos e técnicas para realizar a captura do pescado e, assim, assegurar sua reprodução social (DIEGUES, 1983 e 1999).

À medida que a pesca em geral começou a expandir-se e tornando-se uma atividade de grande importância econômica, durante o período colonial, foram se acentuando as medidas de controle do estado em função dos grupos políticos e economicamente dominantes, em detrimento dos interesses dos nativos que realmente exerciam essa atividade. Exemplo disto é o fato de que no período colonial, além da pesca de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituiu num monopólio da Coroa Portuguesa. A concessão dessa pesca era dada a pescadores portugueses e bascos, em vista da sua grande importância, sobretudo na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina. A pesca da baleia somente terminou nos anos 1970 com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), como resultado da competição com pescadores norte-americanos (DIEGUES, 1983).

No século XX entre as décadas de 1960 e 1970 durante o regime militar, desenvolveu-se o processo de industrialização do Brasil através dos incentivos fiscais e contração de dívida externa, seguindo a estratégia de avanço do capital internacional como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Período no qual começou-se a estruturar as bases da indústria

pesqueira empresarial com as políticas de incentivos fiscais concedidos pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, mudando a lógica da produção pesqueira, que até então funcionava com a finalidade de subsistência e para abastecimento do mercado interno, passando atender preferencialmente o mercado externo (DIEGUES, 1999; MAUES, 1980; MALDONADO, 1986).

Esse processo de modernização da pesca traz junto uma série de problemas relacionados à degradação da natureza, com fortes impactos sobre os mecanismos tradicionais de pesca, com forte atuação para o desaparecimento da pesca artesanal. Se, em um primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação, num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca, alterando o habitat, além de extinção de espécies por sua prática predatória. Um agravante para a pesca artesanal, no Brasil, é a ausência de políticas públicas para esta categoria, ficando a mercê das políticas governamentais dos partidos com medidas e programas compensatórios e integracionistas ao modelo desenvolvimentista e economicista, que subordinam, em larga medida, a pesca aos interesses de empresas de pescado, não considerando como estratégico o desenvolvimento econômico deste setor.

Uma clara demonstração deste argumento está no fato de que a política de regulamentação se preocupou, durante muito tempo (desde a década de 1930), com a criação de órgãos regulamentadores da extração do pescado (entre estas à atenção para a captura, as artes de pesca apropriadas, identificação de espécies em extinção, às épocas de defeso⁴, tamanho ideal de cada espécie para captura, sendo na maioria as espécies de alto valor comercial), mas não se ateu em diagnosticar o estoque de pescado nacional e criar medidas eficientes de preservá-lo, muitos mais com medidas paliativas não efetivas (SOUZA, 2009).

As medidas adotadas até então mesmo sendo frutos dos desdobramentos da luta dos (as) trabalhadores (as) da pesca (com formas de mediações clássicas e modernas de resistência, que somam conquistas como a limitação das frotas, caracterização de apetrechos/equipamentos de pesca, tamanho mínimo de captura das espécies-alvo, determinação de períodos de defeso, entre outros), algumas são estruturadas e desenvolvidas de forma impositiva e, de difícil cumprimento dentro dos contextos locais, se tornando

⁴Época do ano onde fica obrigatória a paralisação da pesca de um determinado recurso, para que não se chegue a um colapso de pesca desse recurso. A proibição inclui o período reprodutivo, os métodos e aparelhos de pesca nas pescarias realizadas em águas continentais, reservatórios, rios entre outros locais, o limite de kg e tamanho, os tipos de captura e transporte permitidos, bem como, estipula quais espécies podem ser capturadas.

ineficiente para sua finalidade inicial e desdobrando-se em outras problemáticas. (CARTA DO SEMINÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS, 2013).

A principal crítica à política pesqueira, levantada por grupos organizados da pesca artesanal e movimentos sociais de pescadores (como a Comissão Pastoral da Pesca, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Articulação Nacional das Pescadoras) destaca que estas políticas são pensadas de modo generalista (não atentando a grande diversidade dos territórios), como também não valorizam a opinião e os saberes das populações tradicionais, fato que torna estas medidas de difícil cumprimento, e desse modo, fazendo a punição mais eficaz que o seu processo de construção e sua fiscalização. Estas políticas no geral não vêm contribuindo como deveriam para o equilíbrio ambiental e socioeconômico, mas o inverso acontece, acirram a situação de exclusão principalmente destes sujeitos, destacando nesse cenário as mulheres trabalhadoras da pesca como as principais atingidas.

Desse modo, nota-se que o Estado foi progressivamente, desde o início da constituição do Brasil como nação, assumindo o discurso da elite econômica branca e abastada, não sendo exagero dizer que em tempos mais recentes seguiu alinhado com os interesses do setor pesqueiro empresarial. É do setor pesqueiro empresarial a acusação de que a falência dos recursos pesqueiros é culpa dos pescadores artesanais pela forma de pescar. Mesmo havendo muitos outros fatores que devem ser levados em conta nesta discussão, destacando o hidronegócio, a indústria petrolífera e petroquímica, grandes barragens, hidrelétricas, projetos de irrigação, pesca predatória, aliado à ineficiência, esvaziamento e sucateamento dos órgãos ou até mesmo a conivência com processos que degradam o ambiente, a exemplo da aquicultura empresarial.

Os movimentos ligados aos pescadores artesanais, na formulação da crítica contra o papel desenvolvido pelo Estado, denunciam que em grande parte de suas intervenções, as principais políticas estão ancoradas sob uma lógica de concentração de capital, com o emprego de tecnologias agressivas ao meio-ambiente (modelo exportador), como também, desprezo e substituição da cultura tradicional, o que vem intensificando os conflitos com as comunidades pesqueiras artesanais costeiras, das águas interiores e dos rios.

Neste contexto, as mulheres mesmo compondo quase que 50% da força de trabalho no setor pesqueiro (mais especificamente na pesca artesanal), são invisibilidades muito mais do que os homens nas estatísticas, nas políticas e investimentos em âmbito das políticas públicas para a pesca, mesmo fazendo parte do antes, do durante e depois na atividade. Exemplo disto, é que a mulher pescadora somente foi reconhecida como trabalhadora do setor em 2006,

através do projeto de Lei n. 6697/2006 que estendeu os benefícios previdenciários e do seguro-desemprego às mulheres que exercem atividade pesqueira e marisqueira artesanal. (CARTA DO IV ENCONTRO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS, 2014).

Atualmente vem sendo travada uma grande luta dos movimentos, contra o preconceito institucional constituído nos órgãos públicos e a burocratização para o reconhecimento da mulher trabalhadora da pesca, como também pela participação do setor artesanal na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Também busca-se fortalecer a articulação intersetorial entre os ministérios e as políticas para efetivação da já instituída Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com o enfrentamento às doenças do trabalho na pesca, com desenvolvimento de estratégias comunitárias e reconhecimento das doenças ligadas às atividades da pesca por órgão de saúde no ato do diagnóstico e prescrição médica.

No Pará, em especial na mesorregião nordeste paraense a pesca artesanal possui importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, principalmente para as pequenas comunidades do meio agro pesqueiro. Entretanto, como mostram várias pesquisas, a mão de obra feminina é amplamente utilizada em várias outras atividades, com o uso de diversos recursos naturais (relacionadas ao extrativismo vegetal, pesca e pós-pesca e a agricultura), utilizando-se da força de trabalho familiar e técnicas tradicionais de manuseio. Na mesorregião nordeste paraense destacam-se nas cadeias produtivas do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e bivalves como o sarnambi (*Anomalocardia brasilian*) o sururu de dedo (*Mytella guyanensis*) e o sururu de corrente (*Mytella falcata*), com as mulheres exercendo uma determinante função na agregação de valor dos produtos, sendo identificadas como responsáveis principalmente pela fase de beneficiamento, utilizando-se deste como estratégia de autonomia financeira e manutenção familiar.

As condições socioeconômicas e descaso no amparo legal dessa categoria impõe extrema limitação para prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. A divisão sexual do trabalho, espaço social de naturalização da mulher nas atividades ligadas ao espaço doméstico, também se destaca como um forte determinante dos agravos e negação de direitos, pois a partir do momento que não se autoconsideram enquanto trabalhadoras da pesca, estas mulheres não procuram regularizar-se em relação a seus direitos, como por exemplo, a procurar um órgão de classe etc. Nesse sentido quando necessitam de amparo relacionado à seguridade social, isso se torna uma tarefa ainda mais difícil.

No âmbito do serviço oferecido pelo SUS, a opinião dos envolvidos nesta pesquisa é de que tem-se um atendimento primário de qualidade, entretanto há deficiências em relação ao atendimento secundário, ou seja, acesso a várias especialidades, a exames e tratamento. No que tange a prevenção, esta é insuficiente, em especial quando se trata da saúde do trabalhador. As trabalhadoras da pesca entendem que seus principais agravos de saúde estão ligados ao processo produtivo, já a maior parte dos trabalhadores da saúde entrevistados relacionam os agravos a outros condicionantes do cotidiano desta população.

No viés da saúde, capitaneado pela discussão sobre o reconhecimento e valorização da atividade pesqueira artesanal, coloca-se como urgente que a categoria se aproprie do entendimento das cargas a que estão submetidos em seu cotidiano de trabalho, suas formas de prevenção, tratamento e seguridade. Fazendo-se necessário dispor de medidas para melhorar as condições de diagnóstico e de classificação de doenças do trabalho desta categoria. Como também, aprimorar o banco de dados da previdência social, em especial no que se refere ao nexó técnico-epidemiológico.

Constitui-se como uma necessidade a estruturação de uma abordagem participativa e inclusiva dessa categoria profissional, aprofundar o debate sobre as carências e dificuldades da mesma, dentro de instituições públicas de saúde e previdência social, em especial nas esferas da atenção à saúde e da vigilância em saúde do trabalhador.

Na perspectiva de contribuir com este debate, esta pesquisa tem o objetivo de analisar o processo de trabalho e sua relação com a saúde e adoecimento das pescadoras/marisqueiras, em dois municípios da mesorregião nordeste paraense, abordando várias temáticas relacionadas a esta questão e que envolvem a seguridade social desta categoria (saúde, trabalho e direitos previdenciários). A pesquisa traz uma pequena introdução ao tema, os referenciais teóricos, o campo teórico do método e as técnicas para o desenvolvimento da mesma. Também fazemos um apanhado sobre as características do território, dos municípios e comunidades envolvidas na pesquisa. Em relação aos resultados estes foram divididos em três tópicos: (1) o cotidiano e processo de trabalho das pescadoras/marisqueiras; (2) contextos de riscos de doenças e acidentes das mulheres na pesca e a discussão do que fazer e, questões gerais sobre trabalho; (3) direitos e as políticas públicas que envolvem as pescadoras.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS

3.1 O trabalho

De acordo com Marx (1988, p.142) o conceito de trabalho é explicado da seguinte maneira:

Um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio [...].

A compreensão conceitual de trabalho na história contemporânea vem sendo fortemente desconstruída, principalmente por correntes teórico-filosóficas pós-modernas, negando a centralidade do trabalho para o desenvolvimento da natureza e dos indivíduos.

Seguindo a análise marxista do conceito de trabalho, para que o processo de trabalho tenha como consequência não só a transformação da natureza, mas também a transformação do próprio trabalhador no sentido da sua emancipação, é fundamental que sua realização ocorra de forma plena. Ou seja, para que haja sentido, é preciso que o trabalho seja dotado de significado objetivo e subjetivo, despertando e aperfeiçoando a capacidade do trabalhador, fruto do conhecimento histórico não linear, autodeterminado, autônomo e livre. Para isso, o desenvolvimento do trabalho deve dar possibilidade de uso do tempo livre, sendo este considerado por Marx (1988) como ócio, que de certo modo contém um conhecimento previamente construído socialmente, produzido no contato com as dimensões da vida social. Portanto, o trabalho na formulação do seu conceito marxista é parte dialética da necessidade humana, pois é na materialização do mundo do trabalho que o sujeito formula novas compreensões e conhecimentos sobre sua ação, além de aplicar o conhecimento adquirido anteriormente. Ao trabalhador deve ser possível às opções para fazer suas escolhas, exercitando a liberdade que é essencial para humanização do ser social (ANTUNES, 1999, apud NOGUEIRA, 2004, p. 142/143).

Com o advento do capitalismo, o trabalho, ou melhor, o fruto do trabalho ganhou dimensões de valores diferentes, principalmente a partir da teoria do valor desenvolvida por Marx em sua obra principal (MARX, 1988). Com o fim do sistema feudal na Europa e o expoente da sociedade capitalista, o valor de troca se tornou economicamente mais importante

que o valor de uso, sendo incorporado no desenvolvimento capitalista valores monetários numa ótica de acúmulo.

A substituição do sentido do valor de uso, em razão ao acúmulo se caracteriza pela desvalorização do trabalho, do tempo do trabalho socialmente necessário, empregada para produção de determinado artigo, em função do estabelecimento de um valor fictício convencionado socialmente que foi a moeda (dinheiro) e, controlada voluntariamente por um grupo restrito. De modo que, a ação empregada (força de trabalho) para produção de um determinado objeto, tornou-se também um produto com valor de mercado, com seu valor não mais medido pelo tempo social empregado na atividade, e sim pela necessidade básica de manutenção (sobrevivência) da força de trabalho em condição de produtividade.

Outros fatores diretamente relacionados com o mundo do trabalho, principalmente na contemporaneidade, são os fundamentos e uso da produção do conhecimento e da ciência, que cada vez mais se torna, tecnicista, burocratizado, alienante e a serviço do sistema de dominação do capital.

Nesse contexto, não se pode perder de vista que em uma sociedade de classes todas as questões problemáticas são antagônicas, apresentando interesses distintos e, portanto, resoluções distintas. Os caminhos percorridos para resolver um dado fato e problema na atual sociedade, serão sempre conflitantes, não apresentando indicativos de resolução pacífica e pautados pelas disputas entre as classes.

3.2 O Trabalho das Mulheres

A partir da revolução industrial no século XIX, com a necessidade do capitalismo de aumentar vertiginosamente sua capacidade de diversificação da produção, momento histórico em que incorporou-se amplamente as mulheres e as crianças no espaço produtivo. Os quais eram o maior contingente do chamado exército de reserva, que Marx (1988, p. 190) define como sendo “uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital, que é produzida constantemente para a acumulação capitalista”.

O modo generalizado de produção de mercadorias é a principal característica do modo de produção capitalista, que em resumo é a produção de objeto, não para satisfazer a necessidade humana⁵, mas para fins de colocá-lo no mercado, gerando um lucro com seu consumo.

⁵ Mesmo que este tenha que satisfazer parte do desejo humano, se não, não seria adquirido.

Assim, com a inserção da força de trabalho adicional de mulheres e crianças no mundo do trabalho descrito como produtivo, ou seja, no mundo de mercado, as mulheres passaram a ser assalariadas (mesmo que pauperrimamente) pelo seu trabalho, fazendo parte das engrenagens de um contexto que prefere trabalhadores não qualificados e, desse modo, mais explorados para o desenvolvimento produtivo sob estigma da oportunização (NOGUEIRA, 2004).

Nesse contexto, o sistema capitalista teve como núcleo do seu desenvolvimento a indústria, gerando e generalizando, no século XX, o fordismo e o taylorismo, como forma estrutural do processo de trabalho. Este modelo generalista de desenvolvimento industrial gerou uma dominação e controle do processo de trabalho, com influência direta na vida dos trabalhadores sem precedentes, marcando a sociedade contemporânea.

Para Marx (1988, p. 144), o trabalho é para o homem a base de sua construção social, assim como o homem tem no trabalho o fundamento do sentido de sua existência coletiva, numa relação dialética entre tempo e existência, história e cotidiano, sendo o homem resultado do seu tempo histórico. Portanto, vale dizer que “o trabalho ao longo do processo histórico se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento”, sofrendo mutação de acordo com a sociedade específica e seus interesses determinados (NOGUEIRA, 2004, p. 119).

O trabalho ao longo dos tempos constituiu-se como um motor de efetivação das relações sociais, as quais tomaram diferentes formas e contornos nas sociedades de classes.

No capitalismo surgiu a compreensão do trabalho como força com valor embutido, criando-se então, na concepção capitalista a necessidade de privá-la e controlar sua capacidade produtiva, através do não controle (conhecimento) de todo ciclo produtivo de determinado produto, tonando o trabalho alienado. Assim, o trabalho constituiu-se como um reflexo das relações opressoras existentes em cada momento histórico, estando em todo processo de produção o resultado desta contradição figurada no controle dos meios de produção (NOGUEIRA, 2004, p. 173).

Entretanto, as diferenças biológicas entre os sexos da espécie humana, ao longo do processo de organização da sociedade, foram utilizadas como forma de aprisionamento social das mulheres e justificativa para a subjugação destas, em uma construção social que relegou as mulheres ao espaço doméstico e da reprodução, com estratégia de negação constante de sua importância econômica e social para a sociedade (ENGELS, 2010).

As formas de uso dos recursos naturais pelo ser humano configuraram-se como formas de expressão de suas corporalidades para transformação desses recursos a partir de sua necessidade. As sociedades humanas estabeleceram a utilização dos recursos para consumo e

na transformação em riquezas individuais e coletivas a partir da força da expressão da corporalidade de machos e fêmeas, visto que homens e mulheres possuem habilidades e diferenças biológicas que começaram a ser hierarquizadas em detrimento do sexo feminino, numa relação de subjugação.

Dessa forma, o trabalho veio a ser dividido entre o que se considerou como trabalho feminino e como trabalho masculino, desenvolvendo-se a chamada divisão sexual do trabalho, e, por conseguinte o capital encontrou nesta estrutura social do patriarcado um terreno sólido e fértil para se reproduzir (KERGOAT, 2009).

Na sociedade capitalista e patriarcal, que oprime e explora as pessoas de todas as formas, as mulheres sentem o peso das imposições sociais, dentre as quais, as relacionadas ao trabalho têm grande relevância, visto que, a maior preocupação do sistema capitalista é com a atividade produtiva, de onde vem o acúmulo do lucro através da exploração do trabalho. Onde, grande parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres, dentre eles o doméstico, é considerado como improdutivo (ou não produtivo), mesmo essa atividade sendo essencial para a sanidade social e o desenvolvimento de indivíduos saudáveis e economicamente ativos.

Dessa maneira, historicamente estabeleceu-se a subjugação da mulher como sujeito social e do seu trabalho, atrelando-a ao espaço doméstico, de forma que, tudo neste se tornou obrigatoriedade feminina, com as atividades desenvolvidas no lar ou nas proximidades, mesmo com geração de renda, muitas vezes consideradas apenas como “ajuda ou complemento” à renda doméstica (BRUCHINI, 1990).

A pergunta que segue faz sentido na discussão que, por ora desenvolvemos: o que está escondido por trás do trabalho doméstico? Deixamos claro as respostas a esta pergunta, não como objetivo deste trabalho, mas como requisito de reflexão.

As sociedades em seu tempo histórico têm buscado com maior ou menor êxito diferentes mecanismos para resolver questões das necessidades das pessoas, porém, o processo de reprodução da vida tem sido resolvido sempre fundamentalmente a partir dos lares e do mundo do trabalho.

Segundo Albarracín apud Faria e Nobre (1999), o trabalho doméstico é a vertente do trabalho dedicado a produzir os meios de subsistências. O trabalho doméstico é tido como trabalho socialmente necessário, dedicado à produção dos meios de subsistências para reprodução da família em suas diferentes e múltiplas dimensões, como a reprodução da força de trabalho. Uma parte do trabalho necessário é tão fundamental como o trabalho assalariado que por ventura, na maioria das vezes é desenvolvido pelo homem (cabendo a mulher trabalhos alternativos, de forma autônoma e por vezes precarizado). Quando a relação de

trabalho passa a ser determinada por um valor monetário, no caso valor estabelecido como salário, deixa de ser um trabalho doméstico, passando a ser um trabalho assalariado caracterizado pela relação patrão x empregado no ambiente externo ao lar.

Assim, o não reconhecimento dos vínculos entre produção e reprodução tem significado uma naturalização do doméstico como espaço feminino, por continuidade da invisibilidade das mulheres e nesta esfera são produzidos bens e serviços importantes para economia, assim como para a sociedade. Hobsbawm (2001, p. 313) ao tratar da sociedade pré-industrial nos remete a reflexões sobre o papel da mulher.

Se a economia estava masculinizada, também estava a política. À medida que a democratização avançava e o direito de voto – local e nacional – era concedida após 1870, as mulheres eram sistemicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde homens se juntaram ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres permaneciam confinadas á parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava). Na política popular, da sociedade pré-industrial, que variava desde as pressões de opinião de uma aldeia, tumultos em prol da antiga “economia moral” e às revoluções e barricadas, as mulheres, pelos menos as pobres, não só tomaram parte, como reconhecidamente, desempenharam um papel.

Na continuação, o autor lembra que na Revolução Francesa foram as mulheres que tomaram as ruas, que marcharam a fim de expressar ao rei as necessidades do povo. Porém, as diferenças entre a nova situação de dependência econômica e antiga situação de inferioridade não era muito grande. Em ambas os homens eram o sexo dominante e as mulheres seres de segunda classe.

As mulheres no trabalho doméstico, não vendem seus serviços em troca de um salário, sendo assim, seu trabalho mesmo não sendo caracterizado pela leitura clássica marxista da produção de valor, constitui como base fundamental do desenvolvimento das forças produtivas, e o lar o local de reprodução.

O papel do trabalho doméstico consiste em produzir uma parte dos valores de uso necessários para reproduzir a força de trabalho fora dos circuitos do mercado. O que se incorpora ao valor das mercadorias são as horas de trabalho realizadas pelo trabalho assalariado, não estando aí incluso o trabalho doméstico das mulheres. Então, quem paga por este trabalho e a quem interessa essa exploração? E como isto entra no debate sobre o reconhecimento do trabalho e dos direitos das pescadoras?

Uma parte importante do esforço produtivo da humanidade, não está explicado, move-se fora dos circuitos do mercado, não se rege somente pela lei do valor monetário. Mas o

trabalho doméstico é uma realidade material e como tal deve ser abordado, considerando o universo de reflexões à luz da teoria do valor e da exploração.

Nogueira (2004, p. 25), afirma ao dizer que “a situação dos homens e das mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construção social”. Isso por considerar que “homens e mulheres são mais que uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo, expressa na sua base material pelo trabalho e na divisão social do trabalho”.

As mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade. O capital é responsável por legitimar a relação de subordinação ao homem, e procura dar uma conotação natural a esta subordinação. A relação das trabalhadoras assalariadas com seus patrões, seja ele mulher ou homem, na prática configura a venda da força de trabalho produzindo mais jornada de trabalho, característica do período pós-revolução industrial.

Segundo Albarracin, apud Farias e Nobre (1999), no caso da mercadoria trabalho doméstico, seu valor tem por finalidade satisfazer as necessidades cotidianas, sendo que seu valor de uso não é um valor real de troca diretamente. Porém, quanto este serviço é feito para outra família, este trabalho deixa de ser doméstico e passa a ser um trabalho assalariado, pois há um valor monetário impregnado na relação, caracterizando um valor de troca, embora o trabalho doméstico se realize fora do mercado.

Para Juliet Mitchell (MITCHELL apud NOGUEIRA, 1997, p.27), ao tratar a situação da mulher na sociedade capitalista diz estar na dialética da reprodução-produção social a definição do lugar da mulher na sociedade de classes:

A situação da mulher é distinta de qualquer outro grupo social oprimido: a mulher constitui a metade da espécie humana. Em alguns casos, são oprimidas e exploradas igual e conjuntamente com outras classes: a classe trabalhadora, os negros, etc. enquanto não houver uma revolução na produção, a situação de trabalho seguirá determinando a situação da mulher no mundo do homem. Porém, à mulher é oferecido um universo próprio: a família. A mulher é explorada no trabalho e é relegada ao lar: essas posições compreendem sua opressão

O trabalho doméstico, ou trabalho assalariado no ambiente doméstico, ao longo da história sempre foi uma construção social, com raiz no patriarcado. O legado capitalista, que condiciona ideologicamente o espaço doméstico do lar como espaço feminino, não seria ele o ordenador deste espaço como de domesticação das forças rebeldes e produtivas das mulheres? cuja capacidade de transformação já è provada na história.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de trabalho e sua relação com a saúde e adoecimento das pescadoras/marisqueiras, nos municípios de Bragança e Maracanã, considerados como polo do setor pesqueiro na mesorregião nordeste paraense.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o processo de trabalho das pescadoras/marisqueiras participantes da pesquisa sob a ótica do campo da saúde do trabalhador
- Buscar informações sobre as mais recorrentes formas de adoecimento das pescadoras/marisqueiras e verificar a relação destas com o processo de trabalho e o suporte dado pelos sistemas públicos de saúde e previdência e o acesso às políticas públicas de saúde e previdência social, através do SUS e INSS.
- Relacionar os dados de dois municípios de grande importância no contexto pesqueiro do nordeste paraense.
- Desenvolver momentos coletivos/rodas de conversa com as pescadoras para discutir as melhores formas de desenvolvimento da pesquisa e as como utilizar os resultados junto à comunidade após o término da mesma.

5 METODOLOGIA

5.1 O Método

Para Minayo (2010, p. 14), a metodologia configura-se como o caminho do pensamento e a prática exercida na análise da realidade. A metodologia seria então, o percurso traçado pelo pesquisador, incluindo simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas), desenvolvidos a partir da criatividade do pesquisador (sua experiência e sensibilidade). A partir de tal premissa, esta pesquisa faz uma opção por utilizar o materialismo histórico (MARX e ENGELS, 1998) como método de estudo de abordagens possíveis de interpretação e compreensão da realidade e a construção de novos paradigmas no mundo do trabalho, em especial no entendimento do processo de adoecimento de mulheres pescadoras/marisqueiras.

Podemos considerar que o materialismo histórico dialético tal como elaborado por Marx e Engels (1998), seja a fundamentação metodológica da análise que, na elaboração do pensamento sobre a realidade empírica produza uma possibilidade teórica de interpretação das condições de saúde das mulheres pescadoras artesanais e seu mundo do trabalho, nas comunidades objeto de estudo, cuja análise centra nas contradições do capitalismo compreendida nas relações capital-trabalho (MIRANDA, 2012, p.1).

O materialismo histórico em Marx e Engels (1998) pode ser caracterizado pela dialética do pensamento, afirmando ser o movimento da história dos seres humanos em sociedade com proporções organizativas em seu tempo e contexto histórico, com leis que fundamentem a existência do homem na história, bem como para filosofia da existência.

A dialética, para o método em Marx, tem como base fundamental da metodologia filosófica o princípio da contradição, considerando que na produção do conhecimento da realidade é preciso levar em consideração as contradições da realidade das quais os sujeitos estão submetidos, numa linha fina de convivência e aprendizagem. Portanto, partindo do método o pensamento em seu movimento reflete a *realidade empírica*, na realidade concreta como tal, por meio da *abstração*, que é a reflexão da realidade, o pensamento teórico que o conduz ao *concreto* tido como o real pensado, síntese da reflexão em estado elaborado. Para Pires (1997) “a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada”, conduzindo a uma elaboração de intervenção pelos sujeitos em seu tempo histórico (PIRES, 1997, p. 87)

O método dialético contrariamente à metafísica, que considera o processo de desenvolvimento dos fenômenos estáticos, cíclicos, chegando às mudanças qualitativas e os

elementos internos como processo do indivíduo, repulsa a concepção instável do ambiente e a linearidade de seu desenvolvimento nas múltiplas dimensões, postulando que toda natureza, incluindo o homem se encontra “num fluxo interrompido, em incessante movimento e mudança”. Considera que, o desenvolvimento dos fenômenos não acontece de forma harmoniosa, mas em formas complexas, sendo a dialética a contradição em si e na essência dos objetos. (ENGELS, 1961).

Não existe uma concepção do mundo admitida por todos, pelo contrário, existem numerosas concepções de mundo, opostas umas às outras e que se combatem reciprocamente.

Por isso o método dialético entende que o processo de desenvolvimento deve ser percebido não como um movimento circular, não como uma simples repetição do passado, mas como um movimento progressivo, como um desenvolvimento do simples para o complexo, do inferior para o superior.

Neste trabalho o materialismo histórico é compreendido como caminho teórico, enquanto a dialética como estratégia metodológica de abordagem e de análise dos sujeitos-objeto, junto a outros instrumentos de pesquisa, lançando olhar sobre a relação do processo de saúde/doença e o processo produtivo de trabalho ao qual investigo sob a ótica do campo da saúde do trabalhador.

Como muito bem destaca Minayo (2014), para fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas e da discussão intersubjetiva, em qualquer análise sobre populações humanas, é importante ter em mente que estas, possuem configurações culturais de acordo com sua formação social, seu espaço, território e tempo histórico. Existindo no presente, entretanto, dialeticamente, trazendo marcas do passado e projetando-se para o futuro, a partir do seu processo histórico e, do novo que surge, sendo necessário, respeitar a historicidade humana expressos em seus bens materiais simbólicos e representados nas relações sociais.

A ênfase da abordagem metodológica dialética é dada para aprofundar a pesquisa do indivíduo na sociedade e da sociedade composta pelos indivíduos, fazendo a relação entre as ideias e sua base material e, entre a realidade e sua compreensão pela ciência. A questão é que na ciência de base positivista a veracidade dos fatos se dá através da imposição de números, e não da análise social para elucidação destes números (MIRANDA, et al., 2008) não fazendo o recorte do sujeito como ator na construção de seus processos históricos e da luta de classes.

Assim, na pesquisa sobre saúde-doença e sua relação com o trabalho coloca-se como imprescindível analisar todos os processos substanciais que podem determinar a saúde dos trabalhadores, sendo importante entender as relações entre a construção dos campos de

conhecimento em saúde, o processo histórico de construção destes conceitos, os fatores sociais que levaram a isto e as repercussões teóricas, metodológicas e práticas (NORIEGA, 1989).

São variados os campos de análise sobre a relação trabalho e saúde/doença, e, muitas vezes se tem feito uma leitura homogênea destes, em demasiado, pelo fato de que aparentemente todos abordam diferentes questões de uma mesma temática, contudo, principalmente sendo difundidas as análises hegemônicas nessas áreas, em uma espécie de corporativismo elitista, tendo em vista ser essa uma temática que envolve muitos interesses políticos e econômicos. Como também, a forma de nomear estes campos, se bem observada, denotam/expressam suas intencionalidades (NORIEGA, 1989) e, de forma acirrada, disputam espaço na compreensão e intervenção das políticas e visões de saúde dentro da sociedade (MIRANDA, et al., 2008).

5.2 Debate da relação entre trabalho e saúde

A saúde e sua relação com o trabalho não foi uma questão amplamente observada desde a antiguidade, pois, quando o trabalho era desenvolvido pela população pobre ou pelos escravos (não considerados como parte da população), não era alvo de investigação sistemática (ROSEN, 1983). Somente depois que o trabalho começou a ser desenvolvido por trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho, na transição do modo de produção feudal para o capitalismo foi que o processo de adoecimento começou a ser entendido como uma ameaça a estabilidade econômica passando a ser alvo de atenções (MINAYO-GOMEZ, et al., 1997), principalmente depois de começar a ser alvo de reivindicação dos trabalhadores.

Alguns estudos ao longo do mundo tentaram explicar o processo de saúde–doença, gerar informações e diagnosticar as causas sociais que desencadeavam o mesmo, até mesmo quantificar o processo de adoecimento das pessoas, mas em pesquisas que não tinham o interesse de evidenciar as diferenças sociais, as sobrecargas e exploração, como efeito/consequência do modelo de sociedade.

Para a compreensão do processo histórico que resultou num conceito contextualizado de saúde, faremos um breve apanhado. Há 2.500 anos o médico grego Hipócrates tentou explicar o processo de saúde e doença, tentando dar uma explicação racional, fugindo do paradigma religioso e sobrenatural para as doenças. Hipócrates colocava que as doenças eram transmitidas pelo ar e água contaminados e por esse motivo as pessoas que viviam e/ou trabalhavam em ambientes insalubres eram as mais propensas às doenças. Esse entendimento do processo saúde-doença durou muitos séculos e só foi superado com o advento da

descoberta dos microrganismos no século XIX, quando estudos começaram a diagnosticar os agentes causadores de algumas doenças, surgindo então o modelo da Unicausalidade para as doenças, onde os vírus e bactérias foram consideradas as causas preponderantes para o surgimento das doenças (MIRANDA, et al., 2008).

Em meados do século XIX, na I Conferência Sanitária Internacional (1851) a teoria miasmática foi considerada superada pela teoria da Unicausalidade e a partir de então vários países começaram a adotar medidas de controle e prevenção de doenças.

No final do século XV e início do XVI o mundo viveu a transição entre o modo de produção feudal para o sistema capitalista, onde o advento do mercantilismo, processualmente, impulsionou a industrialização mundial, desencadeando o que ficou conhecido como revolução industrial, momento de explosão produtiva do sistema capitalista e, onde então, o corpo das pessoas foi tomado como meio de produção do capitalismo, dessa forma, tornando-se objeto de práticas médicas, políticas e normatizações, que objetivavam exclusivamente a manutenção da força de trabalho. Na época, o contexto era de crescente urbanização e consolidação do sistema fabril, com o ambiente urbano com grande insalubridade, ausência de intervenções sanitárias, grandes epidemias e doenças explicadas pela religiosidade, e práticas de tratamento curandeiras, tendo em vista a ausência de preocupação estatal na saúde.

Preocupando-se com sua produtividade e com os expressivos danos à saúde de sua mão de obra, um proprietário da indústria têxtil, chamado Robert Dernham, consultou seu médico pessoal, chamado Robert Baker, questionando-o sobre o que ele poderia fazer para melhorar a saúde e a produtividade dos seus operários. A resposta do médico foi de ele poderia, observar o trabalho na fábrica, conversar com os operários e consultá-los. Assim, no ano de 1830, que o médico em questão tornou-se o primeiro médico a atuar diretamente dentro de uma fábrica. No artigo *Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador* (1991), os autores René Mendes e Elizabeth Dias fazem um apanhado histórico explicitando a caminhada de evolução da temática, descrevendo quando em 1830 (época da Revolução Industrial inglesa), Robert Baker, colocou seu médico pessoal dentro da fábrica para verificar o efeito do trabalho sobre os (as) funcionários (as) e estabelecer as formas de prevenção de agravos à saúde dos funcionários. Além de realizar atividades de diagnóstico e prevenção, o médico, através da observação dos operários durante suas atividades, passou a mapear periodicamente as condições de trabalho de todos para verificar se eles estavam aptos a exercer as suas funções e afastando-os caso em caso de doenças, ou caso percebesse riscos derivados do próprio ambiente do trabalho. Com os resultados positivos após a implantação e

mensuração desta especialidade médica dentro da indústria, a medicina do trabalho se difundiu.

Desse modo, a medicina do trabalho foi o suporte ao processo exaustivo e desumano de produção, com extenuante consumo da força de trabalho, sendo a primeira regulação de saúde nas fábricas, visando a manutenção da produtividade (MINAYO, 2014). Articulando-se com os preceitos de unicausalidade, houve a desqualificação das explicações sociais para as doenças, reforçando o mascaramento da crítica político-social. Para o modelo positivista de ciência vigente, este fato dava caráter científico ao entendimento do processo, resultando em práticas médicas predominantemente curativas, biológicas e centradas na figura do médico.

Com o ser humano reduzido à força de trabalho, o interesse capitalista central era o rendimento e produtividade do indivíduo, conseqüentemente, alinhando-se a ciência médica para manter a eficiência na atividade de produção.

Dessa forma, a colocação de médicos nas fábricas veio com o discurso de neutralidade, de que era uma medida com o intuito de favorecer/beneficiar ambas as partes, e que empregadores e trabalhadores sairiam ganhando igualmente, os últimos com sua saúde e a empresa com a produtividade. Em um discurso forjado nos interesses capitalistas em uma relação em que, como frisou bem Lacaz (1996), a valorização da saúde dos trabalhadores dependeria proporcionalmente do poder de barganha e articulação política dos mesmos.

Nesse contexto, de foco principal da funcionalidade humana como força de trabalho, os serviços baseados neste modelo expandiram-se pelo mundo, somado ao contexto de inexistência e/ou fragilidade dos serviços de saúde pública, fazendo com que os serviços médicos no espaço da fábrica passassem a desempenhar um importante papel tanto para economia como para manutenção da saúde dos trabalhadores criando normativas e regulamentações para dentro do espaço fabril e desenvolvendo desdobramentos da ciência médica para melhor manutenção da homeostase político-econômica (MENDES, 1991).

Essa prática mostrou-se eficiente para melhorar a produtividade dentro das fábricas e se expandiu rapidamente por outros países, junto com o processo de industrialização.

Entre outros fatores, a grande importância da proteção à saúde dos trabalhadores (para a garantir a produtividade e a progressão dos lucros dos grandes empresários) motivou a criação de duas grandes organizações em âmbito mundial: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, e a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948. A preocupação em sistematizar a oferta de serviços médicos aos trabalhadores evidenciou-se na criação da Organização internacional do Trabalho (OIT), que no ano de 1953, estabeleceu a

“regulamentação 97”, onde definiu que todos os Estados membros da OIT deveriam incentivar a formação de médicos do trabalho e serviços de medicina do trabalho, deslanchando/propagando esta categoria médica. Então, o propósito da origem da medicina do trabalho, foi constituir-se em uma atividade médica organizada nos locais de trabalho, limitada a intervenção médica, de caráter curativo, com a função de assegurar a adaptação ao trabalho, identificar as aptidões, proteger os trabalhadores contra os riscos no trabalho e assim realizar a manutenção da saúde dos trabalhadores dentro dos espaços de trabalho (MENDES, 1991).

Nessa época, se intensificou a administração científica do trabalho, sustentadas nos princípios tayloristas, ampliados por Ford e que, encontraram na medicina do trabalho efeito sinérgico para produtividade, como expõe Mendes (1991). Estes mecanismos criados na disputa por lucro dentre as empresas com o objetivo aumentar a produtividade e reduzir os preços, ficaram conhecidos como modelos produtivos. Sistemas que visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do rendimento para o patrão.

O Taylorismo criado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915), consiste na padronização e a realização de atividades simples e repetitivas, com um conjunto de métodos para a produção industrial, baseados na divisão técnica do trabalho para a especialização do trabalhador apenas uma tarefa. De acordo com Taylor, o operário não teria mais a necessidade de conhecer todo o processo de produção, devendo especializar-se em apenas um, procurando aperfeiçoamento constante apenas desta parte. Pelo método taylorista, o conhecimento do processo produtivo era de responsabilidade única do gerente, que também deveria fiscalizar o tempo destinado a cada etapa da produção, dessa forma, o funcionário deveria apenas exercer sua função em um menor tempo possível durante o processo produtivo, não havendo necessidade de entender como se chegava ao resultado final (PINTO, 2010).

O chamando fordismo desenvolvido por Henry Ford (1863 – 1947), aperfeiçoou a técnica taylorista, introduzindo as linhas de montagem, na qual cada operário ficava em um determinado local realizando uma tarefa específica, enquanto o produto fabricado (que no caso eram automóveis) se deslocava pelo interior da fábrica em uma espécie de esteira. Esta rotina fazia com que as máquinas ditassem o ritmo do trabalho. Essa racionalização da produção aumentou muito a produtividade e diminuiu os gastos com o processo produtivo. Então, a especialização do operário em apenas uma etapa do processo produtivo foi ainda mais rígida, fato que provocava uma alienação física e psicológica nos operários, que não

tinham noção do processo produtivo do produto fabricado (PINTO, 2010).

Na segunda metade do século 20, a evidente perda de vidas e recorrentes acidentes de trabalho, doenças e o gigantesco esforço industrial, começaram a ser evidenciadas pelos trabalhadores e com as mudanças a nível global, afloradas no contexto da segunda guerra e do pós-guerra, surgiu o conceito de saúde ocupacional. Nesse contexto, desdobrou-se a transição do olhar que estava voltado para as doenças infectocontagiosas, para as doenças crônico-degenerativas, como também as doenças mentais, e o conceito de unicausalidade começou a mostrar-se deficiente na explicação da ocorrência e distribuição de doenças, associando estas a múltiplos fatores, emergindo o conceito de multicausalidade, que propunha compreender o processo de saúde/doença como fruto de múltiplos fatores causais, que se relacionavam. Este modelo explicativo prevalece até hoje, mesmo que, na prática, ainda muitas intervenções ocorram centradas em fatores unitários.

No bojo das discussões sobre a relação entre a saúde e o trabalho, surgiu a medicina ocupacional com preocupações que a medicina social e do trabalho não olhavam: o ambiente de trabalho, as doenças crônicas, limites de tolerância, riscos de trabalho, entre outros.

A Saúde Ocupacional emerge desse contexto, sobretudo, dentro do espaço da fábrica, se desdobrado da medicina do trabalho, mas com características de multi e interdisciplinaridade e com olhar na multicausalidade das doenças, com destaque para a “higiene industrial”. Assim, a saúde ocupacional passa a ser considerada como um ramo da saúde ambiental, prezando direta ou indiretamente pela saúde do trabalhador, se debruça na atenção concentrada ao ambiente de trabalho.

Juntos, OIT e OMS estabeleceram, em 1950, o objetivo da Saúde Ocupacional: adaptar o trabalho ao homem e cada homem à sua atividade. Mais recentemente, em 1995, o conceito de "Saúde Ocupacional" ou "Saúde no Trabalho" foi revisto e ampliado pelo Comitê Misto OIT-OMS.

Na opinião de Mendes (1980) apud. Lacaz (1996), a medicina ocupacional por estar inconfundivelmente atrelada ao modo de produção é a menos neutra entre todas as especialidades médicas que fazem a relação entre trabalho e saúde. As discussões e intervenções da medicina ocupacional são fundamentadas na medicina preventiva, dando ênfase a observação do ambiente de trabalho utilizando-se de categorias como: promoção, proteção, prevenção, causação, riscos, adaptação, em uma tentativa de interferir no ambiente de trabalho e em variados aspectos da vida dos trabalhadores, percebendo causalidade dos agravos em uma perspectiva a-histórica e descontextualizada das relações econômicas,

políticas, ideológicas e sociais, que incidem decisivamente nas relações entre saúde e trabalho.

O debate da Saúde e sua relação com o trabalho começou a ser alvo de luta dos trabalhadores no viés da saúde do trabalhador e, o modelo de multicausalidade começou a ser alvo de críticas no que se refere a explicação no surgimento de doenças na sociedade. As críticas centrais, referem-se a análise dos fatores causais, destacando que o modelo de multicausalidade, não faz distinção hierárquica dos fatores e que, por vezes, os aspectos sociais no processo de saúde ou adoecimento são considerados menos importantes que os aspectos biológicos.

Em meados da década de 70 alguns pesquisadores do campo da saúde e epidemiologia latino americanos começaram a criticar o modelo multicausal, propondo uma abordagem mais ampla, dando ênfase às relações da saúde com a produção social e econômica da sociedade e apontando para estrutura social como modeladora dos processos de saúde e doença (MIRANDA, et al., 2008). Fazendo abordagem, a complexidade dos objetos de estudo no campo da saúde, dando destaque ao fato incontestável da tão exaltada área biomédica não dar conta de se antever à problemática do processo saúde-doença, abordando apenas o adoecimento. E dessa forma, trazendo o avanço científico da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, ao suscitar o questionamento das abordagens funcionalistas, o que ampliou o quadro interpretativo do processo saúde-doença, em sua articulação com o trabalho.

Resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana, o campo da saúde do trabalhador surge como resultado de um corpo teórico de práticas interdisciplinares e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. (MINAYO-GOMEZ & THEDIM-COSTA,1997)

Assim, em uma perspectiva de rebater o âmbito estreito da relação multicausal dos agentes existentes nos ambientes de trabalho, que seriam as causas dos agravos à saúde dos trabalhadores, como também de fazer a crítica a homogeneização/equivalência das diversas causalidades responsáveis pelas doenças (tanto de cunho biológico/genético com as causalidades de base social), que, em meados das décadas de 80 e 90 começaram a tomar corpo pesquisas no chamado Campo da Saúde do trabalhador (NORIEGA, 1993). Nesse contexto, começam a se estruturar as bases do campo de conhecimento chamado: Determinação Social de Doença, o qual, supera a mera relação causa- efeito do ponto de vista

analítico das estruturas sociais. Ou seja, é uma proposta de saúde a partir de uma visão de mundo complexa. Bebendo na fonte de várias ciências para entender o processo de adoecimento e de saúde, esta busca o reconhecimento que o corpo humano não foge das determinações sociais, situações de vida, e escolhas pessoais e imposições sociais, em um processo histórico e dialético (MINAYO, 2014).

A saúde do trabalhador estabelece como centralidade de análise a relação entre o processo de produção e a saúde. Com a ideia de que o processo de produção, se compõe pelo processo de trabalho e de valorização, havendo entre estes uma relação dialética, os quais são impregnados de aspectos políticos e ideológicos. Dessa forma, é imprescindível olhar a totalidade e as especificidades, que são determinantes e explicativas dos processos de saúde e doença. Assim, a saúde ou doença está condicionada fortemente, pelas condições sociais, pelo grau de consciência dos trabalhadores e, pela sua capacidade organizativa (NORIEGA, 1993; LACAZ, 1996).

Este campo procura entender como as mudanças no processo de trabalho vem trazendo novas alterações no processo de doença e saúde dos trabalhadores, combatendo a visão reducionista e tecnicista, que coloca o debate da saúde somente como controle ou redução das doenças, mas sim, como luta pelo controle dos processos vitais, debate fundamental para um projeto político-ideológico de transformação social (NORIEGA, 1989).

Em síntese, o campo da saúde do trabalhador tem como categoria central, o processo de trabalho, e como marco definidor, a compreensão dos vários níveis de complexidade entre o trabalho e a saúde. Segundo Minayo et.al. (2011) o discurso da saúde do trabalhador surge, em contraposição à base conceitual e prática das concepções hegemônicas sobre a relação trabalho-saúde da medicina do trabalho e da saúde ocupacional. Pode-se dizer que a saúde do trabalhador do ponto de vista acadêmico, político e institucional integra a saúde coletiva, propondo-se a ultrapassar a visão monocausal (com a doença e um agente específico) mergulhada em explicações simplificadas e reducionistas entre causa e efeito do processo de saúde ou adoecimento, ou multicausal, entre a doença e um grupo de fatores de riscos (biológicos, físicos e químicos), presentes no ambiente de trabalho.

No Brasil a incorporação desse campo, deu-se num contexto histórico do fim da ditadura e de abertura política no final da década de 1970, quando os movimentos sociais começam a retomar a cena pública e interferir na construção da agenda que definirá as políticas públicas de corte social, o que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a lei do Sistema Único de Saúde – SUS.

No caso específico da Saúde do Trabalhador, o movimento sindical e o movimento

sanitário tiveram importante participação na sua incorporação como política de saúde, lançando olhar para o trabalhador em várias óticas e abordagens, observando não apenas o processo de produção em si mas também o processo de produção e (re)-produção das relações sociais de produção (MINAYO-GOMEZ & THEDIM-COSTA; 1997). Essa origem explica a adoção de determinados marcos teórico conceituais e de uma proposta programática ancorada na saúde coletiva, na Medicina Social latino-americana e na Saúde Pública (LACAZ, 1996).

Assim, configura um campo de conhecimentos e de práticas que devem intervir nas relações entre trabalho e saúde-doença, mediante propostas programáticas desenvolvidas na rede de serviços de saúde pública (LACAZ, 1996). Partindo do princípio de que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e a Saúde Pública começa então a desenvolver regras legais para orientar programaticamente as ações em Saúde do Trabalhador, declarando que os serviços devem contar com a participação e o controle social, e as ações devem contemplar promoção, prevenção, assistência, reabilitação e vigilância à saúde. A luta atual é então para criar condições de efetivação de todas as normativas e legislação no que compete a saúde do trabalhador.

Portanto a Saúde do Trabalhador, coloca-se como um campo de saberes e práticas distintos com compromissos éticos, políticos e teóricos, e que propõe uma forma de compreensão das relações entre trabalho e saúde com novas práticas de atenção à saúde dos trabalhadores e de intervenção nos ambientes de trabalho, de modo que, sua inserção como política pública em saúde demanda articulações intersetoriais (trabalho, previdência social, saúde, educação, meio ambiente, entre várias outras).

5.3 Instrumentais metodológicos

Esta pesquisa foi desenvolvida através de abordagem interdisciplinar, articulando várias áreas do conhecimento. A diversidade de aspectos analíticos deste estudo confere ao mesmo complexidade metodológica abrangendo a epidemiologia, a antropologia, sociologia, biologia, filosofia, entre outras áreas do conhecimento.

Configura-se como uma pesquisa qualitativa, a qual, preocupa-se muito mais com o aprofundamento da questão abordada, do que com representatividade numérica, em uma proposta que se opõem a um único modelo de pesquisa, valendo-se de diferentes abordagens. Pois a pesquisa qualitativa, objetiva compreender aspectos da realidade, preocupando-se com o entendimento das dinâmicas das relações sociais e esses processos não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2014).

Uma forte preocupação nesta pesquisa é de não cair na vala comum de alguns questionamentos, que tem sido feitos principalmente às pesquisas qualitativas, como muito bem retratou Minayo (2014, p. 73), “quando fala sobre a crítica em relação à baixa aplicabilidade prática e retorno social dos resultados e conhecimentos gerados destas pesquisas, principalmente pelo formato da análise com alto nível de abstração teórica e dificuldade de popularização da linguagem, como também com resultados pouco propositivos ou com propostas de difícil aplicabilidade, ausentes de uma perspectiva de ação que o campo da saúde demanda”. Outro grande entrave coloca-se nas pesquisas de cima para baixo, ou seja, com temáticas de pesquisa decididas somente pelos pesquisadores, distantes dos problemas imediatos da população ou pior ainda, não compreendidas pela população pesquisada como necessidades urgentes, ou demandas.

Ainda em consonância com a visão de Minayo (2014), que considera que na pesquisa social a relação entre sujeito investigado e investigador é importantíssima, com a junção da visão de mundo de ambos dedicada em todo processo da pesquisa, desde a elaboração e escolha do tema até a significação e significância dos resultados da mesma. Pois, no campo da saúde, para todos os grupos e diversidades sociais, mesmo que, de modo específico e particular daquele segmento social a saúde e doença expressem no conjunto biológico e mental, particularidades vividas subjetivamente na singular totalidade existencial de indivíduos e grupos. Desse modo, coloca-se como imprescindível a observação e análise da percepção e opinião desses grupos, em conjunto com o recorte de classe, gênero, geração e etnia compreendendo estes como transversalizantes da sociedade.

A partir desta linha de pensamento, o envolvimento da população/grupo em análise ocorreu em todas etapas do processo, desde o pensamento/discussão para a decisão do objetivo da pesquisa até os instrumentais a serem utilizados, em uma perspectiva de pesquisa-ação.

A pesquisa-ação pode ser entendida como uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, compondo um mosaico de metodologias que considera relevante a aproximação do sujeito que investiga (o pesquisador) e do objeto da investigação em seu universo, para Trip (2005, p.445) sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática, a pesquisa-ação foi considerada um termo geral para quatro processos diferentes: pesquisa-diagnóstico, pesquisa participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental.

A pesquisa-ação parte do princípio da relação direta do pesquisador com a realidade, grupos ou matéria a ser pesquisada, estabelece relação direta com o objeto de investigação,

com pretensões voluntárias de intervenção no contexto, portanto, sua aplicação pode ser compreendida como introdução-metodológica e genericamente compreendida como planejamento, execução, elaboração do diagnóstico e avaliação das mudanças para melhorar sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

Trip (2005, p 446), com o exemplo abaixo, faz referência a importância da investigação-ação para orientar ações práticas.

A solução de problemas, por exemplo, começa com a identificação do problema, o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia. Analogamente, o tratamento médico também segue o ciclo: monitoramento de sintomas, diagnóstico da doença, prescrição do remédio, tratamento, monitoramento e avaliação dos resultados.

O exemplo apresentado acima, não se põe como uma forma pronta e acabada, pois o método da pesquisa-ação tem sua fundamentação teórica no materialismo.

Isso posto, embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática (TRIP, 2005, p 447).

Podemos considerar que a pesquisa-ação é a criação do método participante, método da observação participante de influência marxista, que busca “conhecer para explicar” e “compreender para intervir” na realidade (BRANDÃO, 1999).

Há uma crise intensa de legitimidade, que por sua vez expõe as contradições entre a hierarquização dos saberes especializados e a democratização dos estudos elaborados pelas instituições de ensino nas comunidades, abrindo uma ampla reflexão sobre o serviço e o papel do conhecimento. A metodologia utilizada e a participação dos sujeitos na produção, leva à ruptura com o “paradigma positivista” e a hegemonia” do saber científico (SCHMIDT, 2006, p. 13), através da observação participativa ou da pesquisa participante.

Para Schmidt (2006, p. 13) a prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a “reflexão epistemológica, que interessa à ruptura com o paradigma positivista, quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo”, configurando metodologias que promovam uma relação com o outro.

As ideias de ação ou intervenção não são equivalentes, mas sugerem, além da presença do pesquisador como parte do campo investigado, a presença de um outro que, na

medida em que participa da pesquisa como sujeito ativo, se educa e se organiza, apropriando-se para a ação de um saber construído coletivamente.

A alteridade é visada como participante das mudanças sociais e o pesquisador é levado a questionar sua ação, no caso a pesquisa e sua postura, mediante, no sentido da militância, o compromisso político social com as demandas da luta popular.

A pesquisa participante é uma produção que pressupõe na sua criação o rompimento com a etnográfica tradicional. Com a crítica de que mesmo que a etnografia aproxime o pesquisador do universo alheio, de grupo em loco, por vezes essa aproximação, não corresponde um comprometimento com a intervenção na realidade, “das questões efetivamente sociais das condições de vida dos outros” (BRANDÃO, 1999, p. 12).

A etnografia com origem na antropologia tradicional, que vê o homem como indivíduo com singularidade cultural, tem sua virada no século XIX para o XX instituindo-se como ciência moderna e buscando compreender a universalidade do homem.

A “cientificação” da antropologia corresponde à profissionalização da observação participante segundo Clifford (2002, p. 102):

A antropologia moderna – uma ciência do homem intimamente relacionada à descrição cultural – pressupunha uma atitude irônica de observação participante. ao profissionalizar o trabalho de campo, a antropologia transformou uma situação amplamente difundida num método científico .

Inaugura-se a dialética de construção interpretativa de um outro que é constituído culturalmente, construção interpretativa que implica a identidade de um intérprete de outra cultura.

A pesquisa participante converge um conjunto de discursos e práticas de pesquisa que se diferem em diversas linhas teórico-metodológicas com particularidades e mesmo que tenham relações intrínsecas apresentam razoáveis diferenças na sua constituição prática. à compreensão da pesquisa participante está relacionada com a inserção do pesquisador (sujeito) com a realidade desejada (objeto), compreendendo que o espaço da pesquisa é composto por uma dinâmica sócio política que tem vida própria, onde sujeito e objeto interagem e fundamentam novas perspectivas teóricas-metodológicas para construção do conhecimento.

Este trabalho constituiu-se como uma pesquisa exploratória com investigações variadas que foram desde a investigação documental e de bibliografia, até a coleta de dados junto aos participantes da pesquisa, com recursos de diferentes tipos de pesquisa. Este tipo de investigação científica tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com a questão

pesquisada, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Assim, a maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Enquanto metodologia de análise de dados utilizou-se nesta pesquisa a técnica de análise hermenêutico-dialética empregada inicialmente por Minayo (2002) no cenário brasileiro da pesquisa qualitativa em saúde e, tem sido utilizada em várias pesquisas das ciências humanas e sociais. Sobre esta técnica a autora ressalta que:

A união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a entender o texto, a fala, o depoimento, como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico (MINAYO, 2002, p. 227).

De acordo como Brito (2005), a hermenêutica, coloca-se como um processo de compreensão da realidade, e de como nosso psíquico interpreta os sinais apreendidos pelos sentidos, deixando evidente a visão hermenêutica de que há uma estreita conexão entre pensamento e linguagem. Em termos procedimentais, a técnica da hermenêutica baseia-se em dois movimentos interligados: o gramatical e o psicológico. O movimento de interpretação gramatical analisa o discurso, a forma de utilização das palavras. O movimento psicológico ultrapassa o sentido objetivo das palavras, e ocorre quando o observador/intérprete se propõe a reconstruir as intencionalidades do sujeito que proferiu as palavras.

A lógica dialética evidencia a contradição expressa na realidade por intermédio dos antagonismos que apenas tornam-se visíveis a partir da análise profunda da realidade em estudo. Adorno (1980) assume o caráter especulativo da lógica dialética, no sentido da autorreflexão crítica do entendimento, reconhecendo suas limitações.

Nesse sentido, a análise dos dados, com o método hermenêutico-dialético é capaz de dar conta de uma interpretação mais próxima da realidade, pois, coloca a fala em seu contexto para entendê-la no campo da especificidade histórica e totalizante, em que é produzida (MINAYO, 2002).

5.4 Procedimentos técnicos e contexto de desenvolvimento da pesquisa

O trabalho de campo contemplou diversos instrumentos metodológicos diferentes e grupos de abordagem. Foi realizada a chamada triangulação de abordagens qualitativas, pesquisa participante, pesquisa ação, entrevistas e análise documental da bibliografia, em uma pesquisa com metodologia de abordagem exploratória, objetivando obter uma visão geral da

percepção de todos do contexto pesquisado. As etapas da pesquisa se deram de forma concomitante, sendo divididas no texto para melhor compreensão das mesmas.

Etapa I: O delineamento do formato da pesquisa, seus objetivos e intencionalidades se deu muito antes da oportunidade do mestrado, em espaços de auto-organização das mulheres trabalhadoras da região Bragantina, na oportunidade das Assembleias Populares das Mulheres desenvolvidas no Município de Bragança e que tiveram a pesquisa como um dos canais para fomentar a luta por direitos.

Na época o debate que mais incomodava nos momentos coletivos era sobre a proibição da catação de caranguejo na região, mas a partir deste, muitos outros questionamentos vieram surgindo para reflexão, entre estes a negação de direitos envolvendo o reconhecimento da mulher trabalhadora da pesca. Na pesquisa foram então colocadas as questões que mais incomodam/indignam as mulheres envolvendo o tripé: saúde, trabalho e previdência.

Para isto foi realizado o acompanhamento de reuniões e encontros do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras, Articulação Nacional das Pescadoras e Comissão Pastoral da Pesca a fim de perceber os pontos mais dramáticos das pautas da categoria e como poderíamos otimizar a abordagem dessas questões dentro da pesquisa. Ao longo então de toda a pesquisa, foram discutidas com a categoria as melhores formas de desenvolvimento da mesma, através de reuniões e rodas de conversa (metodologia Freireana)

Etapa II: Pesquisa bibliográfica e documental, que foi realizada através de levantamento dos trabalhos nesta área de pesquisa, dados oficiais e estatísticas, a legislação pertinente, dados sobre a atividade pesqueira realizada pelas mulheres nesta região (ministério da pesca e aquicultura e portal da transparência da presidência da república), além de documentos públicos dos movimentos de pescadores(as) como: conselho pastoral da pesca, movimento dos pescadores e pescadoras, articulação nacional das pescadoras, além de outras informações e documentos necessários para aprofundamento da pesquisa. As coletas de informações foram realizadas nos órgãos e instituições como: organizações da categoria (sindicato e colônia de pescadores), secretaria de saúde e posto de saúde local, banco de dados do sistema único de saúde- SUS e nas entrevistas junto às pescadoras.

Etapa III: As coletas de dados em campo foram realizadas na comunidade do Treme, município de Bragança – PA, que faz parte da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e na comunidade de Aricuru, município de Maracanã, área que faz parte Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. Inicialmente pensamos na comunidade de Caratateua em Bragança ao

invés do Treme, mas devido a algumas ações já se encontrarem em curso na comunidade do Treme ponderamos que seria mais produtivo potencializar as ações nessa comunidade.

A coleta de dados nas comunidades foi realizada no período de seis meses, com um universo amostral de 10 pescadoras/marisqueiras de Bragança e 10 pescadoras/marisqueiras de Maracanã. Foi realizada a anamnese do contexto de vida e de trabalho das trabalhadoras, com auxílio de um roteiro semi-estruturado (em ANEXO E) e, posteriormente, as características das enfermidades foram confrontadas com as informações coletadas no sistema único de saúde e com a percepção das trabalhadoras e relatos dos profissionais de saúde locais.

Os roteiros das entrevistas compreenderam essencialmente uma abordagem qualitativa, a utilização de roteiros semiestruturados se deu para que a metodologia das entrevistas consistisse muito mais em uma conversação do que simplesmente perguntas e respostas, optando-se por uma abordagem livre, na qual os sujeitos puderam discorrer sobre suas experiências, porém seguindo uma ordem de questionamentos e, conseqüentemente, uma linha de pensamento que permitisse um melhor aprofundamento da realidade local.

As entrevistas foram gravadas, entretanto após a realização de cada entrevista, eram registradas as primeiras impressões, e um resumo sobre os termos e pontos importantes e recorrentes. Tal prática (hermenêutica) contribuiu muitíssimo para o processo interpretativo, que não foi desenvolvido de maneira estanque e fragmentada, e tratado como posterior à fase de coleta dos dados. Ao contrário, o processo interpretativo acompanhou todo o processo de campo, mantendo-se um permanente diálogo com os conteúdos que emergiam em cada entrevista, e com os sentidos que se construía em cada uma delas.

Inicialmente a ideia era entrevistar somente as pescadoras e dois grupos de profissionais da saúde (coordenador do programa de agentes comunitários e agentes de saúde). Entretanto, ao longo da pesquisa optei por entrevistar mais grupos, dessa forma, foram entrevistados 10 pescadoras de cada comunidade onde a pesquisa foi realizada (10 de Aricurú - Maracanã e 10 do Treme- Bragança), três agentes comunitários do Treme (que possui 12 no total) um agente comunitário de Aricurú (que possui somente um ACS), 01 médico de cada comunidade, 01 enfermeiro de cada comunidade, 01 gestor do sindicato dos pescadores de cada município, 01 gestor da colônia de pescadores de cada município, totalizando 34, somando-se a este número os coordenadores da atenção básica e da vigilância sanitária de cada município.

As mulheres também foram acompanhadas em suas atividades de trabalho em uma perspectiva de observação participante⁶ e pesquisa ação. A observação participante compreendeu o acompanhamento no dia-a-dia das participantes da pesquisa compreendendo suas atividades diárias, sua vivência junto à comunidade, lazer e processo de trabalho, com a observação direta das atividades das pescadoras/marisqueiras para captar as explicações e interpretações da realidade, a partir da visão/ percepção das mesmas, onde utilizou-se um diário de campo e roteiro de observação (ANEXO G).

. A escolha das pescadoras/marisqueiras a serem entrevistadas seguiu a metodologia de amostragem chamada de “bola de neve” (*snowballsampling*), ou “cadeia de informantes”, a qual consiste em uma técnica de amostragem que utiliza cadeias ou redes de referência, seguindo indicações dos participantes da pesquisa (BIERNACKI & WALDORF, 1981) e teve os seguintes critérios: Ter a atividade de pesca e mariscagem como principal fonte de renda da família e mais de 15 anos na atividade.

A qualificação dos agravos de saúde das participantes da pesquisa se deu a partir da opinião e percepção tanto das próprias pescadoras/marisqueiras como dos profissionais de saúde envolvidos na pesquisa. E não houve uma avaliação/medição dos agravos de saúde relatados, sendo estabelecida a relação dos agravos de saúde relatados com a práticas cotidianas e de trabalho das participantes da pesquisa, desse modo, associando-se as doenças relatadas com sintomas de doenças que tenham relação com a dinâmica de trabalho relatada e observada (MOTA; PENA, 2014, p. 44).

No esforço de não cair no contra discurso e de aplicação metodológica dos conceitos e intencionalidades do campo da saúde do trabalhador, na análise do discurso/conteúdo dos entrevistados foi sempre levado em consideração as representações sociais e a percepção dos participantes da pesquisa, suas interpretações do processo de adoecimento/saúde, sua relação com o trabalho e seu cotidiano.

Na pesquisa os resultados são expostos em um estilo narrativo e a análise das falas dos participantes da pesquisa foi analisada com vistas a seguir um caminho reflexivo do pensamento hermenêutico-dialético, o qual considera que o discurso no geral dos grupos de indivíduos está relacionado às vivências de cada indivíduo, em sua relação com os demais, mas também com o contexto imediato na qual estas falas foram produzidas, e, ainda, mais amplamente, com o contexto mediato, o tempo histórico presente, e demonstradas através da investigação da percepção dos mesmos (MINAYO, 2014).

⁶ Perspectiva de pesquisa onde o sujeito-observador é também participe da investigação à medida que se relaciona com o objeto/sujeito da pesquisa

Dessa forma, com o objetivo de analisar os dados como uma totalidade, foi realizada a escuta das falas dos participantes da pesquisa, bem como, as transcrições das entrevistas. As gravações foram e transcritas individualmente, para empreender um processo de imersão nos dados e a compreensão da lógica e dos sentidos das narrativas, em um processo predominantemente hermenêutico de realizar observações quanto às falas recorrentes, ou que estavam diretamente ligadas ao objeto de estudo, valorizando a percepção dos sujeitos.

5.5 Aspectos éticos

É importante destacar que todos (as) participantes da pesquisa foram devidamente esclarecidos dos objetivos e intencionalidades da mesma, contribuindo com a pesquisa de modo voluntário. As fotos durante os trabalhos de campo foram tiradas com a permissão das pessoas envolvidas, bem como os nomes das (os) participantes da pesquisa não são revelados, a fim de preservá-las (os). Como também, pretende-se devolver os resultados com auxílio de cartilhas (em anexo) sobre saúde, trabalho e direito previdenciário das seguradas especiais, que serão utilizadas em um projeto com as pescadoras da região organizado pela Comissão Pastoral da Pesca, bem como utilizadas em uma perspectiva bem mais ampla de luta.

A pesquisa cumpre todos os critérios éticos determinados pela resolução 196/96 do conselho nacional de saúde – CNS sobre os procedimentos éticos. Esta resolução determina que a comunidade – objeto de estudo/intervenção – deve ser informada de todos os principais momentos do estudo e do curso das intervenções, incluindo os resultados da pesquisa.

6 ÁREA DA PESQUISA: MESOREGIÃO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO DO SALGADO

A mesorregião do nordeste paraense, é composta por 49 municípios, é uma das seis mesorregiões do estado brasileiro, com aproximadamente 1.903.264 habitantes e uma área de 83.074,047 km², segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE (2014). Sua subdivisão é feita em 5 micros regiões, sendo elas: Microrregião Salgado, contemplando 9 municípios; Microrregião Bragantina, com 13 municípios; Microrregião Cameté, com 7 municípios; Microrregião Tomé Açú, tendo 5 municípios e; Microrregião do Guamá, com 15 municípios, como pode ser observado no mapa abaixo.

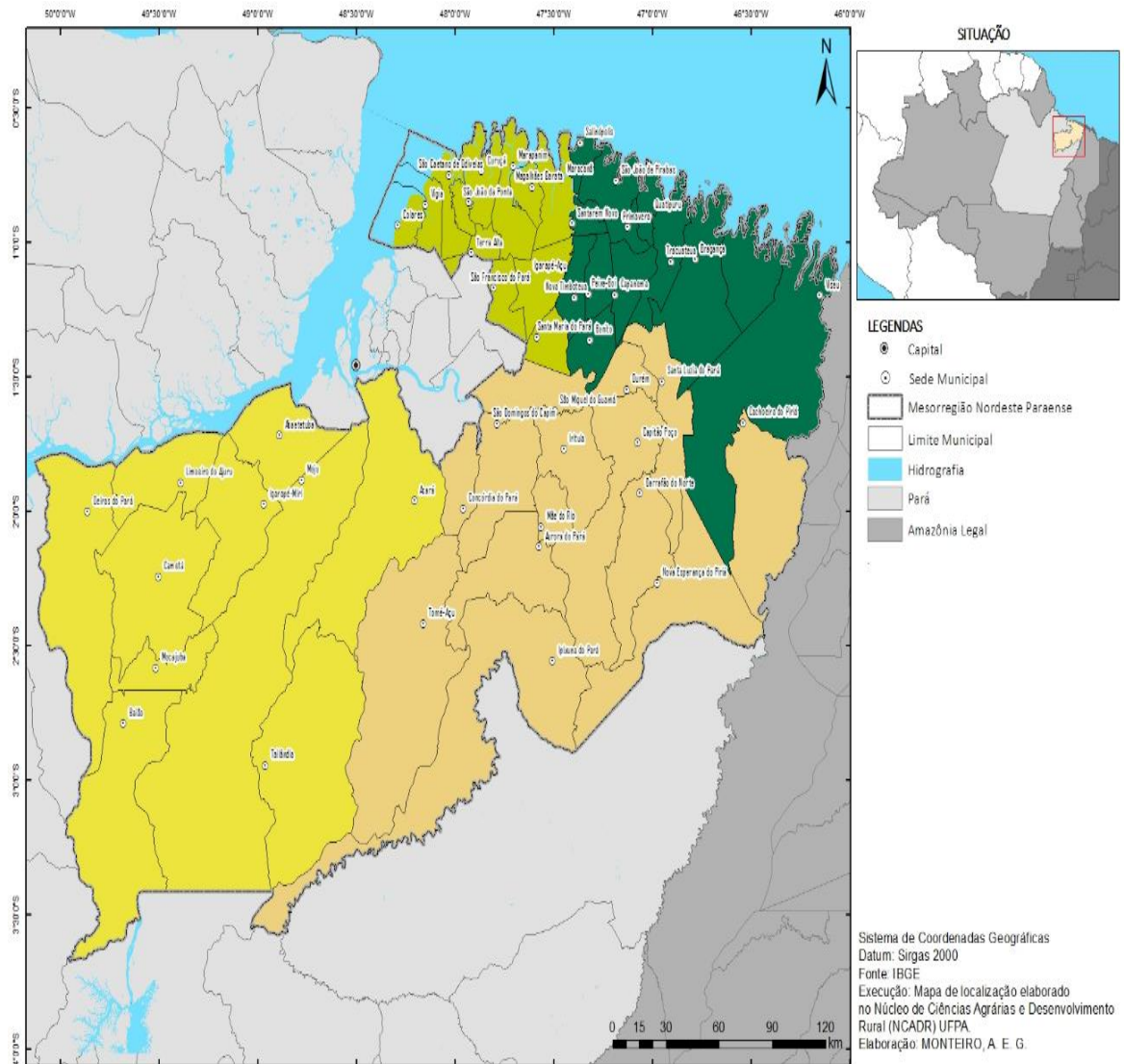


Figura 1: mapa da mesorregião nordeste paraense, com a divisão das microrregiões.
Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográficas. Datum: Sirgas 2000, IBGE.

A região concentra atividades voltadas para pecuária extensiva, extração mineral com destaque para caulín, calcário e ouro, sendo referência para grandes conflitos agrários como da Gleba Cidapar, no início da década de 1980, (SILVA, 1988) que utilizou como pressuposto a necessidade das terras para projeto agropastoril, enquanto, na verdade dos fatos, a estratégia era a expropriação das riquezas do subsolo.

Outra característica predominante da região é a herança do coronelismo que consolidou suas grandes propriedades através de ocupação ilegal de terras públicas, configurando grilagem de terras que, por conseguinte, mudou a paisagem da região devido o cercamento de grandes áreas de terras que resultou no isolamento das comunidades camponesas tradicionais, e até a extinção de algumas. Na história contemporânea, outras formas de ocupação foram desenvolvidas, tendo como resultados a maior agressividade dos

empreendimentos do agronegócio, com novas formas de exploração da natureza, principalmente a introdução em escala do plantio de grão (milho e soja), espécies florestais, cana de açúcar e dendê para produção do Biodiesel.

Na região o modelo de desenvolvimento do hidro/agronegócio, cada dia mostra-se mais presente, com uma das mais recentes investidas no cultivo do dendê em grande escala para fins de produção de Biodiesel, em terras arrendadas pelos moradores das comunidades. Nesse contexto, progressivamente, vem se evidenciando o aumento dos monocultivos, como também a utilização de práticas predatórias com consequências cada vez mais visíveis nas comunidades. Exemplo disto é o aumento do nível de aplicação de agrotóxicos para produção de alimentos, que por consequência compromete a saúde ambiental, a biodiversidade e a população.

No exercício da pesca artesanal vem se visualizando a diminuição dos acordos de pesca, com consequência à sobrepesca das espécies locais, e o não respeito aos períodos defeso, tendo em vista, também o não acesso ao pagamento do seguro defeso⁷ de muitas espécies de menor valor comercial. São várias as consequências do avanço do hidro/agronegócio no cotidiano das comunidades, resultando na mudança da paisagem e no aumento das dificuldades de vivência local.

6.1 Características ambientais

A costa paraense é caracterizada pela presença de um elevado número de estuários⁸ que possuem grande influência na dinâmica dos fatores físicos e oceanográficos e na ecologia da biota da região (CAMARGO & ISAAC, 2003). No intuito de assegurar a conservação dessas áreas com características naturais e o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações que tradicionalmente ocuparam esses territórios, foram criadas as Reservas Extrativas- RESEX (Decreto Federal nº 98.897/90).

Atualmente, no Estado do Pará, existem nove Reservas Extrativistas Marinhas - RESEXMar, dentre elas estão a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, criada em 2005 no município de Bragança, com uma área de aproximadamente 46.322 ha, localizada entre os dois principais rios da região (Caeté e Taperaçú) (BRASIL, 2005) e a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã.

⁷ Em 25 de novembro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.779, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, nesse caso incluindo também a categoria catador (a).

⁸ Estuários são ambientes onde a água proveniente do mar se encontra com a água originária de rios, misturando as águas doces e salgadas.

6.2 Base econômica local

Um ponto fundamental referente a economia local é justamente a característica agro pesqueira de grande parte das comunidades, tendo em vista o costume das mesmas de trabalhar com as várias atividades de acordo com a sazonalidade dos organismos. Consiste no extrativismo animal, vegetal e a agricultura, atividades que incorporam pessoas de ambos os sexos, desde crianças a idosos. Vale ressaltar que a intensidade de captura desses organismos sofre oscilações, pois todas essas atividades estão condicionadas às variações relacionadas aos ciclos biológicos dos organismos e das plantações, horários das marés e variações pluviométricas, entre outras.

Importante salientar que entre os estados da região norte, em especial no Pará, a pesca artesanal possui importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio agro pesqueiro. Somente os municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu, todos juntos, representam um quarto da produção estadual (SANTOS, 2005). Entretanto, a pesca artesanal, vem processualmente sendo integrada e subordinada à pesca industrial, através da contratação dos pescadores pela indústria pesqueira e donos de barcos, considerada pelos próprios pescadores como “escola” do pescador industrial. Esse trabalhador, torna-se totalmente expropriado de seus direitos trabalhistas, de suas ferramentas de trabalho e autonomia produtiva, além de sua relação familiar, pois muitos destes chegam a passar pouquíssimos dias do ano em terra com suas famílias.

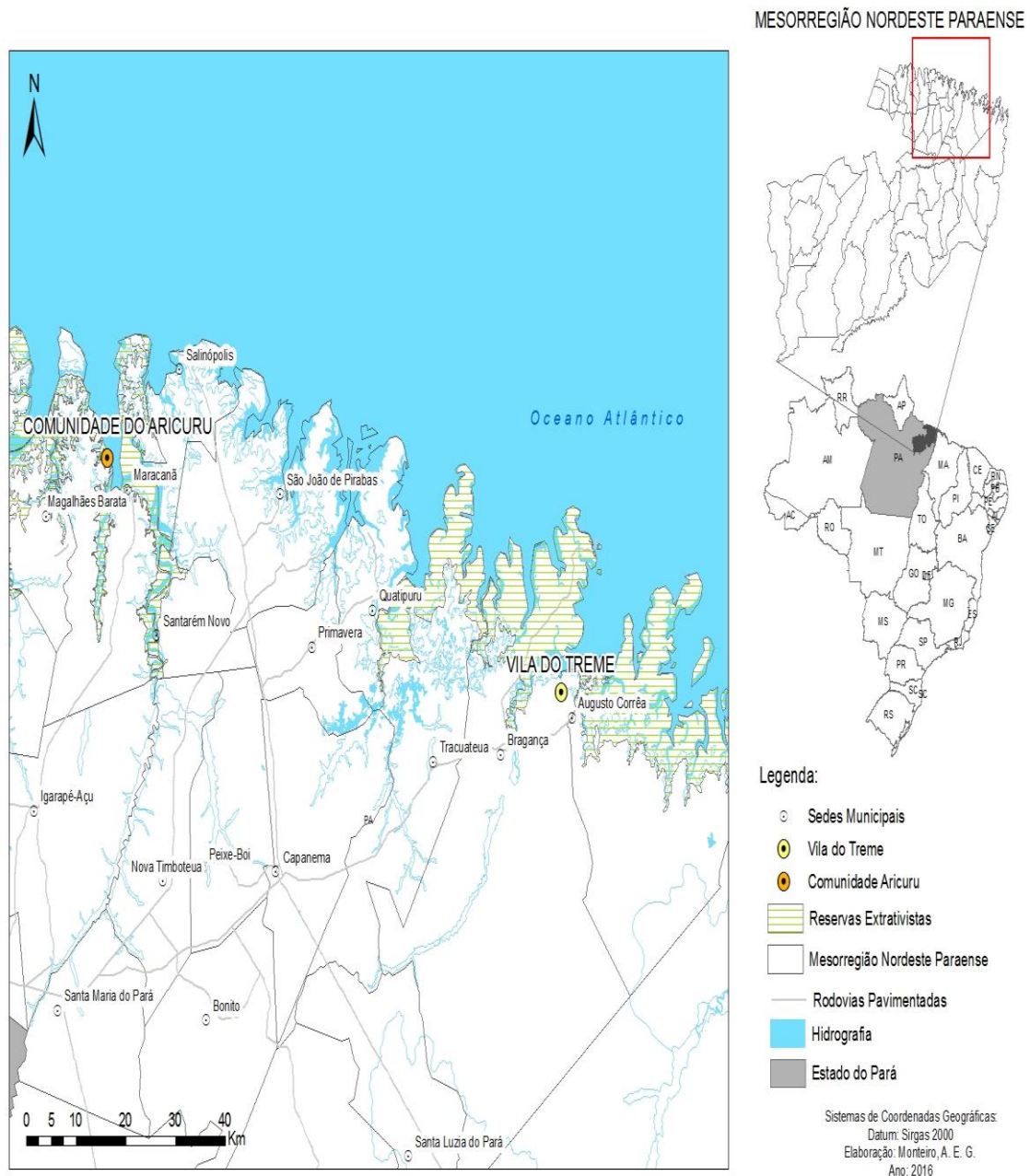


Figura 2: Mapa da mesorregião nordeste paraense, evidenciando os locais de coleta

Fonte: Elaboração por Monteiro, A. E. G; Ano: 2016

6.3 Município de Bragança

O município de Bragança pertence à mesorregião Nordeste Paraense e à microrregião Bragantina. Possui uma beleza natural extraordinária, com ecossistemas diversos e uma rica cultura constituída ao longo de seus mais de 400 anos de história, tendo a maioria de sua população relação direta com agricultura e a pesca artesanal, que são a base econômica deste município. É muito conhecido pela tradição cultural da dança da marujada, as belezas de suas praias oceânicas, além de ser conhecido no estado como um município de tradição pesqueira e ótima qualidade da farinha. Bragança faz as seguintes

fronteiras: ao Norte – Oceano Atlântico, ao Sul-Municípios de Santa Luzia do Pará e Viseu, ao Leste-Municípios de Augusto Corrêa e Viseu e Oeste-Município de Tracuateua.

A chamada Região Bragantina é caracterizada por uma grande diversidade de ecossistemas (praias, baías, costões, manguezais, restingas, ilhas, falésias, estuários, terra-firme, rios, várzea, campos salinos, entre outros), ambientes estes que moldam as práticas e costumes das populações que habitam estas áreas e que ao mesmo tempo são modificados por estas (EVER, 2012).

De acordo com Krause et al. (2001), aproximadamente 90% da península bragantina são cobertos por área de manguezal, fundamentalmente, por três espécies: mangue vermelho [*Rhizophora mangle* L.], Siriúba [*Avicennia germinans*(L.) Stearn] e mangue branco [*Laguncularia racemosa* (L.) Gaertn f.], sendo esta primeira a espécie dominante (MARQUES; CARVALHO; MELLO, 1997; PROISY et al. 2003). Nessa região os bosques de mangue são bem desenvolvidos, com árvores de até 25 metros de altura, e entrecortados por pequenos canais que permitem a entrada de nutrientes vindos das águas do estuário Caeté-Taperaçú (WOLF, 2000).

A origem do município está relacionada com a história da conquista da Amazônia. Fundada por volta de 1613, Bragança já foi referência na economia do Estado, com a produção de parte significativa dos produtos agrícolas consumidos na capital do Estado, que eram transportados através da Estrada de Ferro de Bragança-Belém até sua extinção em meados de 1965.

A partir de então, a agricultura passou a ter circulação e comercialização mais em âmbito local, e a pesca e práticas extrativistas passaram a ser atividades econômicas ainda mais importantes para o município, o qual, possui entorno de 200 comunidades. Tratam-se de comunidades de populações tradicionais, com sua vida econômica, social e cultural intimamente ligada à flora e à fauna, aos ciclos lunares, sazonais e de marés, a agricultura, aos períodos de reprodução dos peixes, caranguejos, camarões e outras muitas espécies provenientes do manguezal (GLASER, 2005).

Segundo os dados estatísticos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte- CEPENOR/IBAMA⁹, o município de Bragança ocupa o 3º lugar em volume de desembarque de pescado do Estado do Pará, possui várias espécies que movimentam a economia e, entre elas podemos citar o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), tanto para venda do crustáceo vivo como a venda da carne catada do mesmo, bem como o sururu (*Mytella falcata*

⁹ Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros de Litoral Norte (2002)

e *Mytella guianensis*), e várias espécies de peixes como: uricica (*Cathirops spixii*), acari (*Liposarcus pardalis*), rebeca (*Platydoras costatus*), pacamu (*Trachelyopterus* sp), peixe pedra (*Geniatremus luteus*), sete grude (*Nebris microps*), curuca (*Stellifer rastrifer*), cururuca (*Micropogonias furnieri*), e mais distantes, bagre (*Pariolius* spp), caíca (*Mugil curema*), Gó (*Macrodon ancylodon*), corvina (*Geniatremus luteus*), sarda (*Scomber scombrus*), sardinha (*Anchoa* sp.) e, capturado principalmente para consumo familiar, tem-se o siri (*Callinectes bocourti* e *C. sapidus*) (EVER, 2012).

Segundo dados do IBGE (2011), o município teve neste ano um produto interno bruto em torno de R\$ 332.469 (milhões). Os dados demográficos mostram que a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,91% ao ano, passando de 93.705 para 113.227 habitantes. Quanto ao sexo da população no município, o censo de 2010 revela que do total de habitantes, 57.291 são do sexo masculino (50.6%) e 55.936 são do sexo feminino (49.4%). O IDH do município em 2010 foi de 0,662 (IDH–M) e 0,662 (IDH-M Longevidade), sendo 0,774 (IDH–M Educação e 0,550 (IDH– M Renda) – (PNUD/IPEA). Em 2010, 23,7% da população foi considerada na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (37,3% da população na extrema pobreza na área rural contra 16,0% na área urbana).

Assim, nota-se um município extremamente rico do ponto de vista cultural e de riquezas naturais, mas com um povo altamente expropriado e explorado, e com baixa mobilização/organização social.

6.3.1 Vila do Treme – Bragança – PA

A vila do Treme está localizada no Município de Bragança, o qual faz parte da região conhecida como salgado, que se estende por todo nordeste paraense, banhado pelo oceano atlântico. A Vila encontra-se distante a 18 km da área urbana do município e sua população é de aproximadamente 9.000 (nove mil) habitantes (IBGE, 2010), o que faz dela uma das vilas mais populosas do município.

Segundo relatos de moradores antigos a origem da Vila do Treme, se deu em meados dos anos de 1900 (tendo em vista que Bragança possui 401 anos), com a vinda de algumas famílias de Bragança em procura por áreas férteis. Nesse período, a agricultura foi a principal atividade para aquisição de renda para população da vila, destacando-se a produção de mandioca, milho e banana. Entretanto, mesmo sem perder a necessidade da prática da agricultura, a pesca e extrativismo foram se estabelecendo como a base econômica da comunidade, em especial a extração de caranguejo. Na época de origem, a vila se chamava

São Pedro, que na tradição católica é uma homenagem ao santo padroeiro dos pescadores. Posteriormente, a Vila veio a ser chamada de Treme.

Existem duas versões que divergem em poucos detalhes, explicando a origem do nome da comunidade. Uma delas diz que naquela época existia um grande lago por onde os moradores tinham que passar todos os dias para trabalhar na agricultura, e no exato momento (no meio) da travessia as águas do lago começavam a “tremar” com força, formando pequenas ondas, e movimentando toda a vegetação existente sobre o lago, produzindo um ruído assustador. A outra versão conta que o “tremor” que se sentia, era devido a movimentação de um gigantesco jacaré que habitava no lago, que quando se mexia movimentava o lago por inteiro, tremendo a vegetação e produzindo um som aterrorizador. Atualmente o lago foi totalmente assoreado.

Com uma rica cultura a Vila do Treme veio desenvolvendo-se e, hoje, se destaca como a maior comunidade pertencente ao município de Bragança. Cercada por um vasto estuário formado por mangue e rios que levam até o mar. As características naturais colocam-se como pilar da economia local.

Quanto à estrutura, no Treme existem três escolas, uma do Estado (ensino médio) e duas do Município (ensino fundamental). Possui abastecimento de água, coleta de lixo e posto de saúde.

6.3.2 Serviço de saúde no Polo do Treme

O Posto de Saúde da Família do Treme atende uma população de aproximadamente 9.000 pessoas, divididas em 680 famílias. Para isto conta com 12 Agentes Comunitários de Saúde, uma médica, um enfermeiro e um odontólogo. O Pólo Treme compreende seis comunidades: Sol Nascente, Jandiaí, Vila Nova, São Domingo, Aciteua, Eldorado e a própria Vila do Treme.

O posto de saúde, desenvolve atendimento primário e atende os casos de emergência sem risco a vida do usuário. Para isto, conta com a médica que trabalha de segunda a quinta e o enfermeiro que trabalha de segunda a sexta. Uma vez por mês frequentam o posto algumas especialidades, através do Núcleo de Apoio a Saúde da Família-NASF; frequentemente pediatria, nutrição, ortopedia e ginecologia.

A precariedade de medicamentos e os casos de emergência de alta complexidade são resolvidos em Bragança.

As consultas são agendadas no próprio posto, muitas vezes levando o usuário a amanhecer nas filas, para garantir o atendimento, principalmente o odontológico, que

apresenta uma grande demanda (30 fichas diárias). Os exames e outras especialidades são encaminhados pelo médico à regulação em Bragança.

Hoje, pela dificuldade de deslocamento até a sede do município, muitos deixam de marcar seus exames e consultas, haja vista que, anteriormente este procedimento era feito por um funcionário da prefeitura que entregava à comunidade tudo devidamente autorizado e agendado.

Quanto aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, segundo os mesmos, sua função é instrução e aconselhamento em casos de doentes e para a prevenção do adoecimento, orientando as famílias. Caso seja encontrado alguma anormalidade eles notificam, para que esse usuário possa ser acompanhado e orientam a pessoa a marcar sua consulta.

Por vezes são realizadas algumas ações e palestras. Como também os programas para amamentação com palestras para as puérperas, hipertensos, diabéticos, entre outros.

O programa teve uma modificação, e anteriormente a contagem das visitas que era por domicílios, mas agora a contagem é por pessoa. Então, por dia, os ACS têm que atender no mínimo a 23 pessoas, com uma meta mensal, de visitar todas as famílias da área. O monitoramento é feito pela identificação do número do cartão do SUS.

6.4 Município de Maracanã

O Município de Maracanã pertence, também, à mesorregião Nordeste Paraense. Está situado à margem esquerda do rio que leva o mesmo nome- Maracanã. Faz parte da Microrregião do Salgado e é localizada à 165km da capital, Belém. Atualmente é Reserva Extrativista Marinha Maracanã- Pará e possui uma área com cerca de 30 mil hectares.

Por volta de 1531, houve a presença de europeus durante expedições, posteriormente por navegadores franceses que se estabeleceram aproximadamente no ano de 1614, sendo expulsos em 1615, quando foi ocupada por missionários jesuítas.

Na sua transição para município chegou a ser paróquia em 1700 e Vila- São Miguel de Cintra, em 1755, e somente em 1833 é estabelecido como Município, retomando seu nome originário de Maracanã, que quer dizer *chocalho falso*. Ganhou esse nome devido a uma espécie de arara, típica da Amazônia, que emite um som de maracá (chocalho) e *nã* (falso). Suas imediações limitam-se ao Norte pelo Oceano Atlântico; ao Leste por Salinópolis; ao Oeste por Magalhães Barata e; ao Sul por Igarapé-Açu.

Maracanã teve grande inserção no Movimento Cabano ocorrente em 1836, havendo recrutamento de aproximadamente 300 homens para participarem desse ato revolucionário, que tomou grande proporção em toda região do Salgado.

Uma das tradições é de festejar os Santos São Miguel no período de 19 a 27 de setembro, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré que acontece no 2º domingo de novembro, São Benedito de 26 a 28 de dezembro, incluindo a força do mês junino com danças de carimbó e boi-bumbá.

O município é formado por 3 distritos: Maracanã, São Roberto e Boa Esperança. Tem sua população estimada em 28.376 habitantes e uma área de 855,664 km² (IBGE,2012). O município detém de uma economia baseada na pesca e agricultura familiar. Sua agricultura é somente para subsídio próprio, estando a pesca como principal fonte de economia local. Entre os recursos pesqueiros principais destacam-se as espécies: Raia (*Potamotrygon falkneri*), Bagre (*Pimelodus spp*), Caranguejo (*Ucides cordatus*), Caratai bodó (*Pseudauchenipterus spp*), Corvina bacalhau (*Geniatremus luteus*), Dourado (*Salminus maxillosus*), Gó (*Macrodon ancylodon*), Peixe pedra (*Geniatremus luteus*), Piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*), Pratiqueira (*Mugil curema*), Bandeirado (*Bagre spp.*), Bragalhao (*Tachysurus barbuis*), Camarão branco (*Penaeus schmitti*), Gurijuba (*Hexanematichthys parkeri*), Pacamun (*Batrachoides surinamensis*), Pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), Sarnambi (*Anomalocardia brasilian*), Siri azul (*Callinectes sapidus*), Tainha (*Mugil spp.*) e Turú (*Teredo navalis*).

O município apresenta grande diversidade e estrutura de relevo, sua vegetação é mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea e manguezais recebendo também influência do oceano. É caracterizada pela pesca, extração e atividade agrícola. Apresenta, ainda, em sua hidrografia dois rios sendo o principal o Rio Maracanã que nasce no município de Santa Maria do Pará, perpassa por Nova Timboteua limitando-se com Salinópolis e Santarém Novo.

Maracanã foi inserida, desde 2002, na Área de Reserva Extrativista-RESEX MA que compreende o grupo das unidades de conservação no território brasileiro, com mais de 30 mil hectares. A RESEX MA foi criada por meio do Decreto de 13 de dezembro de 2002, tendo como objetivo assegurar o uso sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (ICMBio, 2016).

A área referida é composta por 75 comunidades de ribeirinhos banhadas pelos rios Marapanim, Cuinarana, Maracanã, Caripí e a Baía de Maracanã.

De acordo com IBGE 2012, Maracanã teve o produto interno bruto no valor de R\$ 122. 694,210 (milhões). Segundo o IBGE (2010) a população masculina, representa 14.699 habitantes (51,8%) e a feminina 13.677 habitantes (48,2%). Os IDHs do município em 2010 foi

de: 0,570 (IDH-M); 0,764 (IDH-M Longevidade); 0,454 (IDH-M Educação) e 0,534 (IDH-M Renda).

Segundo o SII (2010), o índice de pessoas abaixo da linha de pobreza era em torno de 74,17% da população total, ou seja, 20.450 habitantes (8.125 pessoas na área urbana e 12.325 na área rural). O município de Maracanã, mesmo sendo pequeno a nível populacional, não consegue propiciar a seus habitantes uma vida socialmente digna com melhores condições de vida, incluso saúde, renda e saneamento.

6.4.1 Comunidade de Aricurú – Maracanã-PA

A comunidade de Aricurú está localizada no município de Maracanã-PA, entre os rios Samuarie e Jacarequara. É uma das comunidades mais antigas de Maracanã tendo suas origens baseadas no catolicismo e pesca, agricultura familiar e extrativismo como formas de trabalho.

De acordo com pesquisas *Aricurú* é o nome de um fruto derivado de uma palmeira muito conhecida no baixo amazonas que também pode ser conhecido como *Urucuri* ou *Aricuri*. No entanto, com base em relatos dos moradores, Aricuru tem duas significações, a primeira que diz ser o nome de um pássaro e a segunda advindo de nomes de duas tribos: ARI e CURU. Com base em relatos dos próprios moradores a comunidade foi, ainda, habitada por índios, tendo em vista a familiarização de avós e bisavós indígenas que as pessoas de Aricurú apresentam, inclusive exibem equipamentos e objetos originários da cultura indígena. A história registra a presença de índios tupinambás no local por volta de 1800, sendo Aricurú uma mistura entre índios e portugueses advindos do contexto social local histórico de Maracanã (MOREIRA & RODRIGUEZ, 2010).

Aricurú está inserida na RESEX MAR, dispõe de uma beleza natural particular, evidenciando-se por seu rio “*maracanã*” e seu modo artesanal de confeccionar seu material de trabalho como: paneiro, matapi e curral (ANEXO A). O acesso do município até a comunidade se dá por meio de embarcações, com duração de até 30 minutos de viagem. Têm como principal fonte de renda a pesca artesanal, complementando com a agricultura de subsistência no cultivo da mandioca e milho e extração da mangaba e bacuri, entre outros frutos.

Segundo dados de ACS's, residem em Aricurú cerca de 236 pessoas, totalizando 55 domicílios, morando em média 5 pessoas por domicílio.

Existem na comunidade 2 escolas: 1 pré-escola e 1 escola de ensino fundamental, não possuindo escola de ensino médio, segundo dados dos ACS, são entorno de 30 crianças que

estudam na própria comunidade e 60 que se deslocam para Maracanã para estudar. Na comunidade não há coleta de lixo, dispõe de rede de abastecimento de água. Mas não possui posto de saúde (o qual pertence ao polo dos Martins Pinheiro, que fica a 15 km de Aricuru).

6.4.2 Serviço de Saúde no Pólo dos Martins Pinheiro (que compreende Aricuru)

O Aricuru, pertence ao Polo Martins Pinheiro, que possui uma população é de aproximadamente 3.000 pessoas, abrangendo treze vilas: Boa Esperança, São Tomé, Nova Brasília, Aricuru, Beira Mar, Vista Alegre, Pindoal, Espírito Santo, Passagem, Campo Alegre, Campinho, Guajará, Santa Rosa.

O Pólo atua de acordo com a Estratégia de Saúde da Família, com uma equipe composta por: um médico da família, um enfermeiro, e sete ACS (um atua em Aricuru). Não possui profissional de saúde bucal. Esse atendimento é feito em Maracanã, três dias na semana, destinados ao interior, porém com uma oferta menor que a demanda. É mais fácil ir de Aricuru para Maracanã (30 minutos de barco) do que para a comunidade de Martins Pinheiro. Tanto que as grávidas fazem pré-natal, bem como os hipertensos e diabéticos buscam medicamentos, em Maracanã. Então, raramente a população vai para o posto de Martins Pinheiro. Nos casos graves, a exemplo do câncer e hemodiálise, a prefeitura disponibiliza transporte para o deslocamento para outras cidades.

Existe três tipos de atendimentos: As consultas programadas, as agendadas e a demanda espontânea. O atendimento dá-se no intervalo de três dias, na outra o usuário volta em trinta dias e o atendimento do paciente que aparece no dia, respectivamente. A média é de trinta pacientes por dia.

A marcação de exames na regulação é feita por funcionários e possuem um livro de cadastro de usuários de medicação contínua para disponibilizarem os mesmos. Utilizam como estratégia ações educativas, como forma de prevenir doenças e o médico faz uma visita mensal em Aricuru.

7 O COTIDIANO E PROCESSO DE TRABALHO DAS PESCADORAS/MARISQUEIRAS

*"Sem trabalho eu não sou nada
 Não tenho dignidade
 Não sinto o meu valor
 Não tenho identidade
 Mas o que eu tenho
 É só um emprego
 E um salário miserável
 Eu tenho o meu ofício
 Que me cansa de verdade
 Tem gente que não tem nada
 E outros que tem mais do que precisam
 Tem gente que não quer saber de trabalhar
 Mas quando chega o fim do dia
 Eu só penso em descansar"*

("Música de Trabalho"; Renato Russo)

No Pará, em especial na mesorregião nordeste paraense a pesca artesanal possui importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio agro pesqueiro. Entretanto, como mostram pesquisas (DEDECCA, 2004; MANESCHY, 1995), a mão de obra feminina é amplamente utilizada em várias outras atividades, com o uso de diversos recursos naturais (relacionadas ao extrativismo vegetal, pesca e pós-pesca e a agricultura), utilizando-se da força de trabalho familiar e técnicas tradicionais de manuseio. Contudo, as mulheres destacam-se nas cadeias produtivas do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e bivalves como o sarnambi (*Anomalocardia brasilian*) o sururu de dedo (*Mytella guyanensis*) e o sururu de corrente (*Mytella falcata*), exercendo uma determinante função na agregação de valor dos produtos, sendo identificadas como responsável principalmente pela fase de beneficiamento, utilizando-se deste como estratégia de autonomia financeira e manutenção familiar.

As mulheres das comunidades pesquisadas mostraram fazer uso de bens costeiros diferentes, de acordo com a dinâmica da natureza local. Na vila do Treme, em Bragança, as mulheres utilizam-se principalmente do caranguejo. Já na comunidade de Aricurú, em Maracanã, as mulheres utilizam-se muito do sarnambi nas épocas de safra do mesmo.

Nota-se que a mulher tem lugar bem definido na cadeia produtiva da pesca, voltadas principalmente ao beneficiamento dos organismos costeiros e fortemente atreladas ao espaço

doméstico. As atividades masculinas encontram-se predominantemente fora do âmbito doméstico, mais expressivamente a pesca em alto mar ou currais¹⁰ e a coleta de crustáceos relativamente distantes da comunidade como caranguejo e o camarão, enquanto o beneficiamento desses animais é considerado uma tarefa feminina.

“Aqui na comunidade as mulheres ficam mais com as coisas que dá pra gente fazer perto da casa sabe, para cuidar das crianças e se virar no que dá. Elas também ajudam. Tem que aprender né. Desde criança eu ajudava minha mãe na catação, que de primeira era numa casa que nos tinha com uma barraca bem grande pro lado de fora. (...) O meu pai era pescador, passava era tempos pra fora. E minha mãe levando né, como dava. A gente catava, plantava uma roça pra comer, pegava uns peixe na beira por aí, e assim vai... Meu marido pesca do mesmo jeito do meu pai e eu levo a vida que nem minha mãe...”

(Pescadora da comunidade do Treme)

“Meu marido tem um curral que ele ajeitou com o primo dele, é muito trabalho viu, despescar toda marezada. As vezes quando tem muito peixe eu vou lá ajudar a despescar, e depois aqui em casa eu trato (...) Quando é a safra eu tô no sarnambi e os meninos me ajudam”.

(Pescadora da comunidade de Aricurú)

Toda essa proximidade entre trabalho doméstico e o trabalho para aquisição de renda leva à dificuldade de reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres no setor pesqueiro, pois, o trabalho das pescadoras ocorre em um formato de interação entre trabalho produtivo (MARX, 1983) e reprodutivo (NOBRE, 2003). Antes de sair para pescar/mariscar, elas cuidam da casa, dos/as filhos/as e vão pescar/mariscar nos locais próximos a comunidade. No caso das catadeiras de caranguejo, começam a jornada logo nas primeiras horas do dia. Cotidiano que converge para a não percepção das mulheres enquanto trabalhadoras, mesmo suas atividades sendo essenciais para o grupo doméstico e para economia local, fortalecendo a invisibilidade do trabalho feminino (MOTTA-MAUÉS, 1999).

Este fato tem explicação na visão do senso comum de que só é trabalho quando é assalariado, ou seja, as atividades que geram as condições para manutenção da vida, mas que envolvem dinheiro de forma esporádica ou não envolvem, são vistas como tarefas corriqueiras e no caso das mulheres como obrigatoriedade feminina, haja vista que grande parte das atividades desenvolvidas pelas mulheres são ligadas ao espaço da casa, ou mesmo realizadas dentro de casa, com ajuda dos filhos e outros familiares. Quanto mais próximas do espaço doméstico mais feminizadas as atividades, dessa forma também vistas como complemento do trabalho masculino e tem sua importância minimizada, ficando no âmbito da complementaridade.

¹⁰ Armadilha para peixes fixa na água. É feita de madeira e dividida em seções/compartimentos.

Observa-se que a divisão sexual do trabalho é muito forte, a qual, de acordo com Kergoat (2009), tem base na hierarquização das atividades (com o trabalho do homem sendo considerado mais importante e melhor que o da mulher). Dessa forma, todo o trabalho das mulheres se reafirma como obrigatoriedade feminina e coloca-se socialmente como ajuda/complemento do trabalho masculino, contribuindo com o aspecto de crescente precarização das condições do trabalho feminino.

É evidente o grande peso das imposições de gênero no cotidiano das mulheres nas comunidades pesquisadas, de modo que a partir da divisão sexual do trabalho estas mulheres não conseguem se entender/enxergar como trabalhadoras e, assim, visualizam suas diversas e exaustivas formas de trabalho como obrigatoriedade feminina, tendo como contribuições para isto, o fato de que maior parte dos trabalhos que desenvolvem (mesmo sendo imprescindíveis para manutenção familiar) são para consumo familiar ou troca por outros artigos.

Desse modo, quando questionadas sobre sua percepção de trabalho, as mesmas consideram que “*ajudam e/ou complementam*” o trabalho do homem. Como fica evidente na fala de uma pescadora da comunidade de Aricurú – Maracanã, quando questionada se trabalha:

“Eu ajudo assim com o Bolsa Família que eu ganho. Ai quando ele pesca né, coloca o curral na safra, ai a gente se ajuda, eu e ele, ele vai pegar, as vezes vou com ele, eu ajudo ele a limpar o peixe tudinho, salgar, isso aí. A gente tem uma roça só pra farinha pro consumo. Tem também o sarnambi que eu tiro. E também as vezes eu lavo roupa pro pessoal do jogo de bola, vendo uma avon, as vezes faço uma faxina quando pedem ... e assim vai... assim vou ajudando aqui em casa. “
(Pescadora da comunidade de Aricurú)

As mulheres realizam sempre várias atividades para aquisição de renda, tanto com atividades sem os recursos naturais, como o uso dos bens naturais (relacionadas ao extrativismo e a agricultura) que fazem parte de seus cotidianos, evidenciando a grande pluralidade de atividades exercidas pelas mulheres como estratégia de sobrevivência.

Assim, mesmo desempenhando várias atividades para aquisição de renda e para o consumo familiar grande parte das mulheres considera que o dinheiro do homem é o que mantém a casa e, que o dinheiro que elas adquirem com seu trabalho é um complemento/ajuda à renda do marido.

Entretanto, quando somado todas as atividades que as participantes da pesquisa desenvolvem para aquisição de renda, nota-se que estas desenvolvem em média cinco diferentes atividades, e ainda contam com a Bolsa Família. Com este dinheiro realizam a manutenção das necessidades diárias, sustentam os filhos e a alimentação. Assim, o dinheiro

do homem é muito mais utilizado para o pagamento de contas e comida e com os gastos pessoais dos mesmos, sendo estes últimos por vezes maiores do que a quantidade que eles contribuem com a casa.

As atividades são exercidas de acordo com as condições naturais de cada ecossistema e espécie, entretanto seguem também as imposições socioculturais e de relações de gênero. Assim, o trabalho desenvolvido pelas pescadoras/marisqueiras, por ser atrelado ao espaço doméstico, tem vários agravantes que incidem diretamente no processo de adoecimento, como por exemplo, as muitas jornadas de trabalho, para atender a todas as exigências (sociais e econômicas) e as atribuições do lar, bem como, essa invisibilidade do trabalho feminino que distancia as mulheres do processo de reconhecimento da importância de seu trabalho até mesmo entre elas, dificultando seu processo de auto-organização e auto definição enquanto pescadoras.

Estas imposições também aumentam a necessidade de flexibilização do trabalho das mulheres¹¹, como também propiciam a precarização do mesmo. Consequência disto, são mulheres sem autonomia do uso de seu tempo, como também de tempo livre para fazer o que bem entender (diferente dos homens, que mesmo também altamente explorados no trabalho, desenvolvem sua individualidade no uso do tempo), o que é essencial para a qualidade mental e de vida. Também, a falta de autonomia no uso do tempo torna mais difícil para as mulheres o processo de auto-organização, o qual exige oportunidade para reflexão coletiva.

“Aqui é difícil. As mulheres trabalham demais. Se disser que é do bolsa família elas vêm tudinho com medo de perder. Mas se não for isso elas tão na casa catando, ou no roçado, agora tem as fabricas também. Quem não tem com quem deixar filho não vai pra fabrica. Já foi feita uma reunião pra falar de uma associação mas é poucas que vem pra dentro da ideia. E depois como não deu coro, vai passando e a gente ainda não conseguiu”.

(Pescadora da comunidade do Treme)

“Sobre a diversão daqui os homens quando chegam vão pro bar ou jogar uma bola, as mulheres é mais coisa da igreja e na novela. E tem que levar os filhos pra tudo. Pros homens é mais fácil”

(Pescadora da comunidade do Treme).

O desenvolvimento do trabalho é estruturado dentro da divisão sexual, onde as mulheres têm um lugar e dinâmica específicos em relação aos recursos pesqueiros. O não reconhecimento e a desvalorização do trabalho da mulher em atividades na pesca artesanal, representa uma construção social das relações, que manifesta a hierarquia e subjugação entre

¹¹ Trabalho feito em casa ou próximo desta, em horários “alternativos”, ou seja, desenvolvidos de acordo com as necessidades das mulheres, depois conjunto com os afazeres domésticos e que possibilite também o cuidado com os filhos ou até mesmo o desenvolvimento junto com estes.

os sexos e se estende ao sistema produtivo, sendo esta, uma questão chave para entendimento do processo de saúde e adoecimento (SABROZA, 2001) dessas trabalhadoras. Tendo em vista, a abordagem do processo saúde-doença em sua dimensão social e biológica, no entendimento que o aspecto social determina em grande medida o aspecto biológico e, observamos que o fenômeno saúde/doença deve ser visto em sua totalidade, bem como, o esforço da luta coletiva como produtora de saúde.

7.1 Caranguejo Uçá (*Ucides Cordatus*): Etapas do Processo de Trabalho

Há muito se trabalham com caranguejo, na comunidade do Treme e, segundo as catadeiras, desde os anos 70 eles extraem do mangue e vendem no paneiro, mas não catavam. A partir de meados da década de 80 começou o processo de catagem nas casas, mas foi a partir de 2013 que iniciou a catação nas casas particulares de beneficiamento (fábricas de catação).

Na localidade do Treme, onde a extração de caranguejo é preponderante base econômica da comunidade, a divisão de tarefas ocorre da seguinte maneira: homens exercem a função de “tiração” (sinônimo de captura), e para as mulheres fica o encargo da “catação” (beneficiamento).

Tanto a atividade de tiração como a catação, demanda esforço físico e muitas horas na mesma posição, e estas atividades são desenvolvidas desde criança, aproximadamente com início aos nove anos. Alguns homens também optam muitas vezes por ficar na catação, quando já encontram-se doentes, e com dificuldades para ir ao manguezal, como também por dificuldades de se encontrar caranguejo em locais mais próximo e assim de encontrar patrões (donos de barcos) onde possam trabalhar. Como dizem na linguagem local, o caranguejo já se encontra “vasqueiro” (escasso) nas proximidades. A safra do caranguejo é de agosto até novembro, considerada pelos tiradores a melhor época para capturar o crustáceo.

Segundo os profissionais da saúde entrevistados, os homens adoecem muito de problemas de coluna, gastrointestinais, reumatismos, hipertensão, diabetes, e nas comunidades o problema de estômago vem se agravando muitíssimo, tanto pelas longas horas sem se alimentar como pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas e fumo.

A tiração (extração) do caranguejo pela mulher somente é considerada comum em algumas circunstâncias, como na andada¹², época em que o caranguejo é facilmente encontrado andando pela floresta de mangue para se reproduzir. A atividade é então, realizada

¹² Andada ou soatá consistem no termo popular como é conhecida a época reprodutiva do caranguejo, quando este permanece fora das suas galerias (tocas) em grande quantidade, andando pelo manguezal para o acasalamento.

em companhia de outras mulheres, parentes, marido e filhos (as), momento em que a atividade de tiração de caranguejo é considerada uma diversão. A atividade mesmo sendo cansativa, por ser realizada sempre em coletivos é considerada menos desgastante do que se fosse realizada de modo solitário. Como evidenciam as falas abaixo:

“Eu cato aqui com a minha irmã que é minha vizinha, minha prima e as filhas dela. É cansativo, mas a gente brinca, conversa e aí o tempo passa mais rápido. Aí a gente bota uma panela no fogo e vai continuando até dá fim nos caranguejo tudo. É assim, né. A gente se ajuda. (...) é bom assim também quando vai todo mundo junto pra despesca o curral e fazer um avuado lá na beira mesmo”.
(Pescadora da comunidade do Treme)

“Aqui na fabrica é só uma gaiatice. É cansativo catar, se não fosse a animação das meninas lá ia ser ruim”.
(Pescadora da comunidade do Treme)

Para se chegar ao produto final, isto é, à massa de caranguejo, passa-se por três etapas bem definidas. A primeira refere-se à (1) coleta dos animais e é considerada uma atividade de homens. É realizada nos horários das marés (pois só entram no mangue na maré baixa), deslocam-se sempre em grupo, normalmente em pequenos barcos, sendo, no entanto, a retirada dos animais, de um a um, um ato individual, de forma relativamente isolada em uma determinada área. Os caranguejos ficam enterrados no tijuco (areia de lama mesclada com resquícios de matéria orgânica, sedimento comum do ecossistema de manguezal), em tocas de aproximadamente um metro e meio de profundidade (OLIVEIRA, 2013).

A (2) segunda fase caracteriza-se pelos primeiros tratamentos dos animais, os quais consistem em sua matança, esquarteramento e cozimento.

A (3) terceira fase refere-se à retirada da carne do caranguejo (catação), que é ensacada em embalagens de meio ou um quilo. Este trabalho, o da catação, é considerado de mulheres e realizado em seus domicílios ou nas fábricas de catação.

O caranguejo beneficiado é vendido em duas categorias de produto: a massa, que é a carne das patas menores e das demais partes do caranguejo, com preços mais baratos, e a pata, que consiste na carne das patas maiores do caranguejo (= quelípodos ou pinças) e que é vendida por valores um pouco mais elevados do que a massa.

A catação de caranguejo é uma atividade considerada cansativa e trabalhosa em todas as suas etapas. A comercialização do caranguejo destinado para a catação tem como unidade de medida a rede, onde são colocados sempre 100 caranguejos e em média, este número de caranguejos rende 2,5 kg de massa e ½ kg da pata (ANEXO B)

A época considerada boa é quando o caranguejo está magro, pois na época que ele está gordo é difícil de se tirar a massa inteira, pois a massa gruda no casco.

O processo de beneficiamento do caranguejo subdivide-se em oito etapas: i) aquisição, ii) transporte, iii) lavagem, iv) cozimento, v) catação, vi) pesagem, vii) embalagem e viii) comercialização.

As famílias que realizam o cozimento dos caranguejos, recebem os caranguejos esquarterados. Após a chegada nas residências, o caranguejo é lavado em bacias abertas, para retirada do restante da lama do mangue, cozido com sal em panelas grandes ou, muitas vezes, em vasilhames reciclados feitos com latas de alumínio (de manteiga) ou de outros produtos.

Os gastos da atividade de catação do caranguejo-uçá são relativamente fixos. Para o cozimento, por exemplo, utiliza-se o sal, que custa R\$ 0,60 (sessenta centavos de reais) o quilo, a lenha, que quando não é retirada pelas próprias catadeiras e demais componentes familiares, é comprada no valor de R\$ 10,00 (dez reais) o feixe grande e os saquinhos para embalagem do caranguejo, cujo cento também custa R\$3,00 (três reais). As quantidades desses três materiais variam de acordo com a quantidade de caranguejo é pego para ser cozido. Todo cozimento é realizado com lenha retirada das proximidades da comunidade, pois o custo para cozinhar os caranguejos, caso fosse utilizado gás, seria muito dispendioso.

Assim, o planejamento de quando e onde realizar a extração da madeira para a produção de lenha é tarefa da catadeira. As mulheres realizam a extração da madeira geralmente acompanhadas dos filhos (as), de amigas e/ou parentes e algumas vezes dos maridos, porém estes últimos são raros, pois, quase sempre se encontram “*para a maré*”. Outra responsabilidade da catadeira é a compra do saquinho para embalagem da carne do caranguejo que é dividida em massa (carne das várias partes do caranguejo, exceto das duas patas maiores) e carne das patas/*quelas* (duas patas maiores do caranguejo).

Primeiramente as mulheres precisam adquirir o caranguejo (já que não costumam ir tirar no manguezal) e essa aquisição do crustáceo pode ser feita de várias maneiras. Detalhamos aqui as principais formas de relações de trabalho:

A) Mulheres que trabalham com marreteiros que tem as chamadas casas de catação (onde somente cozinham os caranguejos) e entregam para as catadeiras extraírem a carne. Nas “casas de catação”, é realizado o cozimento dos caranguejos que posteriormente é deixado nas casas das catadeiras, e as mesmas tem que entregar para os marreteiros, obrigatoriamente 2.5 kg de massa e 500 g de pata para cada rede de caranguejo (100 caranguejos), ou mais um pouco, isso se for “*bem catado*”, como costumam dizer. Sendo que, o que possivelmente “sobrar” desse quantitativo elas guardam para vender por conta própria (por melhores preços),

configurando assim, um ganho “extra” para a catadeira, nesta relação de trabalho elas ganham valores entre quatro ou cinco reais por quilo, tanto da massa quanto da pata. E recebem de quatro a cinco reais por massa e pata.

B) Mulheres que trabalham para marreteiros de fora, que compram os caranguejos e repassam para elas esquartejados, nesse caso elas precisam cozinha-lo para catar. As catadeiras compram a rede de caranguejos, a qual, contém cerca de 100 caranguejos, e custa em torno de R\$40,00 (quarenta reais). Nesse caso o valor pago pelo quilo da massa varia em torno de R\$ 14,00 (quatorze reais) a R\$ 18,00 (dezoito reais), enquanto o preço do quilo da pata varia de R\$ 20,00 (vinte reais) a 25,00 (vinte e cinco reais). Os preços variam de acordo com o período do ano, ficando mais caros quando a captura se torna mais difícil, em duas épocas principais: durante a época da troca de carapaça ou quando a captura é proibida por lei (no período reprodutivo, chamado de período de defeso).

C) Mulheres que catam os caranguejos trazidos pelos companheiros/filhos/etc. Nesse caso geralmente a venda da massa é feita para o patrão, que são os donos de várias embarcações, para quem os homens trabalham “tirando” (extraíndo) caranguejo, nesses casos, o tirador leva sua produção de caranguejo extraído para a mulher catar e na maior parte dos casos vende para o patrão, nos valores de R\$ 14,00 (quatorze reais) a R\$ 18,00 (dezoito reais), o quilo da massa e a pata entre R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). Mas, além disso deve deixar com o patrão o quantitativo de 10% do que extraiu de caranguejo como pagamento por ter utilizado o barco do patrão. Este quantitativo utilizado como pagamento é chamado localmente de “cabrita”.

D) Mulheres que trabalham nas fábricas de beneficiamento, onde obedecem a horários fixos de entrada e saída (das sete às quatro da tarde) e já encontram os caranguejos cozidos para catar. As catadeiras desenvolvem o beneficiamento do caranguejo, sem contrato de trabalho, na fábrica é pago o valor fixo por kg (não importam as oscilações do mercado), de R\$ 7,00 (sete reais) o quilo da massa e da pata.

Os donos das fábricas compram os caranguejos em grande quantidade ou são donos de embarcações que realizam a extração de caranguejos. Os ossos do caranguejo eles vendem para empresas do Maranhão. A única parte do caranguejo jogada fora são as vísceras, as quais geralmente são enterradas.

As mulheres recebem por semana ou de 15 em 15 dias, ou as vezes por mês. Elas assinam uma folha de ponto ao chegar e recebem por sua produção (de kg catado). Assim, não são obrigadas a ir todos os dias e a produção de cada uma varia. A fábrica possui ar-condicionado e o trabalho lá funciona da seguinte maneira: assim que as catadeiras chegam

deixam seus pertences em um quartinho separado e colocam sua bota, avental, luva, máscara, touca, calça e camisas brancas (fornecidos pela fábrica).

A catação é realizada em mesas de inox com várias banquetas para sentarem-se, os caranguejos cozidos são trazidos para as trabalhadoras e colocados em banquetas para cada catadeira. Ao longo do processo de catação elas separam a massa da pata em baldinhos de inox com gelo embaixo e assim que esses baldinhos encham a massa e pata são recatados, pesados, acondicionados em freezers e a produção das catadeiras é anotado no caderno de registros.

A recatagem da massa e pata é realizada em mesas de iluminação pelos funcionários da fábrica. Uma mesa com lâmpada em baixo e só depois de vistoriar se não tem pedacinhos de carapaça que os funcionários da fábrica pesam e anotam no caderno a produção de cada uma. A medida que os caranguejos são catados os funcionários colocam mais caranguejo, e retiram os ossos, ou seja, a função da catadora é só catar.

O trabalho começa às sete e as mulheres geralmente o fazem continuamente até 16:30 ou 17:00 h. A fábrica fornece um lanche as nove e lanche das 15:30, mas não fornecem o almoço, e existem mulheres que não param para almoçar para catar mais. Também não tem local disponível de água, e por isso elas devem levar de casa. Às 16:00 h os funcionários colocam a última remessa de caranguejo. E quem vai terminando vai indo embora.

O dono da fábrica conversou com as mulheres e trouxe um médico, que apenas pesou as mulheres numa máquina de medir massa, mas não fez uma conversa ou consulta individualizada. Todas as catadeiras levaram quem quiseram para fazer a medição nessa balança e foi disponibilizado uma espécie de polivitamínico para que todas bebessem. Não pediu exame nenhum, nem fez perguntas sobre o estado de saúde das trabalhadoras. Após isto o dono da catação fez a proposta para as trabalhadoras que se elas quisessem médico, elas teriam que pagar quarenta reais para consulta. E que elas poderiam escolher a especialidade que elas quisessem, para vir periodicamente. Mas não se chegou a um acordo.

A fábrica tem suporte para em média 40 pessoas trabalhando, entretanto, este número é rotativo e sofre oscilações, pois segundo os relatos há dias que muitas mulheres trabalham e outras nem tanto. As participantes da pesquisa também relataram que ao entrar na fábrica assinaram documentos se autodeclarando como cooperadas e realizaram um curso sobre boas práticas na manipulação de caranguejo.

Na comunidade já existem cinco fabricas no total, sendo que três ainda se encontram em estruturação. As mulheres participantes da pesquisa trabalham na fábrica chamada Filé do Mangue. O dono da fábrica propôs carteira assinada a todas, mas relatou que isso iria

prejudicar o bolsa família, e as mulheres não quiseram. Então ficou definido que iriam trabalhar sem carteira assinada, trabalhando por produção. A média de catação na fábrica são de 4 redes por dia. Muitas preferem trabalhar na fábrica porque não tem que cozinhar o caranguejo. Entretanto, a maior parte das participantes da pesquisa consideram que para melhorar o desenvolvimento desta atividade as mulheres precisariam se organizar para criar uma cooperativa de mulheres, e com creche, ou organizar suas cozinhas com financiamento público para adequar-se às normas de higiene para catação.

7.2 Sarnambi (*Anomalocardia brasiliana*): etapas do processo de trabalho

O sarnambi é um molusco bivalve pertencente à família Mytilidae. A espécie que ocorre nas proximidades da comunidade de Aricurú tem nome científico de *Anomalocardia brasiliana*. A safra acaba, devido o começo das chuvas (pois, estes moluscos são sensíveis a variação pluviométrica). Essa espécie de molusco tem sua época de safra no período seco do ano, pois é um organismo muito sensível a oscilações de temperatura e salinidade, tendo uma grande mortalidade nas épocas chuvosas. Porém, antes da morte dos adultos, acontecem grandes desovas que permitem a sobrevivência da espécie, sendo as larvas mais resistentes às variações de salinidade do que os adultos. O mesmo ocorre na região entremarés em meios as pedras (ver anexo).

O processo de extração e beneficiamento do *Sarnambi* subdivide-se nas seguintes etapas: i) extração, ii) lavagem nos locais de coleta, iii) transporte até as residências, iv) lavagem nas residências, v) cozimento, vi) catagem (desconchamento dos moluscos que ainda ficaram presos), vii) pesagem, viii) embalagem e ix) comercialização.

Na cadeia produtiva do Sarnambi, as mulheres estão presentes em todas as etapas, desde a captura ao beneficiamento, mas assim como na cadeia produtiva do caranguejo, não alcançam o consumidor final.

O fluxo da cadeia produtiva do sarnambi ocorre da seguinte forma: Os (as) pescadores (as) vendem o produto para atravessadores/marreteiros, ou para comerciantes locais, ou para os feirantes na feira de Maracanã. Os mesmos compram o produto das extrativistas locais pelos valores cotados na região, que variam de R\$ 5,00 (cinco reais) a R\$ 10,00 (dez reais) o quilo, para comercialização fora da comunidade. Os valores irão depender da sazonalidade do animal.

Os custos da atividade de extração e catação do sarnambi são similares aos do beneficiamento do caranguejo-uçá, pois as mulheres de Aricurú também utilizam o mesmo

material: sal, lenha e saquinhos. A quantidade desse material a ser utilizada vai variar de acordo com o montante da produção. Também precisam buscar lenha para o cozimento.

“A gente vai pra pegar sarnambi lá na beira. Eu vou com meus filhos, eles me ajudam muito. A gente pega lá, e traz pra casa pra cozinhar e catar. As vezes a gente troca por aqui mesmo por alguma outra coisa, as vezes vende lá em maracanã mesmo”.

(Pescadora da comunidade de Aricurú)

7.3 Outras atividades para aquisição de renda das marisqueiras/pescadoras

O interessante é observar a grande pluralidade de atividades exercidas pelas mulheres como estratégia de sobrevivência, evidenciando-se a íntima relação dos recursos naturais com o cotidiano dessas populações e onde também é possível perceber com clareza o grande peso das imposições de gênero, embasados na divisão sexual do trabalho, com diversas e exaustivas formas de trabalho como obrigatoriedade feminina, tendo como contribuições para isto o fato de que maior parte dos trabalhos que desenvolvem (mesmo sendo imprescindíveis para manutenção familiar) são para consumo familiar ou troca por outros artigos de baixos valores monetários.

Vemos que o trabalho das mulheres coloca-se como ajuda/complemento do trabalho masculino, além de que todas as atividades diárias relacionadas com a manutenção familiar, do âmbito doméstico, tais como: cultivo das plantas tanto medicinais, quanto alimentares; cuidados com os animais, produção de lenha e carvão, a pesca de peixes siris e tiração de caranguejo, sempre nas redondezas de casa. O homem é responsável pela coleta e pesca dos recursos, numa clara demonstração da divisão sexual do trabalho. (KERGOAT,2009).

7.4 Algumas das atividades realizadas pelas mulheres

A pesca, que pelas mulheres é realizada no estuário, dá-se em ambientes mais próximos da casa, diferente dos homens que além dos estuários também pescam em alto mar. Na região, as mulheres tanto participam ajudando o marido como pescando por conta própria, para garantir a alimentação diária. Neste ambiente não há proibições para elas, ainda que se trate de uma prática difícil e arriscada.

Em outras comunidades da região bragantina como exemplo na Vila do Bonifácio as mulheres realizam a captura de caranguejo para consumo familiar, enquanto os homens saem para a pesca em alto mar. Entretanto, o manguezal é muito próximo das casas, praticamente o quintal das casas, diferentemente do Tremé, Caratateua e Aricuru, onde é mais distante. Contudo, a distância geográfica não é o principal empecilho para a entrada feminina no

manguezal e sim a divisão sexual do trabalho, pois nestas, é atividade eminentemente masculina, tarefa de homem. (EVER,2012)

Não é o espaço geográfico, mas de gênero que está articulado com renda. Apropriação do território é por gênero, estando o trabalho associado à renda. Mesmo que a renda da mulher seja maior, de fato, na reprodução seu trabalho é complementar. É renda, mas isto não está servindo para ela se valorizar. É necessário para elas mudar o olhar de como está se vendo, sair da relação de dependente. Outra questão é o fato de que, na relação entre o desenvolvimento de atividades para o autoconsumo e para o mercado, as mulheres movem-se em direção às atividades de menor valor comercial, menor monetarização e menor valorização da atividade enquanto trabalho (SIQUEIRA, 2012).

Além da pesca de espécies diversas de peixes, também é forte a pesca do siri, do camarão, do turú, do sururu. As mulheres também têm os encargos da pesca pós-pesca/beneficiamento, e conserto de alguns apetrechos de pesca.

7.5 Descrição das atividades de trabalho

A pescaria geralmente é realizada com canoas, rabetas, ou barcos motorizados de pequeno porte. Saem na rabeta uma ou duas pessoas, se for no barco com motor já cabem três pessoas. Os barcos motorizados são de uma, duas ou três toneladas. Depois de escolher o lugar onde parar o barco, joga-se a rede no mar e uma pessoa vai jogando a rede e outra vai remando para rede ir descendo na correnteza (maré). Se a pesca estiver sendo realizada no barco a motor desliga-se o mesmo e deixa que o vento vai levando a rede, a qual vai se esticando.

A rede tem a boia e o chumbo, a parte do chumbo vai pra baixo e a outra fica boiando. Depois para puxar a rede deve-se puxar o chamado guarda-mão, que é o fio da rede que fica atracado na canoa. Após puxar o fio a rede vai se fechando e os peixes vem engatados. E aí uma das pessoas coloca para dentro da canoa ou do barco e o outro vai tirando o peixe. Quando a quantidade é grande, coloca-se a rede toda no barco e depois, em terra, se retira os peixes. Também é possível pescar de rede de arrasto com o barco. A rede pode ser de plástico ou de nylon, sendo esta última mais resistente.

Com manzuá pequeno ou matapí (imagem em anexo a), o ideal é pescar em igarapés. Este apetrecho de pesca consiste em uma redinha similar a uma sombrinha (quase fechada) fazendo uma boca e para baixo, parecido com um funil, onde coloca-se a isca. É a melhor maneira de pegar o siri.

O curral é uma espécie de cercado cheio de compartimentos, para prender o pescado. São colocados dentro da água e submetidos às marés. O trabalho no curral ocorre todos os dias nos horários da maré vazante. Duas vezes por dia é realizada a chamada despesca, onde os peixes que ficam presos são retirados do curral e, caso isso não seja feito, os peixes morrem. Logo depois de despescados os peixes são acondicionados em isopor e colocados no gelo, para serem vendidos no outro dia, ou salgados, caso não haja como preservá-los. Geralmente os peixes maiores são guardados para venda e os menores são salgados ou logo vendidos na comunidade, ou trocados por outros itens. Quando são despescados muitos peixes no curral, geralmente se organizam uma espécie de giral/bancada com estrado coloca-se uma palha deixando o peixe salgado estendido na sombra. Depois de uns dias se coloca-se no sol.

Nos currais longe das comunidades geralmente não vão mulheres. Os homens ficam durante uma semana em casas improvisadas que eles chamam de ranchos, e vão para esta atividade em grupo, onde ficam intercalando os que ficam lá e os que voltam para vender o peixe na cidade e na comunidade. Isso geralmente ocorre nos tempos de safra de algumas espécies de peixes mais valorizadas para comercialização. Entretanto, muitos desses trabalhadores desenvolvem esta atividade já endividados com os atravessadores, pagando suas dívidas com os peixes capturados. As dívidas são geralmente com o combustível dos barcos e com a madeira para fazer os currais, os quais têm necessidade de serem reconstruídos anualmente.

O espinhel consiste em uma linha com vários anzóis, que são jogadas na água. Desloca-se em uma canoa ou barco pequeno, joga-se o espinhel, deixa lá e volta para casa. O espinhel tem uma boia e fica lá na água pendurado. Ela vai se movimentar um pouco mas não vai muito longe. Na preamar¹³ realiza-se a despesca. Segundo as entrevistadas geralmente se pesca arraia dessa maneira e, por vezes se pesca de vinte a trinta espécimes de uma vez.

O Caniço é uma vara em que amarra-se um anzol na ponta, para pescar segurando ou finca-se a vara e deixa-se o anzol na água. É parecido com a linha de mão, sendo a única diferença é que esta não se amarra em uma vara.

O pulsar é tipo um saco de café utilizado para se arrastar pelo igarapé para pegar camarão

A agricultura é realizada amplamente pelas mulheres, até mais do que os homens, pois elas e os filhos ficam em casa e organizam o tempo para ir no roçado. Os principais cultivos são: mandioca, macaxeira, milho e feijão. Tem tempos em que a mandioca para tirar do solo

¹³ Nível máximo da maré, ou seja, maré cheia.

está muito dura, solo muito seco. Tem pessoas que têm suas roças também muito afastadas de locais com água. Por isso, necessitam carregar por longas distâncias os paneiros de mandioca na cabeça, para deixar de molho e depois fazer a farinha. Deixam de molho nos igarapés ou nas pulsões, que são buracos cavados na beira do igarapé, perto dos olhos de água. Nos períodos de verão em que os igarapés estão secos, coloca-se nas pulsões e no período do inverno, coloca-se no igarapé mesmo para amolecar a casca da mandioca e fazer a farinha.

Essas trabalhadoras são expostas a muitas cargas no desenvolvimento de suas atividades de trabalho, de todas as ordens desde a física até a psíquica. Um dos fortes agravantes são os baixos preços dos produtos que elas trabalham e por esse motivo devem produzir ao máximo para obter algum retorno financeiro. Bem como, estão submetidas a todos os tipos de intempéries. Ficam horas sem se alimentar e sem fazer as necessidades fisiológicas para “não perder tempo”, como as mesmas relatam.

Quando questionadas sobre o que acham que ainda precisam para melhor desenvolver suas atividades, as mesmas consideram que retirar o atravessador da cadeia produtiva iria ser muito bom para o(a) pescador (a), tendo em vista que os atravessadores são quem mais obtém ganhos com a comercialização dos produtos da pesca.

Consideram também que uma das principais dificuldades da profissão é enfrentar as intempéries da natureza, adoecer e não encontrar amparo nas políticas e serviços públicos, a exemplo do SUS e Previdência Social.

“As atividades de trabalho que estas mulheres desenvolvem começam muito cedo, com quatro ou cinco anos as crianças já estão ajudando, com nove anos já trabalham como adultos. Na comunidade trabalham principalmente com pesca e com agricultura. E essas atividades demandam muito esforço físico. E isso desde muito cedo, carregando muito peso, sob condições de trabalho desgastantes, somado a isto, muitos partos consecutivos, então quando chega em uma certa idade as mulheres já estão com organismo muito desgastado, e anda tem o problema com a alimentação e a falta dela.”

(Fala de agente comunitário de saúde da comunidade do Treme)

7.6 O Lugar da Mulher na Cadeia Produtiva

“O dia começa a cinco da manhã, arrumo os filhos pra escola, faço as coisas da casa, adianto o almoço e vou para fábrica. Moro longe e vou andando para a catação, demoro uns vinte minutos andando até lá. Volto da fábrica, e faço mais alguma coisa que precisar e depois vou dormir. Quando não, vou para a roça com um dos meninos, ou tô ajudando ele aqui a cuidar dos peixes. As vezes vou com ele pegar camarão, ou despescar. Quanto estou na TV, tô com meu artesanato.” (Fala de moradora do Treme)

“Eu acordo 4:30 da manhã acordo minha filha que ela tem ir pra escola em Maracanã, faço o café, depois arrumo meu filho 6:30 pra ir pra escola, aqui, ai eu

começo a atividade em casa quando eu não vou pra beira (pescar ou catar sarnambi) eu vou pra roça, quando eu vou pra roça eu chego 10:30 ai eu fazer o almoço, e a tarde eu lavo roupa, arrumo a casa, vou tratar peixe e quando tem celebração 6:00hs eu vou, ai volto pra casa assisto televisão arrumo rede com ele, ou então faço meu crochê.... Desde que a gente acorda até o anoitecer a gente não para".
(Fala de moradora de Aricuru)

A observação de um dia de vida das mulheres nas comunidades, evidencia o quanto as atividades de trabalho são gendradas. Importa destacar a recorrência das atividades reprodutivas (domesticidade, filhos, família) como destino das mulheres e a dificuldade de se ter tempo de descanso, tempo livre, tempo para si. O homem, em todas as situações investigadas, se permite após o trabalho, ficar livre para dispor do tempo que tem como desejar, mesmo quando desempenham funções consideradas como “coisas de mulher”, como é o caso da catação da massa de caranguejo ou extração de sarnambi.

O lugar de homens e o lugar de mulheres são bem definidos nas comunidades. Há permissão para o trânsito de atividades entre os sexos, mas este não é estimulado e pode sofrer coações. A exemplo das lendas e historias locais elas expressam essas coações. As mulheres no Treme não entram no manguezal sozinhas por medo do Ataíde, que, seria um homem muito alto e forte, negro e com o órgão genital muito grande e que ataca as mulheres no manguezal.

As mulheres são excluídas da pesca de alto mar, exclusão ancorada em várias interdições no plano simbólico e vários mecanismos de controle sobre as mesmas (MAUÉS, 1980), mesmo quando estas mulheres têm total entrosamento com a atividade de pesca, devido à constante prática de pescar em rios, lagos, manguezais, praias (MANESCHY, 2002) e utilizando-se de vários métodos de captura.

Além de pescarem por perto de casa, ou seja, em consonância com as atividades domésticas, o fato das mulheres desempenharem várias atividades diferentes para geração de renda, também, contribui para excluí-las do estatuto profissional de trabalhadoras da pesca (SIQUEIRA, 2012). Neste contexto, o valor social agregado nas atividades ligadas à pesca não está somente associado ao espaço de atuação e à modalidade de pesca, mas também a hierarquização das atividades desenvolvidas de acordo com o gênero.

Woortmann (1992) destaca que a classificação do espaço natural é também uma classificação de espaço social e de domínios pertinentes a cada gênero. Assim, as formas de apropriação e uso dos recursos também sofrem permissões sociais e são englobadas para cada domínio, bem como as relações hierárquicas entre estes. Nesse contexto, a casa destaca-se como espaço prioritariamente feminino. O território, por excelência, das mulheres é a casa e

seu entorno. Os trabalhos executados além dos afazeres domésticos, colocam-se no âmbito do beneficiamento.

Quando se observa a conjuntura social imposta às mulheres, e relaciona-se isto com a atividade pesqueira, percebe-se o quanto a estas são negados seus direitos. Pois, se para o homem pescador o reconhecimento do trabalho na pesca é garantia de direitos, apresenta uma longa jornada de luta, para as mulheres pescadoras que estiveram durante séculos, oficialmente representadas pelos homens, apresenta um cenário desafiador. Sendo assim, importante para o avanço na luta é entender as formas como o Estado legitima a atual condição feminina no trabalho, ancorado no sistema patriarcal, reforçado pelo senso comum e capitaneado pelos interesses do capital.

8 CONTEXTOS DE CARGAS NAS ATIVIDADES DAS MULHERES NA PESCA E A DISCUSSÃO DO QUE FAZER

*Por que acordar no meio da noite?
 Sentir do vento o açoite
 Vestir uma roupa fria?
 Seguir madrugada adentro
 Ondas altas, fortes ventos?
 Porque pescar é preciso.
 Por que curtir tanto sol?
 Enrugar o rosto, calejar as mãos
 Navegar com força
 E até esquecer os desejos do coração?
 Porque pescar é preciso.
 (...)
 A herança é bela, sábio destino
 Tens a pesca desde menino!
 Jangada a vela ou bote de remo
 O mar é sereno!
 Pescar é preciso.
 (...)
 A noite é longa,
 Calma, escura e fria
 Nem sempre fazes boa pescaria!
 Por que não tentas um pouco mais adiante?
 Assim largas a corda e vai mais distante.
 As luzes se escondem, cobriram-se os montes,
 Só águas te rondam...
 Pescar é preciso.
 (...)*

Luzanete Lima – Militante do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras

Em relação aos determinantes de adoecimento, evidencia-se que a situação das mulheres tem um forte agravante em relação aos homens: a divisão sexual do trabalho. Somando-se a esta conjuntura, os/as pescadoras(es) sofrem com a falta de diagnóstico e tratamento adequado, além da dificuldade dos profissionais de saúde estabelecerem a relação dos agravos de saúde, com as atividades de trabalho. Existe dificuldade no atendimento médico em seus locais de moradia, e quando conseguem, tem somente o atendimento primário, esbarrando em muitas dificuldades para obter os exames necessários para levar adiante o diagnóstico e algum tratamento, ou mesmo, procurar seus direitos previdenciários, também sendo vítima de discriminação institucional. São inexistentes políticas públicas no sentido de melhoria das condições de trabalho e, como agravante as imposições legais não levam em consideração a realidade dessa categoria, a exemplo da obrigatoriedade do uso das basquetas no transporte de caranguejos, o que foge das possibilidades financeiras dos tiradores, como também as imposições legais para o beneficiamento do caranguejo.

Assim, as condições socioeconômicas e o descaso no amparo legal dessa categoria, impõem extrema limitação para prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. A divisão sexual do trabalho também se destaca como um forte determinante dos agravos e negação de direitos, pois a partir do momento que não se consideram enquanto trabalhadoras da pesca, estas mulheres não procuram regularizar-se em relação a seus direitos e não buscam um órgão de classe etc. Quando necessitam de amparo relacionado à seguridade, isso se torna uma tarefa ainda mais difícil.

Toda a modalidade de trabalho envolve sobrecargas de cada atividade, com especificidades que as deixam suscetíveis a acidentes de trabalho e hipersolicitações de partes diferentes do corpo. Contudo, os problemas osteomusculares e de coluna são comuns a todos pescadores e pescadoras.

De acordo com a pesquisa de Pena e Martins (2014), desenvolvida com pescadoras artesanais na Bahia, existem várias cargas decorrentes da forma de organização e da gestão do trabalho, e citam três parâmetros para a definição do chamaram de risco ergonômico:

➤ Os gestos excessivos e os movimentos repetitivos (portaria de número 17 do Ministério do Trabalho, Portaria 3.214/78 (BRASIL, 2010), que os toques reais não devem ser superiores a 8.000 por hora trabalhada, se referindo aos digitadores. Sendo que no trabalho feito com pescadoras da ilha da maré, identificaram-se 10.000 movimentos por hora nas atividades de mariscagem. Assim embora este parâmetro seja para digitadores, o mesmo serve de referência para a exposição destas trabalhadoras ao excesso de movimentos repetitivos;

➤ O excesso de tempo de trabalho com sobrecarga de partes do corpo: o trabalhador que está exposto a mais de 20 horas por semana de trabalho com movimentos repetitivos, indicador para risco dos distúrbios músculo esquelético (FRANCE, 2007, apud MARTINS e PENA, 2014). E aplicando este parâmetro às atividades das pescadoras, conclui-se que estas desenvolvem suas atividades de trabalho com a mariscarem em números muito superiores;

➤ A ausência de pausas e movimentos acelerados impostos pela situação de miséria social: Em virtude de os preços de seus produtos serem extremamente baixos, e como fazem autogestão de suas atividades, as marisqueiras se impõe ritmos de trabalho extenuantes para produzir mais. Sem pausa para as refeições e necessidades fisiológicas.

8.1 O que falaram as marisqueiras e os trabalhadores da saúde?

No contexto apresentado, essas trabalhadoras, permanecem doentes sem efetivo tratamento e reconhecimento das implicações do processo de trabalho para a saúde e a vida das mesmas.

Foram pontuados pelos participantes da pesquisa como problemática do SUS, a falta de especialidades nos postos de saúde, bem como a dificuldade de acesso às consultas com especialidades e a realização de exames, os quais demoram muito tempo para serem realizados, que segundo as entrevistadas tem uma média de um a dois meses. Assim os usuários acabam desistindo de realizar os exames e não recebem tratamento, agravando suas enfermidades. Outro ponto levantado é a necessidade de se ter uma ambulância nos polos, tendo em vista, que os postos não funcionam depois das seis da tarde e nem aos fins de semana.

Os médicos e enfermeiros entrevistados relataram saber o que seria o Comunicado de Acidente de Trabalho - CAT, porém disseram nunca ter utilizado. Já os Agentes Comunitários de Saúde, as pescadoras e os representantes dos órgãos de classe disseram não conhecer o documento como também não tinham conhecimento do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST e não conhecem nem ouviram falar da política dos povos do campo, floresta e águas. O que demonstra uma das fragilidades dos órgãos de classe, e da categoria em relação ao conhecimento de seus direitos, aos riscos a que encontram-se submetidos e as formas de prevenção dos mesmos.

Assim, um sério agravante é a falta de informação por parte das pescadoras de seus direitos fazendo com que a trabalhadora da pesca não tenha conhecimento da importância do registro no momento de seu atendimento por acidente ou doença decorrente do trabalho. Esta situação torna-se mais uma problemática que dificulta o acesso destas trabalhadoras a seus direitos previdenciários.

Por fim, a invisibilidade dos processos de trabalho das pescadoras e pescadores possuem uma diversidade de determinantes que precisam ser investigados e aprofundados para sua superação.

Atualmente constitui um urgente desafio dos serviços de saúde qualificar os profissionais que atuam neste setor com um espectro longo de competências sobre as doenças específicas do trabalho, pois o atual programa de saúde da família possui um protocolo de atendimento de doenças que, além de pouco aprofundado em cada região e suas formas de trabalho, dialoga pouco com os sujeitos do território em questão. Assim, a formação destes profissionais não pode ser meramente técnica e baseada na intervenção clínica, mas, devem

entender a relação das pessoas com o local onde vivem, com suas práticas, tendo a categoria trabalho como central. Os diversos fatores que compõe a determinação da saúde devem ser aprofundados para o entendimento dos processos de saúde/doença e levados muito seriamente em consideração no debate da saúde, respeitando as especificidades de cada território.

É fundamental ter em vista, nas estratégias de saúde, o real reconhecimento do território, que vai além do espaço físico, contemplando as raízes culturais, ecológicas, identitárias, e as condições de existência, levando em conta a justiça ambiental e o processo injusto de produção do capitalismo. Portanto, o debate ambiental é imprescindível para a saúde. Assim como é um grande desafio trabalhar/atuar de fato com a saúde em seu conceito ampliado, saindo do modelo biomédico curativo e assistencialista, atuando no viés/estratégia da integralidade, da vigilância em saúde, da promoção da saúde e na prevenção das doenças, com programas de atenção à saúde do trabalhador

Nota-se que os profissionais em seus relatos destacam a relação entre o adoecimento e a alimentação e não ao processo de trabalho. Já as pescadoras reconhecem que seus danos à saúde se devem principalmente ao processo de trabalho, ou seja, a forma em se trabalha estão levando ao adoecimento. E não é à toa que esta seja a explicação mais rápida dos profissionais da saúde em relação a dinâmica na comunidade, haja vista que os mesmos obedecem às metodologias fechadas e para intervir junto a população, à exemplo dos programas de tratamento dos chamados HIPERDIA (hipertensos e diabéticos). O que traz a questão da valorização do conhecimento prático dos trabalhadores em relação a sua realidade. Mas os profissionais da saúde não podem ser eximidos da responsabilidade com a saúde dessas populações.

Enquanto os representantes dos órgãos de classe que também reconhecem ser do processo de trabalho a principal agravante para o adoecimento.

8.2 Questões Gerais Sobre Regulação e Vigilância Sanitária na região

A problemática no âmbito da regulação e vigilância sanitária a ser enfrentada, mais latente atualmente no que se refere ao trabalho das pescadoras, diz respeito a catação de caranguejo-uçá, que se encontrava proibida em domicilio desde 2009.

O Ministério Público do Estado do Pará-MPEP, embasado na avaliação da Vigilância Sanitária, avaliou que as famílias que trabalhavam com a extração da carne de caranguejo não estavam de acordo com as condições normatizadas de higiene e segurança para realização de atividades relacionadas aos produtos alimentícios.

Não obstante, no começo do ano de 2014, saiu a Portaria da Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ), que regulamenta a catação da carne de caranguejo e contém normas e procedimentos técnicos para extração e venda da carne do crustáceo. Esta Portaria foi redigida observando o resultado de uma consulta pública realizada no período de um mês (10 de dezembro a 10 de janeiro de 2014), onde quem manifestou a opinião foram representantes do setor da iniciativa privada, donos de restaurantes e outros estabelecimentos comerciais do produto e não contou com a opinião de pescadoras e pescadores artesanais.

As adequações exigidas na referida Portaria são várias, vão desde a exigência de que as catações sejam feitas somente em estabelecimentos específicos para atividade (casas ou indústrias de catação), que devem ser estabelecimentos azulejados, com mesa e apetrechos de inox, uso de máscaras, luvas e gorros, entre outros maquinários, além do treinamento para o manuseio. Exigências estas que dificilmente conseguem ser atendidas pelas pescadoras e pescadores artesanais. Outra questão que vem gerando comoção referente ao caranguejo-uçá refere-se à Instrução Normativa do Ministério da Pesca (será implantada nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará), que estabelece a forma de transporte do caranguejo obrigatoriamente com o uso da basqueta¹⁴, a partir de 2015, com a justificativa de reduzir a mortalidade da espécie. Contudo, estas caixas custam valores incompatíveis com o orçamento dos tiradores.

Esta é uma questão muito séria a ser enfrentada e que tem várias consequências graves na vida desta categoria, onde as condições socioeconômicas fogem da possibilidade de adequar-se. Assim, são postas na ilegalidade, tendo que submeter-se a vender o produto de seu trabalho a preços baixíssimos, e trabalhar muito mais para garantir uma renda mínima para manutenção familiar, o que tem gerado danos irreparáveis à saúde das mesmas.

O debate acerca das legislações que se refere ao caranguejo gerou mobilização para realização de congressos e seminário sobre o caranguejo-uçá. A exemplo do Fórum Paraense sobre o Caranguejo-uçá em Bragança, em 2009 e o I Seminário do Caranguejo-uçá do Pará, em Belém, no final de 2011. Nessas duas ocasiões foram organizados abaixo-assinados, entre outros documentos, no intuito de reivindicar a efetivação de direitos, e a participação popular na elaboração e criação das políticas referentes ao caranguejo e a pesca no geral. Entretanto, estas discussões e mobilizações populares não foram levadas em consideração pelos órgãos responsáveis.

¹⁴ A basqueta, consiste em uma espécie de caixa de plástico com tampa. Existem dois tamanhos de caixas: a que cabem 100 caranguejos, e a que tem capacidade para armazenar 50 caranguejos. Também são usadas três lâminas de esponjas umedecidas para acomodar os caranguejos dentro das caixas.

O desafio encontra-se em trabalhar uma vigilância sanitária que regule os serviços para a saúde levando em consideração todos os fatores e determinantes sociais que incidem na saúde, incluindo as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, e não tratar as questões de maneira burocrática, tecnicista e desvinculada do contexto social, territorial, econômico, cultural, entre outros. Ou seja, estratégia de Vigilância Sanitária que não seja apenas punitiva, mas também orientativa e atue empenhada em pensar/desenvolver condições para que os que atuam em determinados serviços possam de fato cumprir as normas estabelecidas.

No caso das trabalhadoras da cadeia produtiva do caranguejo, esta atividade configura-se não só como um meio de adquirir renda, mas como uma atividade tradicional, que faz parte da dinâmica desta população há muitas décadas, e que no caso das mulheres consiste também em uma das poucas formas de adquirir renda na região. Desse modo, não é uma atividade que tenha eficiência na sua proibição, pois a população continua desempenhando-a, só que agora de forma mais precarizada do que antes.

Assim, a vigilância sanitária sendo uma área da saúde pública, com a missão de proteger e promover a saúde da população fazendo com que os ambientes e os produtos oferecidos à sociedade sejam seguros e de boa qualidade, deveria, para atuar com eficiência, priorizar mecanismos de dialogar e ouvir as propostas dessas trabalhadoras antes de qualquer atitude, e trabalhar em conjunto com outros órgãos públicos de forma Inter setorial, a fim de garantir condições de aplicabilidade da lei/norma. Neste caso, o movimento social vem reivindicando cozinhas comunitárias, ou adequações nas cozinhas particulares, para que as trabalhadoras possam desenvolver suas atividades de beneficiamento, prezando pela boa qualidade do produto e sem ficar à mercê dos donos de embarcação e empresários da pesca, os quais, atualmente, vem se aproveitando da normatização da catação para beneficiar-se economicamente, construindo nesta região casas de catação para “(sub) contratar” as catadeiras. Desse modo, a proposta popular é que as cozinhas sejam feitas em parceria com o poder público e com as cooperativas de pescadoras e que estas trabalhadoras recebam orientação para administrar o trabalho e desenvolve-lo dentro dos padrões estabelecidos, resgatando sua autonomia e dignidade no trabalho.

Para que seja contemplada em sua totalidade, é necessário que a promoção da saúde deixe de ser de responsabilidade apenas do setor de saúde, que geralmente direciona suas ações para um estado de não doença, mas de todos os setores da sociedade, que devem agir em prol da melhoria da saúde da população.

Outro ponto não menos complexo para a promoção da saúde diz respeito à questão ambiental, que não passa apenas por ambientes saudáveis, como a conservação do ambiente físico e natural, mas a interação das dimensões sociais, políticas e econômicas.

Também a participação comunitária, não é menos importante, pois esta deve conhecer suas responsabilidades e seus direitos no trato da saúde, o que não significa transferir responsabilidades de outros setores para esta.

Outro ponto primordial é o fortalecimento de estratégias educativas para a promoção da saúde. Estas devem ocorrer em ambientes formal e não-formal, mas com a perspectiva de garantir o exercício de autogoverno e de autonomia. Entenda-se autonomia como capacidade humana, que perpassa pelo conhecimento de si e do mundo e, acima de tudo, é o poder de reflexão na ação, numa relação de troca entre valores pessoais e universais, travado entre o exercício da vontade e do significado, que resulta em nossas escolhas conscientes a partir da compreensão do meio e de si, fundamental para a promoção da saúde. Algumas propostas para atuação da vigilância em saúde seriam:

- Formação de profissionais da saúde para que estes possam conhecer o processo de trabalho e as doenças resultantes deste, podendo, assim, desenvolver um melhor protocolo de atendimento de doenças do trabalho de acordo com o território;
- Entender as etapas da jornada de trabalho, identificando os perigos, químicos, físicos, biológicos e ergonômicos relacionados ao trabalho e as cargas que podem levar a doenças ocupacionais, assim como as formas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho relacionadas às atividades desenvolvidas no território, considerando as especificidades de cada local; Entretanto isto deve ser orientado/organizado pelos sujeitos que desenvolvem essas atividades;
- Vigilância comprometida com a redução das vulnerabilidades socioambientais e realizada com o controle público;
- Vigilância em saúde relacionada ao controle de doenças, mas com a preocupação da promoção da saúde, em uma proposta articulada com a população e os movimentos sociais e orientada para a produção e difusão de informações sobre análises de situações de saúde e seus determinantes socioambientais. Deve, primar por estratégias de vigilância popular e vigilância participativa, organizada pelos próprios trabalhadores, valorizando seu olhar empírico e por estes fazerem parte do processo de trabalho.

9 QUESTÕES GERAIS SOBRE TRABALHO, DIREITOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ENVOLVEM AS PESCADORAS

“Louvada seja a maré, que trás no ventre a flor da fê da poção semente. Somos metade gente, outra de caranguejo, seguindo na corrente de um desejo. Nas nossas veias, flui o sangue das tantas ceias vindas dos Mangues.” Vergara Filho.

Quanto trata-se da discussão sobre o trabalho e direitos envolvendo as pescadoras (bem como várias outras categorias de trabalhadores) a discussão se enraíza por várias vias, mas a mais debatida nos movimentos de Pescadores e Pescadoras é em relação ao descaso com a saúde dos trabalhadores que trabalham exaustivas jornadas, em condições desgastantes, a partir de alguns anos não tem mais condições físicas de trabalhar, e por fim encontram dificuldades para conseguir amparo securitário, através de várias barreiras como a desinformação, o desamparo legal (com regras legais que não respeitam as especificidades de cada profissão ou mesmo não são feitas para amparar a classe trabalhadora), ou até mesmo com o excesso de burocracia e assim lentidão para resolução do problema.

Estas e muitas outras questões são presente na realidade dos(as)trabalhadores(as) e no caso das mulheres pescadoras /marisqueiras tem sido bandeira de luta impulsionada pela indignação frente a realidade de exploração e invisibilidade desta categoria. Bem como, esta discussão também tem a intenção de contribuir para a dar visibilidade a situação de descaso vivido pelas populações do campo, floresta e aguas e em especial em relação a seguridade social.

Reagindo surgiu a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras – ANP, do anseio de questionar a situação vivida pelas mulheres que vivem aprisionadas as exclusões e padronizações sociais, sobrecarregadas com as várias jornadas de trabalho, com uma rotina de trabalho exaustiva e enquadradas em uma forma de divisão do trabalho entre homens e mulheres, a qual reduz a importância do trabalho da mulher, contribui para fomentar o senso comum de que a mulher não trabalha, mas somente contribui com o trabalho masculino e com a renda doméstica.

Todas essas questões além de trazer agravos a saúde dessas trabalhadoras exercem efeito sinérgico para a dificuldade de reconhecimento da mulher trabalhadora da pesca como pescadora (e não ajudante!), e conseqüentemente também para a dificuldade de auto-

organização dessas mulheres, para a luta por seus direitos e melhores condições de vida e de trabalho.

Assim o debate entre a relação saúde/adoecimento e trabalho é primordial na luta pela efetivação de direitos desta categoria, bem como o entendimento da relação entre o funcionamento do sistema previdenciário, de saúde e trabalhista.

O debate sobre saúde relacionada ao trabalho e os direitos previdenciários dos segurados especiais, coloca-se como uma pauta central para esta categoria, em especial para as mulheres. Pois, ainda é forte na sociedade em que vivemos a ideia de superioridade do homem, frente a suposta inferioridade das mulheres que acaba por acarretar invisibilidade do trabalho feminino, dificuldades de acesso aos direitos e violação destes.

Ao longo da história uma cultura patriarcal, machista e opressora, foi estipulando e consolidando regras sociais para dividir o que é o papel de homem e mulher, o qual acabou por se refletir na divisão sexual do trabalho, ou seja, na divisão do que é trabalho feminino e o que é trabalho masculino. A sociedade cuidou também de valorar, o que é relacionado com o sexo masculino, inferiorizando o papel da mulher e naturalizando as desigualdades.

O que nota-se então são mulheres sofrem com o acúmulo de intensas e ininterruptas jornadas de trabalho, e que mesmo assim ainda não são consideradas trabalho, e sim vistas como obrigatoriedade feminina, dificultando a auto-organização das mulheres e dificultando sua participação política. Isso por que a ação política exige intervir no mundo público, sair de casa e da comunidade, exercer fala pública, aprender a reivindicar e a dialogar com os outros sujeitos, o que se torna difícil para as mulheres responsabilizadas por todos os serviços considerados domésticos. Especialmente em relação as pescadoras, o acesso aos direitos previdenciários é, sem dúvida, uma das maiores preocupações, sendo marcado pela falta de informações, discriminações e negligências às mulheres, resultando em maiores vulnerabilidades, frente aos diversos problemas que a categoria dos pescadores artesanais enfrenta no acesso aos direitos. Pois, se para os homens o problema é garantir e acessar aos direitos de pescadores, para elas trata-se antes de qualquer coisa, provar que a pesca e a mariscagem e beneficiamento dos recursos pesqueiros é uma atividade de trabalho e que dela decorrem diversos problemas ocupacionais que exigem o acesso aos benefícios previdenciários.

Por estes e vários outros motivos é importante ter em mente que é necessário entender como funciona sistema previdenciário, e sua relação com o sistema de saúde e trabalhista, para que se possa assegurar seus direitos diante do que as normas exigem.

Depoimentos das pescadoras durante o II Encontro Nacional de Pescadoras (ANEXO B):

“O machismo é muito grande onde a gente diz que é pescadora e tá lutando pelo direito das pescadoras, mandam a gente pra casa cuidar do marido e dos filhos, e muitas vezes as outras mulheres mesmo pensam até outras coisas... o presidente (de Colônia) só quer saber de cobrar, eles querem deixar a gente lá embaixo... tem um trabalho de “formiguinha” ... a gente ta indo de “galho em galho.”

“Falta de não entender nossos direitos; falta de autoestima; entre as próprias mulheres se é pescadora tem que ser de qualquer jeito, temos que andar bem e nossa autoestima tem que ta bem.”

“A autoestima cresceu ... nas colônias, nas associações as mulheres estão mais. Agora a gente não diz mais que é mulher de pescador, a gente é pescadora...”

9.1 Direitos Previdenciários e Seguridade Social

A constituição federal de 1998 utiliza, pela primeira vez no Brasil, a expressão seguridade social, para denominar o conjunto formado pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

O artigo 194 da Constituição Federal diz que a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, a previdência e à Assistência Social.

Cada um desses setores, entretanto tem suas regras, e é importante entender quais regras se aplicam para cada setor, para que assim possa entender como acessa-lo.

9.2 Assistência Social

Assistência é um sistema de normas jurídicas(regras) que visa corrigir os efeitos danosos dos riscos sociais (pobreza, deficiência, idade avançada), colocando o cidadão em condições de exigir do Estado a proteção que a sociedade lhe confere gratuitamente. Diferente da previdência, a assistência não oferece benefícios ou serviços a todos e sim somente a quem necessita, ou seja, o reconhecimento de baixa renda. Outra diferença entre a assistência social e a previdência é que a primeira não requer contribuição, garante a sobrevivência para aqueles que não trabalham, mas não tem condições de pagar o seguro, enquanto a previdência, em regra, exige contribuição por parte do eventual segurado. Dessa forma a assistência, permite o atendimento aquelas pessoas não seguradas, sendo custeada através da arrecadação de impostos pelo Estado.

Promulgada em 1993 a lei orgânica de assistência social – LOAS, lei 8.742/93 e, garante através da assistência social um benefício no valor de um salário mínimo para as pessoas que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la

provida por sua família, como os portadores de necessidades especiais e idosos com 65 anos ou mais.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC, é comumente confundido com a aposentadoria, no entanto os dois tem finalidades diferentes. A aposentadoria é um benefício previdenciário, onde a regra é a contribuição. Se você nunca contribuiu, em regra você não pode se aposentar.

O BPC é um benefício pago pela assistência social, ou seja, é voltado para aquele que não tem renda e não tem condições de contribuir. Assim, aquela pessoa que não tem renda para se sustentar nem tem familiares que o possam poderá receber o BPC. Como se trata de uma ajuda de sobrevivência, o BPC não tem décimo terceiro, não se pode fazer empréstimos com o mesmo e, por fim, não gera (em regra) pensão por morte aos dependentes. Para ter direito a receber o benefício, a renda da família tem que ser menor do que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa. O INSS possui estrutura administrativa e de perícia para operacionalizar o benefício. Entretanto, o mesmo é benefício da assistência, e este é sujeito as regras da mesma.

Os chamados segurados especiais¹⁵, são uma categoria da previdência que não precisam necessariamente comprovar tempo de contribuição, e sim o tempo de atividade de trabalho. O que lhe confere o direito de depois da aposentadoria ter direito a decimo terceiro, fazer empréstimos descontados diretamente no benefício e após sua morte seu benefício pode gerar pensão por morte aos seus dependentes diretos.

Por vezes, o segurado especial que não conta com as provas necessárias para habilitação de aposentadoria acaba ingressando ou sendo orientado a entrar com pedido de BPC que deve ser solicitado na agência do INSS.

A assistência social também oferece, através das prefeituras, o auxílio funeral, o auxílio maternidade, além do bolsa família, quando a família que solicita estes benefícios tiver renda por pessoa menor do que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

9.3 Previdência Social

Funciona com direito mediante contribuição, pois o modelo previdenciário brasileiro é contributivo e os trabalhadores devem contribuir de acordo com suas possibilidades.

¹⁵ É o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros (mutirão). Todos os membros da família (cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar, são considerados segurados especiais. Também o índio tutelado é considerado segurado especial, mediante declaração da FUNAI.

O benefício¹⁶ substitui a renda do segurado-contribuinte quando ele perde sua capacidade de trabalho por motivo de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão. O trabalhador perde sua capacidade de trabalhar, seja momentâneo ou definitivo o afastamento (por motivo de invalidez, doença, acidente de trabalho, idade avançada, maternidade, reclusão ou morte).

Assim para que a pessoa possa ser segurada, nesses casos em que haja impossibilidade de trabalhar, é necessário que ela tenha contribuído enquanto estava trabalhando. Ou seja, em regra, aquele que pode acessar a previdência é aquele que contribui com ela. Contudo, há alguns casos em que a pessoa nunca contribuiu (pagou carnê ou trabalhou de carteira assinada) e tem acesso benefícios da previdência. A exemplo dos segurados especiais.

Todo trabalhador inscrito na previdência social é chamado de segurado. Existem seis tipos de segurados: os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais, os segurados especiais e os segurados facultativos.

Os beneficiários do INSS dividem-se nas seguintes categorias:

- Empregado: Funciona sob os pilares da onerosidade (recebe pagamento por seu serviço), pessoalidade (o empregado presta o serviço pessoalmente), continuidade (diferente do prestador de serviço faz isso continuamente) e subordinação (recebe ordens). Dessa forma quem faz o recolhimento previdenciários é o patrão, mas o empregado deve sempre estar atento se isto está ocorrendo.
- Empregado doméstico: Além das características de um empregado comum também tem a especificidade dos requisitos das atividades serem sem fins lucrativos e na residência.
- Contribuinte individual (antigo autônomo): deve contribuir com 20% de seus rendimentos.
- Segurado facultativo: estudantes, donas de casa, quem não tem atividade econômica. É aquele que decide contribuir. Tendo em vista, que a contribuição não obrigatória este contribuinte pode começar a contribuir mesmo sem atividade econômica.
- Avulso: é aquele que presta o trabalho através de um órgão gestor de mão de obra. Como exemplo temos os sindicatos das diversas categorias, como estivadoras, portuários, carvoeiros e etc. Estes têm todos os direitos reconhecidos. A diferença é que a relação comercial não será estabelecida diretamente entre patrão e empregado, mas é intermediada pelo órgão gestor de mão de obra.

¹⁶ Benefício é uma importância em dinheiro que a Previdência Social paga aos seus segurados e dependentes para garantir a renda familiar, sob a forma de aposentadoria, auxílio, pensão, salário-maternidade ou salário-família.

- Segurado especial: Exerce atividade econômica, mas não precisa contribuir com 2,1% da produção. Essa categoria também se enquadra para o pescador, e agricultor, extrativistas e outros. Para se enquadrarem nessa categoria devem: trabalhar em regime de economia familiar, ter até 4 módulos fiscais que varia por município e por área urbana ou rural (de 5 a 75 hectares), ter barco de, no máximo, 6 toneladas de arqueação bruta, ou seja, se o pescador (a) trabalhar sozinho ou com pessoas da família e trabalhar em parceria com outras pessoas pode ter um barco de até 10 toneladas de arqueação bruta, que diz respeito à quantidade que o barco suporta.

As marisqueiras são consideradas como segurados especiais de acordo com a instrução normativa nº 08/97 do MPS. É permitido para o segurado especial: (1) Estabelecer uma relação de emprego de até 120 dias no ano, ou seja, durante 4 meses ele pode trabalhar de carteira assinada fora da atividade pesqueira sem perder sua qualificação de segurado especial e com todos seus direitos assegurados (menos o seguro-desemprego). Passando disso perde esta qualificação; (2) Contratar funcionários, desde que até 120 dias/pessoa/ano, ou pode ser 1 pessoa durante 120 dias ou 120 pessoas durante um dia; (3) Fazer turismo comunitário, ou seja, ter um quarto ou algo assim, mas em até 120 dias durante um ano; (4) Exercer atividades artesanais, ou artísticas concomitantemente à atividade artesanal, mas essas atividades não podem ultrapassar um salário mínimo, (5) Participar de parceria empresarial, desde que seja relacionado à sua área de trabalho.

Todos os trabalhadores com carteira assinada são automaticamente filiados a previdência social. Já quem trabalha por conta própria ou segurado facultativo precisa se inscrever¹⁷ e pagar sua contribuição.

Para que os segurados tenham acesso a alguns deles, é exigido a carência, a qual corresponde ao número mínimo de contribuições mensais exigido para garantir o recebimento dos benefícios a que o segurado tem direito. Entretanto, no caso do segurado especial, a lei n. 8.213/91, do plano de benefícios, determina que a carência neste caso, não é medida pelo número de contribuições mais sim pelo tempo efetivo de trabalho.

Desse modo, o pescador (a) deve contribuir de modo diferente em relação a outros trabalhadores, ou seja, com 2,1 % da sua comercialização mas pela lei foi garantido que o trabalhador que não pode contribuir também tem direito. Os segurados especiais, entretanto,

¹⁷ Como é feita a inscrição?: Os trabalhadores contribuintes individuais (autônomos, empresários, entre outros), facultativos (estudantes, donas de casa), empregados domésticos e segurados especiais (trabalhadores do campo, floresta e águas) podem fazer a sua inscrição na central de atendimento – 135, no endereço eletrônico www.previdenciasocial.gov.br ou nas agências da previdência social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos e levar os documentos necessários.

só podem ter acesso ao sistema depois de comprovar o exercício da atividade

A Lei 8.212/91, de Custeio da Previdência, diz que os segurados especiais eles são segurados obrigatórios e devem recolher contribuições para o INSS sempre que comercializem sua produção. Por outro lado, a Lei 8.213/91, do Plano de Benefícios, determina que, não havendo a contribuição, o segurado especial precisa comprovar o exercício da atividade rural no momento em que vai requerer aposentadoria ou qualquer outro benefício previdenciário.

Os segurados especiais são considerados os produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, e comodatários, assentados, e indígenas) que exerçam atividade agropecuária, em área de terra de até 4 módulos fiscais e extrativistas e pescadores artesanais (em anexo a normativa) que trabalham individualmente em regime de economia familiar, sem empregados permanentes no caso dos pescadores com até 10 toneladas de arqueação bruta.

Como o regime é de economia familiar¹⁸, enquadram-se como segurados especiais os cônjuges e os filhos maiores de 16 anos não emancipados que comprovadamente trabalham com o grupo familiar.

Como definição de economia familiar é importante destacar que nesta categoria a produção é resultado do labor do grupo familiar, sem uso de empregados permanentes, e onde o fruto de seu trabalho é indispensável a própria subsistência do grupo familiar, ou seja subsistência tanto alimentar quanto para comercialização.

É importante destacar que não se considera segurado especial, mesmo que se enquadre nos requisitos acima, o membro do grupo familiar que possuir outra fonte de rendimentos, qualquer que seja a natureza. Ou a pessoa física que exerça a atividade por intermédio de prepostos, mesmo sem empregados.

Com a publicação do decreto n. 729 de 2003, o segurado especial poderá ainda manter a sua qualidade de especial caso receba auxílio-acidente, auxílio-reclusão e pensão por morte, desde que o valor não ultrapasse o valor do menor Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Outra informação relevante para o segurado especial é saber que se o trabalhador recebe quantias para trabalhar, como diárias, pagamento por produção, e o marisco ou o pescado são destinados para aquele que paga as diárias, este trabalhador não se trata de segurado especial e sim segurado empregado (sendo que o patrão deveria ou deverá garantir

¹⁸ Segundo a pela Lei n. 11.718/2008 é aquele em que o trabalho dos membros da família é indispensável á própria subsistência, sendo exercido em condições de mutua dependência e colaboração, sem uso de empregados permanentes.

todos seus direitos trabalhistas). Bem como, o segurado especial somente pode trabalhar até 120 dias (quatro meses) por ano com atividades urbanas ou rurais sem perder a condição de segurado especial, em período de defeso ou entressafra (A IN 45/10 coloca no art. 7º; III – exercício de atividade remunerada (urbana ou rural), não superior a cento e vinte dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no artigo 6º deste artigo).

Segundo a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Os Benefícios que o segurado especial tem direito são:

- Aposentadoria por idade: aos 60 anos para os homens e aos 55 para as mulheres. Para aposentadoria por idade são exigidos 15 (quinze) anos conjugados com idade. Valor: um salário mínimo mensal
- Aposentadoria por invalidez: no caso de invalidez permanente, inclusive a decorrente de acidente de trabalho. Valor: um salário mínimo mensal
- Auxílio doença: no caso de doença que exige afastamento do trabalho superior a 15 dias, inclusive a decorrente de acidente de trabalho. Valor: um salário mínimo mensal
- Salário maternidade: pago às agricultoras, em decorrência do parto, durante quatro meses. Há um prazo de 90 dias após o parto para requerer o benefício, sendo que a beneficiária pode requerer até 28 dias antes do parto. Após o parto, necessita levar comprovante da data. Valor: um salário mínimo mensal. É necessário comprovar o exercício de atividade, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.
- Pensão por morte: Pago aos dependentes, após a morte do segurado. Valor: um salário mínimo mensal
- Auxílio reclusão: Pago aos dependentes, durante o período em que o segurado estiver preso, independente de carência, bastando apenas que se comprove que o trabalhador exercia atividade rural. Valor: um salário mínimo mensal

9.4 Como o segurado especial comprova o exercício de sua atividade e tem acesso aos benefícios?

Como dito anteriormente os segurados especiais, necessitam comprovar tempo de atividade e não suas contribuições, através de documentos e da entrevista. Bem como, é realizada uma pesquisa no sistema de dados do INSS para confirmar se o trabalhador(a) não trabalha em outras profissões, já que o segurado especial não pode ter outras fontes de renda,

caso contrário o desqualifica desta categoria.

- 10 A carência é o número mínimo de contribuições (meses) exigidas para que o segurado tenha direito a um benefício. Para os segurados especiais o cumprimento do tempo de carência é feito através da comprovação do tempo de exercício na atividade rural.
- 11 O reconhecimento do direito é feito então pela análise da entrevista, das provas documentais e da pesquisa nos sistemas do INSS.
- 12 Entrevista: É o momento onde o servidor entrevista a (o) trabalhadora(or) e questiona sobre sua vida e trabalho. Uma das reclamações dos segurados especiais, a exemplo das pescadoras, é que muitas vezes os servidores fazem perguntas que os segurados não compreendem e por vezes acabam respondendo de forma equivocada e muitas vezes se prejudicando no processo. Assim, é importante saber que caso o entrevistado/a não entenda a pergunta do servidor, o mesmo pode pedir que repita e que explique a pergunta. E que é dever do servidor simplificar as questões e/ou repetir a pergunta para que o trabalhador entenda e não saia prejudicado.
- 13 Provas documentais: Em regra esta é a parte mais frágil do processo, pois precisa que os trabalhadores tenham em mãos os documentos que comprovem sua atividade e seu tempo nesta atividade. E por vezes os mesmos não têm esses documentos organizados, na maior parte das vezes por falta de informação sobre os documentos que devem guardar.

Em geral todos os documentos que constem sua atividade de trabalho são importantes. Como também é importante saber como funciona os detalhes sobre o tempo de cada documento. Em resumo, as provas documentais devem ser produzidas (criadas ou feitas) no período em que se deu o desenvolvimento da atividade. Sendo assim considerado um documento contemporâneo. Se ele foi feito depois do desenvolvimento da atividade, é chamado de extemporâneo e não pode comprovar o tempo que este escreveu nele. Um exemplo de documento extemporâneo é aquele de que diz que começou em 1980, mas foi registrado em cartório em 2016. Uma dica é que o segurado especial faça o seu cadastro no INSS a partir do momento em que se configure nesta condição.

Assim, se a atividade estiver documentada no INSS, fica mais fácil requerer os benefícios da Previdência Social. De modo que, o cadastro contemporâneo pode contribuir para evitar a necessidade de outros documentos que comprovem o exercício da atividade. O pescador e pescadora podem comprovar a atividade através da declaração da colônia ou sindicato, ou mesmo através da carteira de pesca do Ministério responsável pela atividade pesqueira, e nestes casos tem o período já informado no sistema do INSS.

A comprovação de tempo de atividade rural, pode ser feita basicamente de duas

formas. Com a declaração do sindicato ou colônia, ou sem a declaração desses dois. Este é um ponto importante, pois a legislação coloca procedimentos diferentes caso o/a trabalhador/a esteja sem ou com a declaração destes órgãos. Feita esta separação há documentos que a lei coloca como necessários para comprovar o tempo de atividade como segurado especial. Nesse sentido, o art. 106 do PBPS (Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991) os documentos para a comprovação do exercício de atividade rural serão feitos, alternativamente, por meio de:

- I – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- II – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- III – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (no caso de produtores em regime de economia familiar) através de contrato do imóvel rural, ou qualquer outro documento emitido por esses órgãos que indique ser o beneficiário proprietário de imóvel rural ou exercer atividade rural como usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgado, comodatário ou arrendatário rural;
- IV – bloco de notas do produtor rural;
- V – notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;
- VI – documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;
- VII – comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;
- VIII – cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural;
- IX – Documento de informação e atualização cadastral do imposto sobre a propriedade territorial rural (DIAC) e documento de informação e apuração do imposto sobre a propriedade territorial rural (DIAT) entregue à receita federal;
- X – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra, ou
- XI - Certidão fornecida pela FUNAI, certificando a condição do índio como trabalhador rural.

9.5 Comprovação da atividade sem declaração do sindicato ou colônia

Para comprovação sem declaração do sindicato ou colônia é necessário um procedimento específico no caso de aposentadoria por idade e outro procedimento no caso dos demais benefícios. Para isto o trabalhador deverá apresentar os documentos listados acima (para comprovação de atividade rural), além do chamado indicio de prova material (documentos que comprovem que o(a) trabalhador(a) é lavrador(a) ou pescador(a)), os quais são outros documentos que comprovem sua atividade de trabalho. Para ter direito a aposentadoria por idade o segurado deverá apresentar estes documentos em intervalos não superior a três anos entre as declarações/documentos.

Em relação aos demais benefícios, como aposentadoria por invalidez, salário maternidade, auxílio reclusão, auxílio acidente, pensão por morte, auxílio doença, pensão por morte, o segurado deverá apresentar pelo menos um dos documentos listados acima, independente da declaração dos órgãos de classe. Contanto que comprove que desenvolveu as atividades de trabalho que o qualificam como segurado especial, no período de doze meses ou dez meses de forma ininterrupta no período que antecede a ocorrência do evento. E para esta comprovação irá precisar dos indícios de prova material.

9.6 Comprovação de atividade com declaração do sindicato ou colônia

A lei prevê um procedimento mais simples no caso de emissão de declaração por parte do sindicato Rural ou Colônia de Pescadores. A declaração expedida pelo órgão de classe (sindicato ou colônia), deve constar suas informações pessoais, o período em que o segurado efetivamente exerceu a atividade que o qualifica como segurado especial, a localidade, entre outras informações para comprovação de atividade rural. A declaração sempre deve ser contemporânea, e deve ser homologada no INSS. Assim para homologação no INSS, ou seja, confirmação do tempo que o segurado declara de atividade, é necessário que o mesmo apresente o indicio de prova material, que confirmem o período declarado, e o mesmo mora no campo.

9.7 Indício de prova material

Estes documentos são necessários por ser um registro de que o segurado de fato é trabalhador(a) rural/marisqueira/pescadora/outros, com alguma informação que evidencia esta atividade. E os mesmos devem ser contemporâneos ao período em que se deseja comprovar. Não é necessário ter todas as provas listadas abaixo, mas quanto mais provas melhor. Bem como, a seguir encontram-se as provas citadas em lei, o que não quer dizer que não possam existir outras que comprovem a atividade.

De acordo com o Regime Geral de Previdência Social, no Art. 122 da lei 8.213/1991. Considera-se indício de prova material, para fins de comprovação da atividade rural, entre outros, os seguintes documentos, desde que neles conste a profissão ou qualquer outro dado que evidencie o exercício da atividade rurícola e seja contemporâneo ao fato nele declarado, observado o disposto no art.132:

- I - certidão de casamento civil ou religioso (a qual inclua a profissão do casal);
- II - certidão de nascimento ou de batismo dos filhos (com registro da profissão dos pais);

- III - certidão de tutela ou de curatela (ocorre quando uma pessoa de maior não consegue responder por seus atos, o juiz através de um processo chamado interdição indica alguém para cuidar desta pessoa, e neste documento pode conter a profissão do responsável);
- IV - procuração (documento em que uma pessoa concede plenos poderes para que outra pessoa realize atos por ela, e neste documento pode constar a profissão);
- V - título de eleitor ou ficha de cadastro eleitoral (pode-se informar no cartório a profissão para que assim conste no cadastro);
- VI - certificado de alistamento ou de quitação com o serviço militar;
- VII - comprovante de matrícula ou ficha de inscrição em escola, ata ou boletim escolar do trabalhador ou dos filhos (a qual inclua a profissão dos pais ou do próprio estudante);
- VIII - ficha de associado em cooperativa;
- IX - comprovante de participação como beneficiário, em programas governamentais para a área rural nos estados, no Distrito Federal ou nos Municípios;
- X - comprovante de recebimento de assistência ou de acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural;
- XI - escritura pública de imóvel;
- XII - recibo de pagamento de contribuição federativa ou confederativa (Para quem é associado a sindicato ou colônia, e entre estas as contribuições que o associado faz é para as federações e confederações, estes comprovantes servem como prova material);
- XIII - registro em processos administrativos ou judiciais, inclusive inquéritos, como testemunha, autor ou réu;
- XIV - ficha ou registro em livros de casas de saúde, hospitais, postos de saúde ou do programa dos agentes comunitários de saúde (muito importante que tenha o registro da profissão);
- XV - carteira de vacinação;
- XVI - título de propriedade de imóvel rural;
- XVII - recibo de compra de implementos ou de insumos agrícolas;
- XVIII - comprovante de empréstimo bancário para fins de atividade rural;
- XIX - ficha de inscrição ou registro sindical ou associativo junto ao sindicato de trabalhadores rurais, colônia ou associação de pescadores, produtores ou outras entidades congêneres;
- XX - contribuição social ao sindicato de trabalhadores rurais, à colônia ou à associação de pescadores, produtores rurais ou a outras entidades congêneres;
- XXI - publicação na imprensa ou em informativos de circulação pública;
- XXII - registro em livros de entidades religiosas, quando da participação em batismo, crisma, casamento ou em outros sacramentos;
- XXIII - registro em documentos de associações de produtores rurais, comunitárias, recreativas, desportivas ou religiosas;
- XXIV - Declaração Anual de Produtor - DAP, firmada perante o INCRA;
- XXV - título de aforamento;
- XXVI - declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para fins de obtenção de financiamento junto ao PRONAF; e
- XXVII - cópia de ficha de atendimento médico ou odontológico; § 1º Para fins de concessão dos benefícios de que tratam o inciso I do art. 39 e seu parágrafo único e o art. 143, ambos da Lei 8.213, de 1991, serão considerados os documentos referidos neste artigo, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes e conste a profissão do segurado ou qualquer outro dado que evidencie o exercício da atividade rural, de seu cônjuge, companheiro ou companheira, inclusive os homoafetivos, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente ou descendente, enquanto componente do grupo familiar, salvo prova em contrário.

9.8 Casos de acidente de trabalho e auxílio doença

Em casos de acidente de trabalho e auxílio doença é importante saber que o Ministério da Saúde, reconhece em torno de 200 patologias relacionadas ao trabalho (BRASIL, 2001). A partir de 2007 foi estabelecido o nexu técnico epidemiológico previdenciário (NTEP)¹⁹, o qual consiste no novo sistema de avaliação da relação entre o agravo de saúde e a necessidade de serviço securitário, o qual representa um cruzamento dos códigos da classificação internacional de doenças (CID 10) e da classificação nacional das atividades econômicas (CNAE 2.0) e foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Para o diagnóstico das doenças relacionadas ao trabalho, são priorizados dois critérios principais segundo o Nexu Técnico epidemiológico - NTEP (para estabelecer sua relação com o trabalho): através do reconhecimento da patologia junto ao banco de dados oficial ou comprovando a patologia através de diagnóstico junto ao Sistema Único de Saúde - SUS, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, clínica particular, com emissão do Comunicado de Acidente de Trabalho -CAT.

Para estabelecimento de nexu causal é necessário o reconhecimento da natureza presuntiva, ou seja, significa o reconhecimento da relação da doença relacionando-a ao trabalho. Desse modo, se a doença que o indivíduo que procura a previdência for comprovada e tenha informações epidemiológicas relacionadas à atividade profissional do doente, confirma-se o nexu causal, nesse caso reconhece-se a patologia como relacionada ao trabalho presuntivamente, caso contrário o doente devera levantar provas que está doente e sem condições de trabalhar. Esta questão tem sido um entrave, pois as doenças relacionadas ao trabalho na pesca são pouco investigadas. Essa realidade indica a necessidade de diagnóstico e reconhecimento das doenças dessa categoria e expressa a exclusão do sistema público de assistência medica e seguridade em relação à saúde do trabalhador.

Para se aposentar por invalidez o trabalhador não precisa comprovar 15 anos de atividade, mas somente a contribuição do último ano, devendo comprovar através de perícia médica de dois em dois anos. Entretanto, por vezes o INSS não faz a chamada regular para a perícia e a pessoa pode perder a aposentadoria. Assim, passados dois anos ela deve comparecer.

O auxílio-doença é o relacionado geralmente a acidentes de trabalho, e a doença deve ter nexu com trabalho comprovado. Entretanto, o auxílio-doença não é só por doença do

¹⁹ Metodologia utilizada pelo INSS, a partir da publicação da Lei Federal nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006, que consiste em identificar quais doenças e acidentes estão relacionados com a prática de uma determinada atividade profissional.

trabalho, sendo também, para qualquer doença que a (o) impossibilite para o trabalho. Esta vem sendo uma pauta bastante debatida na categoria, onde os movimentos de pescadores vêm denunciando os problemas com os chamados carteis dos benefícios que, por vezes é formado pelo tripé: colônias, advogados, e INSS. Em outras situações apenas por advogados e INSS, que negam pedidos de benefícios ou aposentadorias deliberadamente para “encaminhar” os pescadores (as) aos advogados que cobram valores exorbitantes para dar continuidade ao trâmite dividindo os lucros com os demais integrantes.

Outros problemas a serem enfrentados são a falta de informação por parte dos órgãos de classe, como também a discriminação e invisibilidade da mulher pescadora, o qual, vem sendo chamada pela Articulação de Mulheres Pescadoras de racismo institucional, devido a práticas preconceituosas e machistas, como mostra a fala de um dos (as) gestores dos órgãos de classe participantes da pesquisa:

“O médico perito de Bragança, já está lá a muitos anos e já ficou abusado com as pessoas, tem INSS aqui na nossa cidade mas a gente prefere mandar o pessoal pra Belém ou castanhal porque eles tratam muito mal nosso pessoal tem gente que sai chorando de lá, o médico daqui é muito ignorante. Um dos nossos sócios aqui o coitado mal consegue andar, fez o maior sacrifício para fazer os exames e levou lá pra ele, ele olhou, olhou, e disse para o senhor: olha o senhor ainda aguenta muitos anos de trabalho, vê se pode e mandou o homem embora. É um absurdo. Eles querem assim que as pessoas vão pra os advogados que eles conhecem. E esses advogados entram com o processo e pegam metade do dinheiro do pessoal, as mulheres então se não forem todas sujas, e mal vestida. Não são pescadoras. Não podem passar uma pintura e nem fazer as unhas...”
(Presidente do Sindicato dos Pescadores)

“É um uma vergonha isso que fazem com a gente. Como pode se chegar lá um pouco arrumada é por que a gente ta mentindo é não é pescadora. Aí fazem um monte de perguntas pra ver se pegam a gente, se a gente erra uma. Eu respondi tudo que eles me perguntaram”.
(Pescadora de Aricurú)

9.9 Questões Gerais e Pautas da Categoria

Uma questão central a ser discutida é o fato de que no Brasil, não há uma política para a pesca artesanal como projeto estratégico de desenvolvimento, apenas programas compensatórios e integracionistas ao modelo desenvolvimentista e economicista, que subordinam, em larga medida, a pesca às imposições das empresas/industrias da pesca.

No que se refere à legislação inerente aos recursos pesqueiros, nota-se a interferência estatal com políticas desiguais para os pescadores artesanais, onde somente os empresários da pesca e donos de barco são beneficiados, condição que vem gerando indignação da categoria.

Exemplo disto são as Políticas de ordenamento pesqueiro²⁰ generalistas e que não valorizam a opinião e os saberes das populações tradicionais, tornando políticas de difícil cumprimento, e com a punição mais eficaz que o seu processo de construção e que a sua fiscalização.

De modo que, este “cuidado para prevenção da sobre-pesca” ocorre muitas vezes quando as espécies já se encontram excessivamente exploradas, ou ameaçadas de extinção, bem como, esta defesa é deliberada muitas vezes, apenas para espécies de alto valor comercial e utilizadas para pesca ou aquicultura industrial. Este instrumento legal também impõe aos pescadores e pescadoras a paralisação de suas atividades, sem que muitas vezes eles consigam acessar a política, principalmente devido à grande burocracia, levando à perda de renda que acarreta várias outras graves situações para o (a) pescador (a) artesanais como: a captura ilegal, as perdas do território aonde vivem e trabalham, e assim conseqüentemente, vários problemas de saúde (a nível ambiental e para as pescadoras).

Pode-se acrescentar como outro agravante, a falta de legislação específica para essa profissão, que garanta seus direitos e de políticas públicas direcionadas para este grupo e atividade específicos, compreendendo a orientação, o acompanhamento, a circulação de informações, além do planejamento participativo e auto-organização massiva das mulheres no processo produtivo da catação, partindo das demandas locais, visando melhorar as condições de trabalho na atividade de catação e respeitando as dinâmicas locais. Pois, a catação, muito mais do que uma atividade para geração de renda, também se caracteriza como uma manifestação cultural, inserida em uma dinâmica social local que é expressa via transferência do conhecimento tradicional entre gerações, não obedecendo somente a uma lógica mercadológica, apesar de ser demasiadamente orientada pela mesma.

Assim, coloca-se como urgente a necessidade de aprofundar o entendimento sobre a realidade da pesca, apontando propostas que venham fortalecer a autonomia, promovendo a auto-organização, estimulando a capacidade produtiva e melhores formas de gestão dos bens naturais, favorecendo mecanismos para a valorização e comercialização de sua produção, mas fomentar as práticas pesqueiras que contraponham o modelo vigente, tendo a legalização como ponto de partida, mas não como debate central, sob o risco de esgotar a luta em si mesma, em conquistas que podem ser facilmente apropriadas pelo capital, como foram várias outras leis, pela defasagem na sua efetivação.

²⁰Política que estipula os períodos reprodutivos das espécies, proibindo a captura nesses períodos.

Outro ponto não menos complexo que caminha de encontro a promoção da saúde é o desenvolvimento ambiental, que não passa apenas por ambientes saudáveis, como a conservação do ambiente físico e natural, mas a interação das dimensões sociais, políticas e econômicas. Assim, é importante o fortalecimento de estratégias educativas para a promoção da saúde, que devem ocorrer em ambientes formal e não-formal, mas com a perspectiva de garantir o exercício de autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal ao longo da história do Brasil, não teve um projeto estratégico de desenvolvimento, mas apenas programas compensatórios e integracionistas ao modelo desenvolvimentista e economicista, que sempre à subordinaram, em larga medida, às imposições das empresas/indústrias pesqueiras, onde a saúde dos trabalhadores progressivamente foi colocada em segundo plano.

Como aponta a pesquisa, no SUS tem-se um atendimento primário de qualidade, entretanto deficiências em relação ao atendimento secundário ou seja, acesso a várias especialidades, a exames e tratamento. No que tange a prevenção é insuficiente, em especial quando se trata da saúde do trabalhador.

Portanto, faz-se necessário dispor de medidas para melhorar as condições de diagnóstico e de classificação de doenças do trabalho desta categoria, o que permitiria, aprimorar o banco de dados da previdência social, em especial no que se refere ao Nexo Técnico Epidemiológico, mas sem reduzir o debate à apenas criar listas de doenças ocupacionais, mas de questionar o processo de trabalho como um todo e, assim as doenças resultantes destes.

Outra questão central em relação ao NTEP é que a problemática, não é somente em relação as pescadoras, mas um grande número de doenças dos trabalhadores não está incluído. E esta é uma luta específica mais ampla no contexto dos trabalhadores.

Fica evidente que o Estado em seu conjunto de normalizações e leis tem produzido a subordinação da pesca artesanal à pesca industrial, incluindo as legislações sanitárias, e que incidem na saúde. Esse conjunto de leis atuam na determinação da subordinação interferindo diretamente no processo de trabalho. Assim, os segurados especiais presos a legislação, que por exemplo não permite que trabalhem de carteira assinada, acabam se submetendo a situações de exploração e negação de direitos

Aprofundar o debate sobre as carências e dificuldades da mesma, dentro de instituições públicas de saúde e previdência social, em especial nas esferas da atenção à saúde e da vigilância em saúde do trabalhador, coloca-se como um desafio. Constitui-se como uma necessidade a estruturação de uma abordagem participativa e inclusiva dessa categoria profissional.

Para o avanço da garantia dos direitos dos pescadores artesanais, como ressalta Martins e Pena (2014), é imprescindível que os programas da estratégia de saúde da família funcionem articulados aos serviços de atenção à saúde do trabalhador, desenvolvendo práticas de diagnóstico, tratamento, reabilitação e encaminhamento para os serviços de seguridade nos

casos necessários. Além da vigilância em saúde do trabalhador com medidas inclusivas de análise das cargas do processo de trabalho.

É evidente que a categoria vem se organizando e criando organicidade em suas pautas e estratégias de luta, desenvolvendo mecanismos de pressões de seus direitos, em debates que atualmente giram entorno de várias pautas como: a luta pela defesa dos territórios costeiros/pesqueiros, a luta pela garantia de seus direitos trabalhistas e previdenciários, o acesso à saúde do trabalhador e o fim do racismo/discriminação institucional vivenciado em especial pelas mulheres, bem como a organização para o trabalho, como o estímulo ao cooperativismo e autogestão, para que dominem a cadeia produtiva dos produtos que produzem e comercializam.

Entretanto, ainda necessitam expandir formas de popularizar o debate e fortalecer a luta. No viés da saúde, capitaneado pela discussão sobre o reconhecimento e valorização da atividade pesqueira artesanal, coloca-se como urgente que a categoria se aproprie do entendimento das cargas a que estão submetidos em seu cotidiano de trabalho, suas formas de prevenção, tratamento e seguridade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. **Introdução à Controvérsia sobre o Positivismo na Sociologia Alemã.** In: BENJAMIN, W. et al. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ALBARRACÍN, J. **O trabalho doméstico e a lei do valor.** IN. FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). O trabalho das mulheres. (Coleção Cadernos Sempre Viva) Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 1999. P. 43- 61.
- ALMEIDA, M. P. **Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste do paraense.** In: *No mar. Nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.* HÉBERTTE, Jean et al. (orgs). Belém: ADUFPA, 2002, p. 83-110.
- ALVES, E. P. **Do mangue a casa: família e trabalho na economia do caranguejo.** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Pará, Belém. 2003.
- ARAUJO, T. M. de; ROTEMBERG, L. **Relações de gênero no trabalho em saúde: a divisão sexual do trabalho e a saúde.** FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS. **Carta do IV encontro da articulação nacional das pescadoras.** Pontal do Paraná – PR, 2014.
- ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA. **Curso juristas leigos: Direito previdenciário.** Pag. 01-20. Bahia, 2002. Disponível em: < <http://www.aatr.org.br/Programas/JL/direitoprevidenciario.pdf>>. Acesso em 22 junho de 2016.
- BIERNACKI, P. , WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling.** *Sociological Methods & Research.* 1981.
- BINDER, M. C. P.; ALMEIDA, M. **Acidentes do trabalho: acaso ou desacaso?** In: MENDES, R. Patologia do trabalho. Atheneu, São Paulo, 2007.
- BOTELHO, E. R. O & SANTOS, M. C. F. **Boletim técnico científico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil.** CEPENE (Centro de Pesquisa e Gestão de Recurso Pesqueiros do Litoral do Nordeste) /IBAMA, 2002.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. Brasiliense, São Paulo, 1999.

BRASIL, **Decreto s/n, de 20/05/2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em : 29 de maio de 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 425/99 de 21 de Outubro de 1999**. Relativa à higiene dos géneros alimentícios. Disponível em: <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=3069> Acessado em: 20 dezembro 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 67/98, de 18 de Março /98**. Relativa a algumas práticas básicas de higiene pessoal para a manipulação de alimentos. Disponível em: <http://www.4work.pt/cms/fileadmin/docs/legislacao/HSA/Dec%20Lei%2006798%20Condi%20E7%F5es%20higiene%20generos%20aliment%20Edcios.pdf>. Acessado em: 21 de dezembro de 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Estatística da pesca 2002: Grandes regiões e unidades da federação**. Tamandaré – PE: IBAMA/CEPENE, 2004.129 p.

BRASIL. **Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm. Acessado em: 20 dezembro 2014.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Pesca artesanal. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>. Acesso em 13 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Anuário **Estatístico de Acidentes do Trabalho 2007**. Brasília: MPS, 2007. Disponível em <http://www.providenciasocial.gov.br/conteudodinamico.phpid=645>. Acesso em 10 junho. 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos**. Brasília: ministério da saúde, 2001. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf >. Acesso em 20 junho de 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos**. Brasília: ministério da saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da saúde. **Notificação de acidentes de trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes**. Brasília: ministério da saúde, 2006. 32 p.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. Departamento de apoio a gestão participativa. **Saúde e ambiente para a população do campo, floresta e águas**. Brasília: ministério da saúde. 216p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 15 – Norma Regulamentadora: atividades e operações insalubres**. Brasília: MTB, 1983. Disponível em: http://www.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras/nr_09_at.pdf, Acesso em: 23 março 2016.

BRASIL. Ministério do trabalho. **Normas de saúde e segurança do trabalho**. Brasília: Ministério do trabalho, 2010.

BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. seção 1 ed. s.l.:s.n, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os planos de Benefícios da Previdência social.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l8213cons,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 01 de maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os planos de Benefícios da Previdência social.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l8213cons,htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 01 de maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 01 de maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm. Acesso em: 01 de maio 2016.

BRAVERMAN, H. O. **Trabalho e o capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Zahar, São Paulo, 1980.

BRITO, E.O. **Consciência histórica e hermenêutica: considerações de Gadamer acerca da teoria histórica de Dilthey: Trans/Form/Ação**, v. 28, n. 2, p. 149-160, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29420.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

BRUSCHINI, C. **Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?** In: *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, Serie II. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

CAMARGO, M.; ISAAC, V. J. **Ictiofauna estuarina.** In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). *Os Manguezais da Costa Norte Brasileira*. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003. p. 105-141.

CEPIS (centro de educação popular do instituto sedes sapientiae); DIEESE (departamento intersidical de estatística e estudos socioeconômico); **Desafios do mundo do trabalho**. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda. 2009. 89 p.

CLIFFORD, J. (2002). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

CODAS, G. **Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas de gênero**. IN: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.) Economia feminina. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 2002. 104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva). P. 16-23.

CONSULTA POPULAR. **Cartilha 23: saídas para o Brasil – unidade das forças populares**. São Paulo, 2015. 60 p. Trabalho não publicado.

CPP (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES); **cartilha do meio ambiente e direitos**. Belém, 2012, trabalho não publicado.

DEDECCA, C. S. **Tempo, trabalho e gênero** in: Reconfigurações das Relações de Gênero no Trabalho. Organizado por A. A. Costa; E. M. Oliveira; M. E. Lima; V. Soares, pp. 35-55. São Paulo: CUT. 2004.

DIEGUES, A. C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática. 1983.

ENGELS, F. **A Dialética da natureza**; K. Tradução do russo e edição (revista) por CN, 1.07.2014. Marx e F. Engels Obras (em russo), Moscovo, 1961, t. 20, p. 354. (N. Ed.) site: Para a História do Socialismo www.hist-socialismo.net acessado em: 20 de abril de 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

EVER, M. C. A. **O lugar da mulher na apropriação e uso dos recursos naturais e nas atividades produtivas em Caratateua, Bragança, Pará, Brasil.** Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Biologia Ambiental, UFPA, Bragança, Brasil, 2012. P.120.

FARIA, N; SILVEIRA, M. L; Nobre, M (orgs); **Gênero nas políticas públicas.** São Paulo: sempre viva organização feminista, 2000, 104 p. coleção cadernos sempre viva.

FEITOSA, A.I.R; PENA, P.G.L. **Acidentes do trabalho nas atividades de pesca artesanal de mariscos.** In: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufba, 2014. P.133-156.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Medicina Social.** In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRANCE. Ministerie de LaSante. **L etat de sante de La populacion em France: rapport,** 2007.

FREITAS, C.E.S.; MARQUES, L.S.; MELO, D.V. et al. **Previdência social, segurados especiais e marisqueiras.** IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufba, 2014. P.271-287.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLASER, M.; OLIVEIRA, R. S. **Direitos e deveres no co-manejo costeiro do Brasil.** In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Orgs.). Gente, Ambiente e Pesquisa: Manejo Transdisciplinar no Manguezal. Programa MADAM, UFPA/NUMA, 2005.

GOMES, M. **Treme: gênero e trabalho em uma comunidade extrativista da região costeiro-estuarina do Pará.** 123 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). UFPA, Bragança, 2013.

GORAYEB, A **Análise integrada da paisagem na bacia hidrográfica do Rio Caeté – Amazônia Oriental**. (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil. 203 p. . 2008.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HIRATA, H.; DOARÉ, H. **Os paradoxos da globalização**. IN: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). O trabalho das mulheres. (Coleção Cadernos Sempre Viva) Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 1999. P. 9-37.

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). **Estatística da pesca 2007**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA_Q8AK/estatistica-pesqueira> . Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). **Estatística da pesca 2002: Grandes regiões e unidades da federação**. Tamandaré – PE: IBAMA/CEPENOR, 2004.129p

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). **Legislação Pesqueira** (versão – 2003). Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2003.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Resultados do universo do censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de março de 2016.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relação sociais de sexo**. IN: HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ, H; SENOTIER, D. (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. P. 67-75.

KRAUSE, G.; SCHORIES, D.; GLASER, M.; DIELE, K. 2001. **Spatial patterns of mangrove ecosystems: the bragantinian mangroves of northern Brazil** (Bragança, Para). *Ecotropica* 7:93-107.

LACAZ, F. A. D. C. **Saude do trabalhador : Um estudo sobre as formações discursivas da academia,, dos serviços e do movimento sindical.** campinas(São Paulo): Universidade Estadual de Campinas. 1996.

LAVINAS, L. **Empregabilidade: uma noção conjugada no feminismo.** IN. FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). O trabalho das mulheres. Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF-, 1999. (Coleção Cadernos Sempre Viva) P.38-42.

LEITÃO, W. **Pesca e políticas públicas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, Belém – Vol. 11, n 2, p.185 - 198, 1995.

LIMA, J.C. **Possibilidades e limites das cooperativas do Nordeste: alternative ou falta de opção?.** IN. FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). O trabalho das mulheres. (Coleção Cadernos Sempre Viva) Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 1999. P.72- 93.

LOURENÇO, C.F.; HENKEL, J.A.S.; MANESCHY, M.C.A. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará.** Belém, PA. 60p. 2006.

LUKACS, G. **Per una ontologia dell' esseresociale.** vol. II. Roma: Riuniti. [Foi utilizada a tradução de Ivo Tonet para o capítulo III (mimeo, S.D.) e a de Sergio Lessa para o capítulo IV (mimeo, S. D.)]. 1981.

MALDONADO, S. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática.1986.

MANESCHY, M. C., SIQUEIRA, D., ALVAREZ, M. L. M. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento.** Revista Estudos Feministas, 2012. (20) 03:817-837.

MANESCHY, M. C.; **Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais.** In: FERNANDES, Marcus E. B. (Org.). Os Manguezais da Costa Norte Brasileira. Belém: Gráfica Alves, 2005. P. 218-231.

MANESCHY, M. C.; 1995b. **A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no**

litoral do Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia 11(2):145-166.

MANESCHY, Maria Cristina (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém. EDUFPA, 2002.

MARQUES, S. N.; CARVALHO, E. A.; MELLO, C. S. **Levantamento preliminar das angiospermas de manguezal da estrada de Ajuruteua, município de Bragança (PA).** In: III Workshop Internacional sobre Dinâmica e recomendações para Manejo em áreas de Manguezais de Bragança – PA. Resumos, p.3-4,1997.

MARTINS, D. Y. **Lideranças femininas em comunidades da pesca artesanal.** IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) **Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais.** Bahia: Edufba, 2014. P.333-345.

MARX, K. **O Capital.** Livro I/ vol. I. Tomos 12. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

MARX, K., **Capítulo V: Processo de trabalho e Processo de Valorização.** Em: **O capital: crítica da economia política.** s.l.:Abril Cultural. 1913.

MARX, K., **Introdução a crítica da economia política. Em: contribuição a crítica da economia política.** s.l.:Martins fontes. 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Tradução Victor Hugo Klagsbrun. São Paulo: Perseu- Abramo/Contraponto, 1998.

MAUÉS, M. A. **“Trabalhadeiras” e “camaradas”; um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores.** Belém: UFPA - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1993.

MAUÉS, M. A. **A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica.** Belém: NAEA/UFPA. 1980.

MAÚES, M. A.; **Pesca de homem / peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Revista Etnográfica, vol. III, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2015.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém, UFPA. 1985.

MENDES, R.; DIAS, E. C. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. Revista de Saúde Pública v.25, n.5, p. 341-9, São Paulo, 1991.

MINAYO – GOMES, C; MACHADO, J. M.H; PENA, P.G.L; **Saúde do trabalhador na sociedade Brasileira contemporânea**, Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 550 p, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 29ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, M.C.S (ORG); **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO-GOMEZ, C. & THEDIM-COSTA, S. M. d. F.; **A construção do Campo da Saúde do trabalhador: Percursos e Dilemas**. Caderno de Saúde Pública, 13(2), pp. 21-32. 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600003>. Acessado em: 12 de junho de 2016.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: novas e velhas questões**. Ciência saúde coletiva. V. 10, n. 4, p. 797-815, 2005.

MIRANDA, A. C., BARCELOS, C., MOREIRA, J. & MONKEN, M. **Território Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

MOREIRA, E.R.S; RODRIGUEZ, J. M. B. **Turismo familiar: uma proposta de sustentabilidade na comunidade tradicional de Aricuru (Maracanã - PA)**. Trabalho de conclusão de turismo (graduação). Escola Superior da Amazônia, Belém-PA, 2010. 122 P.

MORIN, E. **Sociologie**. Paris: Librairie Artheme Fayard, 1994.

MOTA, S. E; PENA, P.G.L. **Pescador e pescadora artesanal**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) **Sufrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais**. Bahia: Edufba, 2014. P.31-51.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. **Carta do seminário nacional. O Levantamento da produção pesqueira artesanal**. Salvador. 23 a 26 de abril de 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DE PESCADORES E PESCADORAS. **Carta do Encontro Estadual (Pará) do Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras**. Belém – Pará, 28 a 30 de novembro de 2014.

NASCIMENTO, E. C. S.; FISCHER, I. R. A.; **Invisibilidade das pescadoras artesanais na cadeia produtiva da pesca e no meio ambiente pesqueiro**. Revista Coletiva, Recife, 30 maio 2012.

NASCIMENTO, L. N. C. & NATIVIDADE, M. S. **Projeto de uma unidade de produção de polpa de caranguejo no município de Quatipuru utilizando uma abordagem em gestão da qualidade e projeto de fábrica**. 130f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de engenharia de produção) Universidade da Amazônia Belém, 2011.

NOBRE M; FARIA, N; **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: sempre viva organização feminista,2003, 104 p. coleção cadernos sempre viva, série gênero, políticas públicas e cidadania.

NOBRE, M. **Introdução à economia feminista**. IN: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.) **Economia feminina**. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 2002. 104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva). P. 10-15.

NOGUEIRA, C. **O trabalho duplicado: A divisão sexual do trabalho e na reprodução, um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular. 2006. 208p.

NORIEGA, M. **Capítulo 6: Organización laboral, exigencias y enfermedad**. In: Serie Paltex. Washington: s.n. 1993.

NORIEGA, M. **Problemas teórico-metodológicos de la investigación sobre salud en el trabajo**. Salud Problema, Issue 17, 1989.pp. 9-13.

PASSOS, H. S; COELHO, M. C; RIBEIRO, SUEZILDE, C. M. A; ET. AL. **Manejo do caranguejo-uçú: o método de embalagem para o transporte sustentável**. Belém: instituto de desenvolvimento sustentável marirauá. 48 p. Serie protocolos de manejo dos recursos naturais,4.

PENA, P.G.L; FREITAS, M.D.S. **Condições de trabalho da pesca artesanal de mariscos e riscos para ler/dort em uma comunidade pesqueira de ilha de mare, BA**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.53-92.

PENA, P.G.L; MARTINS, V.L.A. **Riscos de doenças do trabalho relacionadas às atividades de pesca artesanal e medidas preventivas**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.93-103.

PENA, P. G. L.; FREITAS, Maria C. S.; CARDIM, Adryanna. **Trabalho artesanal, cadências infernais e Lesões por Esforços Repetitivos: Estudo de Caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol.16, nº.8, agosto, p.10. 2011.

_____, V. L. A. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.291-304.

_____, V. L. A. PENA, P.G.L.; GOMES, T.M. et al. **Modelo de gestão participativa em um serviço de saúde do trabalhador**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.181-196.

_____, V. L. A. PENA, P.G.L.; SEIXAS, J.M. et al. **Modelo de gestão participativa em um serviço de saúde do trabalhador**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.181-196.

PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e a formação de professores**. 7ª Ed. Cortez: São Paulo, 2010.

PEREIRA, I.B. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed.rev.amp.- Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PROISY, C.; SOUSA-FILHO, P. W. M.; FROMARD, F.; PROST, M. T. R. C.; MENDES, A. C.; **Monitoring the dynamic of the Amazon coast (Pará, Brazil and Frech Guiana) using a cammon methodology based on a special analysis coupled to a simulation tool**. In: MANGROVE 2003, Salvador. Livro de Resumos. V.1, p.459 -459. 2003.

REPINALDO FILHO, F. P. M. **Contribuição do Conhecimento Ecológico Local ao sistema de gestão compartilhada da pesca de Emburateuas nos estuários da Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará**.2012. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). UFPA, Bragança, 2012.

RODRIGUES, P. P.; NEGRELLI, G.M.; OLIVEIRA, B. L.; MACHADO K.M. **Projeto sururu: Descrição e Ordenamento da Pesca Artesanal de Mexilhão na ilha do boi, ilhas galhetas e ilha do frade, Vitória/ES**. Anais do II Congresso Brasileiro de Oceanografia e XVII Semana Nacional de Oceanografia, Outubro, 2005. Vitória - ES. Disponível em:<<http://www.ecomaris.org.br/images/publica%C3%A7%C3%A3o2005.PDF>>. Acessado em: 26 de dezembro de 2014.

ROSEN, G. **A Evolução da Medicina Social**. In: Medicina Social: Aspectos Históricos e Teóricos. São Paulo: Global, 1983.

SABROZA, P. C. **Processo saúde e Doença**. In: BARBOSA, P. R. (coord) Curso de Especialização – Autogestão em Saúde (cap. 1). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

SACRAMENTO, E.C.; PACHECO, M.J. **Saúde ocupacional**. IN: PENA, P; MARTINS, V. (orgs.) Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e Pescadores artesanais. Bahia: Edufpa, 2014. P.323-331.

SANTOS, M. A. S. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense**. Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v.1, n.1, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/revista/061a082.pdf>>. Acesso em: 01 abril de 2014.

SCHMIDT, M. L. S. (2006). **Recherche participante: altérité et communautés interprétatives**. Traduzido. Psicologia USP, 17(2), 11-41.

SCHWEBEL, D.F. **Trabalho doméstico, serviços domésticos**. IN. FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). O trabalho das mulheres. (Coleção Cadernos Sempre Viva) Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo: SOF, 1999. P. 62-71.

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA SEPAq/PA. **Estatística e desembarque pesqueiro do Estado do Pará/2008**. Disponível em:<<http://www.sepaq.pa.gov.br/>> . Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

SILVA, L. G. **Os pescadores na história do Brasil**. V. 1, Petrópolis: Vozes, 1988.

SIQUEIRA, Deis et. all., **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**. Revista Estudos Feministas, vol. 20, série 03, Florianópolis: UFSC, 2012, 817-837 pg.

SOUZA FILHO, P. W. M.; PARADELLA, W. R.. **Recognition of the main geobotanical features along the Bragança mangrove coast (Brazilian Amazon Region)** from Landsat TM and RADARSAT-1 data. *Wetl. Ecol. Manag.* 10. 2002. Pp. 123-132.

SOUZA JUNIOR, O. G. BOTELHO, M.A. S; SOUZA, F. R. M; SUZA, P. R. M. **A Cadeia Produtiva do Pescado na Microrregião do Salgado-pa e sua Participação no Índice de Desenvolvimento Humano Local.** In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e tecnologia. 2012. Anais de congresso. Pp. 1- 15.

SOUZA, M. A. A. **Instituições e o Desenvolvimento da Atividade Pesqueira Artesanal do Rio Grande do Sul.** In: 47º Congresso da sociedade brasileira de economia administração e sociologia rural. Porto alegre, 26 a 30 de julho, 2009. Apresentação oral. Itaquí-RS.

STRASSMANN, D. **A economia feminista.** IN: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.) *Economia feminina. Sempre viva Organização Feminista.* São Paulo: SOF, 2002. 104 p. (Coleção Cadernos Sempre viva). P. 24-43.

TRIP, A. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIEIRA, Norma. **Participação Juvenil na Pesca Artesanal da Vila de Bonifácio, Bragança, Pará.** Brasil. 2007. 78 p.il. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). UFPA, campus de Bragança, Bragança, p.70, 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

WOLF, M.; KOCH, V.; ISAAC, V. 2000. **Atrophic flow model of the Caete mangrove estuary (North Brazil) with considerations for the sustainable use of its resources.** *Estuarine Coastal Shelf Science* 50:789-803.

WOORTMANN, E. F. **Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em “comunidades pesqueiras” do Nordeste.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-61, fevereiro. 1992.

ANEXO A - FOTOS**ANEXO A - FOTOS DA PESQUISA**

Fotografia 1: instrumento utilizado para pesca chamado matapí (arquivo pessoal)



Fotografia 2: Curral na maré seca (arquivo pessoal)



Fotografia 3: Local onde são coletados os sarnambis, na maré seca (arquivo pessoal)



Fotografia 4: Reunião de planejamento na comunidade de Aricuru Maracanã (arquivo pessoal)



Fotografia 5: Entrevista com pescadora (arquivo pessoal)



Fotografia 6: Rede de caranguejo depois de cozida, esfriando para que possa ser catada (arquivo pessoal)



Fotografia 7: Processo de cozimentos dos caranguejos na “rede” com a quantidade de 100 (cem) caranguejos (arquivo pessoal)



Fotografia 8: Parte do processo de catação do caranguejo e separação de chamada massa e patas (arquivo pessoal)

ANEXO B - CARTA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS NO BRASIL²¹

Articulação Nacional de Pescadoras – Brasil, Maio de 2010

Situação das mulheres pescadoras no Brasil²²

Martilene Rodrigues ²³

Introdução - O Movimento das Pescadoras no Brasil

Já há algum tempo, nós pescadoras tínhamos nossas organizações locais nas comunidades, mas era muito frágil, pois não tínhamos muitos conhecimentos dos nossos direitos. Mas mesmo assim, nos encontrávamos em nossos próprios estados e discutíamos nossa situação, tanto na pesca como na vida, no dia-a-dia. Através desses encontros passamos a ver que tinha muita coisa errada, que nós não podíamos estar onde estávamos, sem buscar nossos direitos e nossos espaços. Foi quando em 2004, o Governo Federal através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca realizou um encontro das trabalhadoras da pesca, dentro da I Conferência de Pesca, que era oficial, do Governo. As mulheres organizadas nos estados se encontraram, e aí descobrimos que nossos problemas eram muito parecidos, até iguais.

Discutimos sobre como nossos territórios estavam sendo tomados pelos grandes empreendimentos, nossos espaços de moradia e de pesca estavam ameaçados e correndo risco de não serem mais nossos. E isso, que está acontecendo até hoje, afeta também a nós mulheres, pois estamos enfrentando dificuldades diárias para trabalhar desde quando nossos territórios são invadidos por projetos econômicos que destroem os manguezais, os mares, os rios e privatiza as terras onde vivemos.

²¹Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional das Pescadoras, realizado pela Articulação Nacional de Pescadoras de 04 a 08 de maio de 2010, Fortim-Ceará-Brasil

²²Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional das Pescadoras, realizado pela Articulação Nacional de Pescadoras de 04 a 08 de maio de 2010, Fortim-Ceará-Brasil

²³Coordenadora Nacional da Articulação Nacional das Pescadoras 3 Instituto Nacional do Seguro Social e Ministério da Pesca e Aquicultura

Abrimos nossos olhos em relação ao machismo dos presidentes das colônias, que negavam nossos direitos e não passavam as informações que tínhamos, por direito, saber. Descobrimos também o machismo de nossos maridos; e também que nós mulheres, temos uma grande sobrecarga de trabalho. Além de pescarmos, cuidamos da casa, dos filhos. Por exemplo, somos nós quem levamos os filhos ao médico e até para nossos próprios companheiros, somos nós quem marcamos suas consultas nos posto de saúde, e somos nós quem vamos para reunião das escolas de nossos filhos. Além disso, assumimos a responsabilidade pelos trabalhos comunitários.

Descobrimos também que os órgãos públicos como INSS e o MPA3 mostram muito preconceito em relação a nós mulheres. Para termos nossos direitos garantidos por esses órgãos temos que ter “cara” de pescadoras, não podemos aparecer como mulheres arrumadas, temos que estar sem pintura e sem roupa bonita.

No encontro de 2004, realizado pelo governo, nós exigimos que fosse composto só por mulheres pescadoras e que nossos debates e propostas fossem postos dentro do documento oficial da I Conferência de Pesca e Aquicultura, não só como memória como eles queriam, mas como resultado dos debates e demandas do movimento de mulheres pescadoras.

Depois disso, em 2006 nós fizemos o nosso encontro das mulheres pescadoras, feito por nós e com a nossa “cara”, e nesse encontro fundamos a ANP- Articulação Nacional das Pescadoras, daí avançamos na nossa organização. Começamos a conquistar nossos espaços e cada dia estamos mais fortalecidas, mais organizadas: avançamos nas discussões sobre nossos direitos.

Além das reivindicações do reconhecimento das mulheres pescadoras e do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, temos fortalecido o debate sobre a questão da saúde. No Estado da Bahia já está tendo um estudo sobre as doenças ocupacionais resultadas dos esforços das mulheres marisqueiras e a partir das reivindicações das mulheres, lá já se começa a desenvolver políticas voltadas para a saúde da mulher pescadora. Estamos também fortalecendo a discussão sobre as necessidades de políticas de melhoria da produção da pesca das mulheres que hoje não conta com investimentos públicos adequados e tem um mercado precário.

Outra questão que tem surgido com muita força é a necessidade de proteção às espécies que pescamos e de seguro social às mulheres que em alguns períodos do ano ficam impedidas de pescar. Estamos construindo uma pauta de reivindicação que busque uma solução junto ao governo para as necessidades de seguro defeso ou auxílio-marisco para as pescadoras.

A luta continua, já subimos alguns degraus, e temos muito ainda pra subir. Nós mulheres estamos atentas para nossos direitos e nos reconhecemos e lutamos para sermos reconhecidas como pescadoras. E como diz uma das nossas companheiras da ANP, Mentinha:

“Estamos nos dando as mãos, pensando em conjunto, e combatendo a violação dos direitos trabalhistas e previdenciários da mulher pescadoras do Brasil. Aprendemos a valorizar nossa imagem como mulher trabalhadoras do mar, do mangue, dos rios e do campo. Somos mulheres que decidem, mulheres determinadas. Dizemos não às desigualdades desse mundo em que vivemos, ao machismo empresarial que deixa as marcas da prostituição, das drogas e da destruição nas nossas comunidades tradicionais. Nossas comunidades são produtivas e importantes para segurança alimentar do mundo, mas nas políticas estão sendo trocadas, comercializadas sem sermos consultadas pelo poder publico, ou seja, ficamos à parte nessas negociações. Por isso precisamos pensar e agir mais sobre nossa vida como mulher e principalmente como pescadora. E isso depende do entusiasmo e da coragem de cada uma de nós.”

Principais problemas enfrentados pelas pescadoras do Brasil

Políticas desenvolvimentistas e avanço de grandes projetos econômicos privados (carcinicultura, turismo de massa, indústria de energia eólica, indústria petroleira, pesca industrial, complexos portuários etc) ameaçam os territórios e populações que vivem da pesca causando:

Privatização e destruição dos bens naturais como terra, águas, mangues etc.

Conflitos ambientais em muitos casos, alimentados pela violência contra os núcleos que resistem, e que causam “divisão” das comunidades, já que a chegada dos grandes empreendimentos é justificada nas promessas de melhoria, emprego e desenvolvimento e numa desvalorização das atividades tradicionais.

Ausência de participação das comunidades, especialmente das mulheres nas decisões sobre políticas e projetos para esses territórios.

Precarização dos serviços públicos básicos, fundamentais para a dignidade da comunidade como saúde, educação, saneamento e moradia, impacta diretamente na vida das mulheres que são responsabilizadas pelos cuidados domésticos.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“Escassez do peixe... Disputa pelas águas... Conseqüência disso é a insegurança alimentar, e quem mais sofrem na hora de botar a comida na mesa é a mulher. As decisões só têm valor se passar pelo pai, marido e presidente de colônia. Tem também o desconhecimento de direitos...”

“Os fazendeiros estão cercando as águas e impedindo acesso a terra pra trabalhar...”

“Muitos projetos que são nocivos à pesca, são apoiados pelos órgãos da pesca... como o Ministério da Pesca. Temos que encampar a importância da pesca artesanal nas políticas.”

“Na minha região os fazendeiros colocam cercas elétricas dentro das águas. Tem que ser garantido o direito de ir e vir: tem lugar que a gente não pode passar: na casa de doutores “num sei que”, de deputado federal “tal”...”

Falta de reconhecimento das mulheres pescadoras como profissionais que se manifesta:

No enfrentamento da desconfiança e discriminação dos órgãos públicos quando as mulheres buscam adquirir carteira de pescadoras (RGP -Registro Geral de Pesca) ou quando procuram os direitos previdenciários no INSS. Muitas vezes as mulheres são obrigadas a trabalhar mesmo doentes ou passam por muitas privações quando não podem pescar por problemas de saúde, porque o INSS não reconhece seus direitos. Além disso, enfrentam uma verdadeira “via crucis” para conseguirem aposentadoria ou outros benefícios sociais e direitos trabalhistas.

Na ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da pesca realizada pelas mulheres: não há investimento na pesca das mulheres nem no sentido de melhorar as condições de trabalho, nem a comercialização dos produtos pescados pelas mulheres. Existem muitos galpões de comercialização de produtos pescados pelos homens, mas para os produtos das mulheres isso é quase inexistente. As políticas de investimento existentes têm caráter desenvolvimentista e burocrático, sendo inadequados à realidade das mulheres e das comunidades.

Nas entidades de classe representativa dos direitos da categoria de pescadores: colônias, federações e confederação, onde as mulheres são pouco representadas e, além disso, são discriminadas quando buscam apoio dessas entidades para fortalecer a organização das mulheres pescadoras.

Quando nem as políticas públicas, nem nessas entidades de representação dos pescadores e pescadoras se desenvolvem processos de formação e informação das pescadoras sobre os direitos dessa categoria, tampouco das mulheres. Isso vulnerabiliza as pescadoras na hora de

exercerem seus direitos, pois ficam a mercê dos interesses dos presidentes de colônias e da ineficiência das políticas e órgãos públicos; seus direitos aparecem como benefícios dados por esses representantes, e muitas vezes as mulheres têm que pagar para terem esses direitos garantidos, seja com dinheiro, seja com apoio político aos grupos dominantes na elaboração e implementação das políticas.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“Sobre a saúde, o INSS não dá o direito e nem o reconhecimento das pescadoras: a mulher não pode ir arrumada para o INSS. Uma companheira teve tuberculose mamária e não teve os direitos garantidos pelo INSS, mas está proibida de trabalhar pelo médico... (é preciso) auxílio ou seguro marisco; fazer o INSS reconhecer as mulheres pescadoras... que não acredita (o INSS) que mulher pesca...; melhorar o mercado para a venda dos produtos das pescadoras: lá na beira mar tem mercado de peixe, caranqueijo, mas não tem marisco...”

“Todo mundo pode ficar doente, menos a pescadoras... quando chega na comunidade pra falar com as colônias, a porta já é fechada, porque os presidentes de colônia são machistas...”

“Falta infraestrutura para as mulheres, se tem as embarcações para os homens as mulheres precisam também de embarcações pra não ficarem dependentes dos homens. Porque os homens têm as embarcações e as mulheres são vistas só como ajudantes?”

“O machismo é muito grande onde a gente diz que é pescadora e tá lutando pelo direito das pescadoras, mandam a gente pra casa cuidar do marido e dos filhos, e muitas vezes as outras mulheres mesmo pensam até outras coisas... o presidente (de Colônia) só quer saber de cobrar, eles querem deixar a gente lá embaixo... tem um trabalho de “formiguinha”... a gente tá indo de “galho em galho.”

“os homens não aceitam que as mulheres sejam pescadoras. O homem só chama a mulher na hora de perguntar a idade e escolaridade dos filhos.”

Desvalorização da pesca exercida pelas mulheres como atividade profissional e importante para a vida das comunidades, para a sociedade para o meio ambiente.

Ausência quase total de estudos sobre as atividades das mulheres na pesca.

Desvalorização dos produtos que são pescados pelas mulheres. Não há nenhuma política ou interesse político em estudar, proteger e valorizar as espécies que são alvo das pescarias realizadas pelas mulheres.

Não existe nenhuma proteção social às pescadoras quando precisam realizar paradeiro de suas pescarias, seja pelos períodos de reprodução das espécies que pescam, seja por

fenômenos naturais, ou por impactos ambientais causados por outras atividades econômicas. Onde tem defeso das espécies alvo das pescadoras, é difícil acessar por conta da burocracia e do descaso com as necessidades das mulheres.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“Eles dizem que é um fenômeno da natureza: é como tudo o que existe na natureza.. no Rio Grande do Norte, temos um berço de marisco e a gente tirava de cinco monobloco de marisco e vinham outras amigas de outras regiões e aí a gente percebeu que não tinha mais... depois de um mês a gente voltou lá e encontrou eles bem miudinho e cada uma com sua consciência resolveu não pescar e fomos pro outro lado...”

“As mulheres trabalham sim, eu converso com todas as marisqueiras e quando ta no defeso do camarão elas não tem nem dez centavos...”

“Onde se tem benefício tem uma reclamação geral, que é a burocracia e a demora.”

“Precisa ter uma outra construção que precisa ser feita, porque não necessariamente é defeso. Não é só estudos, mas estudos em diálogos com as comunidades. São muitos mais ricos os estudos que a gente vem provocando e não somente o que a universidade pesquisa.”

Vulnerabilidades frente aos problemas advindos da atividade de pescar

Há uma ausência total de investimentos em tecnologias apropriadas para o exercício da pesca artesanal que reconheçam os conhecimentos milenares e as necessidades específicas das mulheres.

Articulação Nacional de Pescadoras – Brasil, Maio de 2010

Há uma ausência de políticas públicas de saúde voltadas para a categoria de trabalhadoras e trabalhadores da pesca, tendo em vista os impactos físicos decorrentes de atividades laborais repetitivas como no caso da mariscagem. Dentre as doenças citadas pelas mulheres estão: câncer de pele, cegueira, escamação, dor de cabeça, doenças de coluna, pulmonar, ginecológicas e vulnerabilidade aos animais peçonhentos.

As marisqueiras começam a trabalhar por volta dos sete anos de idade. Os instrumentos são rudimentares e tem riscos de acidentes. Tem também os riscos ergométricos ao carregar peso, comprometem a musculatura. Existe ainda a sobrecarga de trabalho com ritmo intenso.

Toda essa vulnerabilidade exige atenção específica, adequada à realidade, porém nem o Sistema Único de Saúde (SUS) nem o INSS reconhecem esses problemas.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“(Acontece) desrespeito no atendimento: quando as mulheres falam que são pescadoras já fica pra trás, pra depois ... falta de respeito dos médicos e do INSS.”

“Existe um problema da água doce onde a gente vive. Naquela água doce surge muitas doenças, a gente pega frieira devido à lama. Todo mundo só fala da água do mar, não sabe que a água doce também gera doença. ”

“No INSS quando a gente chega lá, principalmente se tem a pele mais clarinha e está arrumadinha, diz que a gente não tem cara de pescadoras...”

“Na região onde a gente mora, tem muitas comunidades... o INSS pede pra ver a unha, se tiver com a unha feita não é pescadora. ”

“O esforço de pegar uma mesa de ostra e levantar, sofre a pele, perdi o colo do útero. No INSS ele só me deu quinze dias depois da cirurgia pra tirar o útero...”

Organização política das mulheres pescadoras do Brasil

Desafios

Dificuldade de realizar mobilização pela ausência de recursos.

Dificuldade das mulheres nas comunidades se valorizarem como pescadoras.

Dificuldades que as mulheres enfrentam para fazerem a luta, tem que negociar com os companheiros, sair da comunidade, fazer representação e fala pública. Muitas vezes são impedidas pelos companheiros de fazer ação política, participarem até de reuniões nas localidades.

Articular-se e realizar alianças com outros movimentos como o movimento contra a reforma da previdência que coloca em risco muitos direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Debater outras questões importantes para as mulheres como a questão da violência doméstica.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“Isso deixa as mulheres pensando que seus direitos dependem só dos maridos.”

“Os homens não querem que a gente seja reconhecida como pescadoras. Conseguir uma aposentadoria para pescadora é muito difícil. Não pode pintar, fazer nada no cabelo. Dificuldade de conhecer os seus direitos. (É difícil) o cadastramento das mulheres como pescadora... principalmente se tem outra profissão... O maior desafio é não conhecer seus direitos já garantidos. Às vezes se tem, mas se intimida. Se não tiver garra, perfil e união, a gente não vai em frente...”.

Avanços

Realização de muitos encontros estaduais e locais ajudam as mulheres a perceberem sua situação a se reconhecerem como coletivo e a se fortalecerem na luta, na construção de argumentos, denúncias e processos coletivos de enfrentamento.

Aumento da autoestima e autoreconhecimento das mulheres pescadoras que se organizam ou participam de alguma forma das atividades do movimento.

Reconhecimento dos problemas enfrentados pelas mulheres pescadoras como reflexos das desigualdades de gênero.

Preocupação com em situar as problemáticas enfrentadas pelas mulheres no âmbito dos problemas referentes às ameaças aos territórios das populações tradicionais pelas políticas e projetos de desenvolvimento econômico predominante no país e no mundo.

Aumentou a participação política ativa das mulheres no movimento de pescadores e pescadoras.

Há uma maior, ainda que muito precise avançar, participação das mulheres nas direções das colônias e associações de pescadores e pescadoras

Há um maior conhecimento das pescadoras em relação aos seus direitos e uma maior consciência da necessidade de se garantir novos direitos, que dêem conta das especificidades das mulheres, tais como a questão da atenção às espécies alvo de suas pescarias, e necessidade de proteção quando precisam realizar paradeiro, assim como a necessidade de se colocar em pauta a questão das doenças ocupacionais.

Depoimentos das pescadoras durante o II ENP

“A gente primeiro precisa se conscientizar que somos pescadoras quando a gente cuida do material e trata de agregar valores. Acredito que vamos ter que brigar mais vezes com mais forças e mais coragem pra que eles entendam que nós somos pescadoras...”

“... a gente não pode perder os sonhos... e preciso acreditar senão, não adianta lutar. Vamos ocupar o Ministério da Saúde, vamos morar lá, fazer xixi e coco, vamos exigir nossos direitos; peixe é bom pra isso, peixe é bom para aquilo, mas o pescador e a pescadora?”

“O que se tem que fazer é trabalhar em uma política, justa pra que as pescadoras tenham direitos garantidos. Que os governos, os políticos concretizem as propostas que a gente tá encaminhando..”

“A questão da garantia dos territórios é pertinente, pois não adianta ter investimentos se não pode continuar a viver e trabalhar no seu local de manutenção e reprodução social que garante a cultura, o modo de ser e de fazer. Por outro lado, garantir investimentos garante a afirmação do modo de vida, aumentando a autoestima e a força de lutar para garantir o território.”

[propostas de bandeiras da luta da ANP] “Que o auxílio emergencial de inverno e eventuais desastres ecológicos sejam ressarcidos quando tiver prejuízo para as classes pesqueiras. Que o defeso seja também ampliado para as pescadoras de barragens e rios, açudes e lagoas. “

[proposta de bandeira da luta da ANP] “Fazer o INSS reconhecer os problemas de doenças ocupacionais das pescadoras, tais como: doenças de pele, câncer de colo de útero e pele, lepra, LER, coluna, vista e outras;”

“A autoestima cresceu ... nas colônias, nas associações as mulheres estão mais. Agora a gente não diz mais que é mulher de pescador, a gente é pescadora...”

ANEXO C - CARTA DE REPUDIO DA RTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS

8 DE ABRIL DE 2014

CARTA DE REPUDIO

Quiséramos nós, pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, que o ministério da Pesca fosse uma resposta à uma antiga demanda e desejo de que a pesca tivesse um tratamento justo e a atenção devida do Estado Brasileiro, dada a sua importância no país devido ao grande contingente populacional e a quantidade de águas, seja os 8 milhões e quinhentos mil quilômetros de costa, seja os 13% das águas doces do mundo, rodeadas do cuidado de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras, caiçaras, ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Durante o governo da presidenta Dilma, esse é o único ministério que teve, nos quatro anos de gestão, a troca de cinco ministros, nenhum escolhido a partir dos critérios de relação com o setor ou conhecimento sobre a pesca, especialmente a artesanal. Virou moeda de troca eleitoral para atender aos partidos de menor importância na dança das cadeiras e chantagens da base aliada. Assistimos, por vezes, a tomada de responsabilidade pelo ministério significar castigo para quem teve má atuação nas relações institucionais e a saída dele como promoção política.

O MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), diferente do desejo dos mais de 1,5 milhões de trabalhadores da pesca artesanal, atividade essa responsável por gerar trabalho para mais de 3,5 milhões de pessoas, segundo dados do próprio governo, virou um pesadelo na vida dos pescadores e pescadoras, dos cientistas e entidades envolvidas no setor, isso porque:

- Não é capaz, sequer, de emitir as carteiras dos pescadores e pescadoras artesanais, o RGP, documento necessário para desenvolver a atividade e para ter acesso a políticas sociais. Esse processo piorou bastante em relação à época em que era assumido pela SUDEPE ou pelo IBAMA. Nos últimos 10 anos, várias vezes foram suspensas a emissão do primeiro registro trazendo danos aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Foi ignorada a proposta do Movimento para a regionalização dos escritórios do Ministério da Pesca. Estados como o Pará possuem apenas um escritório e o acesso a este direito fundamental passa a ser instrumento de exploração e extorsão dos pescadores e das pescadoras;

- Mesmo as pescadoras tendo conseguido avançar na garantia do reconhecimento das várias atividades da cadeia produtiva da pesca, desenvolvidas principalmente pelas mulheres na lei 11.959 de 2009, fruto de um amplo processo de mobilização, o ministério até hoje se nega a reconhecer estes direitos impedindo o acesso destas mulheres ao RGP, o que dificulta o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, não reconhece a produção das mulheres nas estatísticas e não tem ações de políticas estruturadas para contemplar a demandas das pescadoras;

- Este ministério tem como perspectiva negar a pesca artesanal e para isto não construiu uma política digna para este setor, apenas fragmentária, distribuiu migalhas para algumas áreas com pouco ou nenhum dialogo com as comunidades e sem garantir as condições de funcionamento e assistência técnica, acaba ficando sobre os pescadores e pescadoras o peso do fracasso das políticas pouco dialogadas.

- Na perspectiva da negação, pararam de realizar a já ruim estatística de pesca que não contabilizava toda produção da pesca artesanal, mas, ao menos, era uma referencia mínima para o país, instrumento para a gestão da pesca. Cientistas se pronunciaram sobre o prejuízo e crime de estarmos por quase 10 anos sem ter informações sobre o comportamento e mudanças das espécies. É uma irresponsabilidade política para a produção de conhecimento e o futuro da biodiversidade do país. Desta forma, a pesca artesanal, que quando tinha estatística, chegava a quase 70% da produção do pescado, passou, a partir dos dados projetados, a responder apenas por 45% da produção. O objetivo é forçar um crescimento artificial da aquicultura empresarial que visa se desenvolver nas mesmas áreas onde trabalham milhares de comunidades tradicionais, do Oiapoque ao Chui.

- A criminalização dos pescadores, colocados como falsos, é a principal bandeira do ministério, que com sua politicagem tem favorecido o fisiologismo e a corrupção.

- O ministério da Pesca tem feito ingerências e usado de publicação de portarias e instruções normativas para favorecer setores pelegos da categoria, ferindo o suado e conquistado direito dos trabalhadores à livre associação e autonomia sindical. Quer forçar os pescadores a se filiarem a uma única organização e as colônias a forçadamente se submeterem à confederação nacional dos pescadores que não representa os interesses da categoria e ainda está disposta a negociar os direitos em troca de dividendos eleitorais;

- A falta de implementação da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e a exclusão da sociedade civil do processo de ordenamento tem gerado graves prejuízos para a pesca. Publicações de portarias de regulação, inconsistentes, prejudicam principalmente a pesca artesanal;

- Assistimos nos últimos anos a morte do Estado laico. O ministério foi aparelhado pela bancada evangélica e ser de uma igreja passou a ser o critério para a indicação dos superintendentes nos estados. É comum receber orações e ter que ouvir discursos religiosos nas audiências.

- Desde sua criação, primeiro como SEAP, depois MPA, vimos o ministério priorizar a aquicultura sempre com o interesse voltado para a exportação. Assim, o ministério pende a balança desde a estrutura, quantidade de funcionários, investimentos em projetos e pesquisa e carreamento de recursos para a aquicultura empresarial. Inaugurou a política que está privatizando os corpos d'águas públicas, desta forma estão publicando editais públicos de áreas do mar, dos rios e lagos onde existem comunidades que as usam tradicionalmente. E todo esse processo é feito sem consulta, consentimento ou qualquer audiência pública.

Assistimos o genocídio das comunidades pesqueiras com toda a sorte de grandes projetos de aquicultura, energéticos, minerários, de turismo e já entendemos que o MPA é o instrumento que coroa este processo ao não dar resposta, criminalizar e sucatear os poucos processos que funcionavam e interferir com violência na livre organização.

REPUDIAMOS ESTE PROCESSO E EXIGIMOS UM TRATAMENTO DIGNO, UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RESPEITO A ALTURA DA IMPORTÂNCIA CULTURAL, SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DOS PESCADORES E PESCADORAS PARA O PAÍS.

Assinam este documento:

1. MPP – MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS

- | | |
|---|---|
| 2. COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS - CONFREM, | 8. Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE |
| 3. Cooperativa dos Pescadores Artesanais da RDS Ponta do Tubarão - Macau | 9. Associação de Moradores e Pescadores de A-Ver-o-Mar - Sirinhaém/PE |
| 4. Colônia dos Pescadores Z 04 de Natal | 10. Colônia dos Pescadores Z - 10 de Itapissuma/PE. |
| 5. Associação dos Pescadores e Pescadores de Macau - APPM. | 11. Colônia dos Pescadores Z - 14 de Goiana/PE |
| 6. Associação dos Pescadores e Pescadoras da Praia de Carne de Vaca - Goiana/PE | 12. Colônia dos Pescadores Z - 15 de Atapuz - Goiana/PE |
| 7. Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE | 13. Colônia dos Pescadores Z - 25 de Jaboatão dos Guararapes/PE |
| | 14. Colônia dos Pescadores Z - 08 do Cabo de Santo Agostinho/PE |

15. Colônia dos Pescadores Z - 12 de Porto de Galinha - Ipojuca/PE
16. Colônia dos Pescadores Z - 06 de Barra de Sirinhaém - Sirinhaém/PE
17. Colônia dos Pescadores Z - 07 de Rio Formoso/PE
18. Colônia dos Pescadores Z - 05 de Tamandaré/PE
19. Colônia dos Pescadores Z - 09 de São José da Coroa Grande/PE
20. Colônia dos Pescadores Z - 22 de Barreiros/PE
21. Colônia dos Pescadores Z - 18 de Lagoa do Carro/PE
22. Colônia dos Pescadores Z - 23 de Petrolândia/PE
23. Colônia dos Pescadores Z - 26 de Itacuruba/PE
24. Colônia dos Pescadores Z - 27 de Belém do São Francisco/PE
25. Colônia dos Pescadores Z - 29 de Floresta/PE
26. Colônia dos Pescadores Z - 31 de Serrita/PE
27. Colônia dos Pescadores Z - 35 de Cabrobó/PE
28. Colônia dos Pescadores Nossa Senhora Aparecida -Serra Talhada/PE
29. Colônia de pescadores -74 de PIOXII - MA
30. Sindicato dos Pescadores de Cururupu - MA;
31. Sindicato dos pescadores de Rosário - MA
32. Sindicato de pescadores de Icatú- MA;
33. Associação dos pescadores de Cedral – MA;
34. Colônia de pescadores de Santa Helena – MA;
35. Sindicato dos Pescadores de Igarapé do meio – MA;
36. Comunidade de Cucurnã – PA
37. Comunidade Juá – PA
38. Comunidade São Brás – Santarém – PA
39. Associação de Pescadores de São Sebastião da Boa Vista - PA
40. Colonia de pescadores/as Z-41 Oriximina - PA
41. Colonia d pescadores/as Z-19 Obidos - PA
42. Colonia de pescadores/as Z- 66 Curuá- PA
43. Colonia de pescadores/as Z- 42 Juruti- PA
44. Conselho de pesca da região de Cametá, Z- 52 Aveiro - PA
45. Nucleos de base do Marcanã, Mararu, Mapiri, Area Verde todos ligados a Colonia de Pescadores/as Z- 20
46. Santarém.
47. Associação de Pescadores da Pesca artesanal- ASSEPEAPA- PI
48. Colônia Z-7 de Ilha Grande - PI
49. Sindpesca de Parnaíba - PI
50. Associação de Moradores e pescadores da Pedra do Sal - PI
51. Associação de Manjubéiros da Pesca Artesanal- PI
52. Associação de Moradores e pescadores de Rancharia - PI
53. Associação dos Moradores do Sitio Jardim- AMSJ - CE
54. União dos Pescadores da Caponga- UNIPESCA - CE
55. Associação dos dos Pescadores de Morro Branco - CE
56. Associação dos Moradores de Barra Velha - CE
57. Associação dos Pescadores do Batoque - CE
58. Associação dos Moradores e Pescadores agricultores de Capim Açú e Barro Preto - CE
59. Aassociação de moradores da Emboaca -CE
60. Associação dos Pescadores, Artesãs, Marisqueiras e Barraqueiros da Vila da Volta - CE
61. Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba- ACOMOTA – CE
62. Associação dos Pescadores e Pescadoras Frutos do Mar – Santo Amaro - BA
63. Associação dos Pescadores e Pescadoras de Ponta de Souza – Maragogipe - BA
64. Associação dos Pescadores e Moradores de Bananeiras – Ilha de Maré - BA

65. Associação dos Pescadores de Angolá – Maragogipe -BA
66. Associação dos Remanescentes de Quilombo Salamina do Putumuju- BA
67. Conselho Quilombola de Maragogipe - BA
68. Conselho Quilombola de Ilha de Maré - BA
69. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Boqueirão – São Francisco do Paraguaçu - BA
70. Associação dos Remanescentes de Quilombo da Cambuta – Santo Amaro - BA
71. Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz – Santo Amaro - BA
72. Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe- Santo Amaro - BA
73. Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto de D. João – BA
74. Associação de Pescadores e Apicultores de Casa Nova- BA
75. Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso – APPR – BA
76. Associação de Pescadores de Sento Sé – BA
77. Associação de Pescadores e Pescadoras de Juazeiro – BA
78. Associação de Pescadores de Pescadoras de Conceição de Salinas – BA
79. Associação de Pescadores e Pescadoras de São Tomé de Paripe – BA
80. Associação Mãe da RESEX de Canavieiras - AMEX
81. Colônia Z-51 de Santa Cruz de Cabrália – Ba
82. Colônia Z-49 de Pilão Arcado- BA
83. Colônia de Pescadores Z-04 de Ilha de Maré - Ba
84. Associação de Pescadores do Veleiro - BA
85. Associação de Pescadores de Barra Velha – BA
86. Associação de Pescadores de Cumuruxatiba – BA
87. Associação de Remanescente de quilombo de Batateira – BA
88. Associação dos Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos – BA
89. Associação de Pescadores e Pescadoras de Caravelas - BA
90. Associação de Pescadores e Pescadoras da Ilha do Marinheiro - RGS
91. Associação de Pescadores de Sepetiba – RJ
92. Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR -RJ
93. Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba – RJ
94. Associação dos Pescadores da Baía de Sepetiba - RJ
95. SINPESCA – RJ – Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro
96. Associação de Pescadores e Pescadoras de Conceição da Barra – ES
97. Associação dos Pescadores do Pontal – Marataízes - ES
98. Associação de Pescadores de Serra – ES
99. Associação de Pescadores de Jacaraípe – ES
100. Federação das Associações de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores do ES
101. Laboratório Socioambiental do Centro de Estudos do Mar (CEM/UFPR)
102. Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado e do Direito: interações sociedade e meio ambiente - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
103. Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Ba – CEPEDDES
104. Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
105. Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional
106. CPT REGIONAL BAHIA
107. Caritas Regional NE III
108. Comissão de Justiça e Paz - Macau
109. AGB Associação dos Geógrafos Brasileiros GT Ambiente
110. Fórum Carajás – MA

111. ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista
112. AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia - Salvador - BA
113. Grupo Ambientalista Comunitário - Grupo Verde Cucurunã.- Santarém -PA
114. Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG
115. Fórum Suape Sócio Ambiental
116. Movimento Ecosocialista de Pernambuco
117. Blog Combate Racismo Ambienta
118. Bicuda Ecológica
119. Francisco José (Franzé) - UEFS/DCBio/LETNO - BA
120. Tarcísio Quinamo - pesquisador da Fundaj, Recife-PE
121. Lígia Albuquerque de Melo - Pesquisadoras da Fundaj- PE
ancioso
122. Eliana Conde B. Leite - Engenheira agrônoma, Colaboradora voluntária no processo de criação da Reserva
123. Extrativista Marinha de Itaipu - Niterói - UC estadual de 2013- RJ
124. Laura Rougemont - pesquisadora (IPPUR/UFRJ e Coletivo ENCONTTRA) - RJ
125. Sebastião Fernandes Raulino, professor, pesquisador - RJ
126. Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Coletivo Memórias do Mar)
127. Marcelo Apel - Educador Popular
128. Diosmar M. Santana Filho - ativista e pesquisador
129. Tania Pacheco - ativista e pesquisadora
130. Alice Nataraja Garcia Santos (doutoranda bolsista CNPq, Universidade de Tübingen, Alemanha
131. Natalia D. Tadeu (pesquisadora)
132. João Batista da Silva - Geógrafo Ruben siqueira, sociólogo, da comissão pastoral da terra / Bahia
133. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa
134. René Schärer, Amigos da Prainha do Canto Verde
135. Fátima Massena - Universidade Federal Rural de Pernambuco
136. José Augusto Laranjeiras Sampaio - Professor da Universidade do Estado da Bahia e Pesquisador - Associado do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro - UFBA
137. Carlos Alberto Pinto dos Santos - Carlinhos - - CONFREM
138. Erika de Almeida -Oceanóloga -Msc Gestão Social e Desenvolvimento Territorial
139. Igor Moreira - Advogado - CE

ANEXO D - CARTA DO IV ENCONTRO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS

Nós, mulheres pescadoras, vindas de 14 Estados do Brasil, contando com a presença de companheiras de outras organizações apoiadoras, estivemos reunidas nos dias 25 a 29 de Agosto de 2014, em Pontal do Paraná-PR, onde, fraternalmente acolhidas pelas companheiras deste lugar, pudemos avaliar a nossa caminhada, discutir as problemáticas consequentes do sistema capitalista e patriarcal atual que atormentam as nossas vidas. Mas, também pudemos construir estratégias e projetar perspectivas para a continuidade de nossa caminhada conjunta. Vivenciamos a experiência de comercialização e resistência das comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná e Matinhos.

Expericiamos a força de nossa organização, como mulheres, no contexto de ameaça à vida provocada pelo atual modelo de desenvolvimento econômico no Brasil e reafirmamos nossa identidade de mulheres pescadoras e nosso compromisso na luta em defesa dos nossos territórios com os nossos direitos fundamentais garantidos, tais como: saúde das trabalhadoras da pesca e política integral de saúde da população do campo, das florestas e das águas; direitos trabalhistas e previdenciários.

Vendo-nos, agora, ainda mais fortes e comprometidas com as causas do povo lutador, solidárias com as mulheres do campo e da cidade, vítimas do sistema político e econômico, degradador da vida, sobretudo das populações empobrecidas, aqui tornamos público os desafios, perspectivas e repúdios diante do que aprofundamos e vivenciamos juntas nestes dias.

Entre os nossos principais desafios, destacamos: Regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras; Efetivação dos direitos trabalhistas conquistados; Identificação, reconhecimento e tratamento das doenças ocupacionais da trabalhadora da pesca; Legítimo atendimento do SUS às mulheres pescadoras, garantindo-lhes o direito constitucional à saúde; Eliminação da discriminação-racismo institucional presente nos órgãos governamentais, como: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura);

Respeito ao direito à livre associação, conforme garantido na Constituição Federal;

Tais desafios nos encorajam a continuar com a nossa articulação para superarmos os obstáculos que estão sendo colocados em nossa caminhada de mulheres pescadoras merecedoras do digno respeito à vida.

Diante disto repudiamos a política desenvolvimentista do governo que promove os grandes empreendimentos em detrimento da vida, cultura e trabalho de nossas comunidades. REPUDIAMOS e DENUNCIAMOS, em particular, a política pesqueira atual que trabalha de modo a extinguir a pesca artesanal e concede apoio privilegiado a pesca e aquicultura empresariais e industriais que acabam com os recursos pesqueiros e privatizam nossos territórios.

REPUDIAMOS, também, a forma como o governo respondeu ao convite de se fazer presente em nosso encontro, sendo que solicitamos o comparecimento de representantes dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e da previdência Social que pudessem discutir conosco questões de nível nacional e nos foram enviados representantes de nível local e estadual que não deram conta de cumprir com a função demandada.

Somos uma organização nacional de mulheres que estamos questionando a política nacional e propondo soluções, a exemplo da Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais pesqueiras. O cúmulo deste descaso foi o fato do representante do MPA, que desconhecendo a nossa organização e o assunto a ser abordado, chegou ao ponto de trazer de brinde aventais e bíblias, como se isto fosse de nosso interesse ou necessidade.

Como perspectivas na continuidade de nossa luta, ERGUAMOS as seguintes bandeiras de luta: Defesa de nossos territórios tradicionais pesqueiros; Efetivação dos Direitos trabalhistas e Previdenciários; Reconhecimento das doenças ocupacionais das trabalhadoras da pesca artesanal; Criação do defeso para as espécies pesqueiras trabalhadas pelas mulheres e garantia do seguro defeso para as mesmas.

Em memória de Chandrika Sharma, importante defensora dos direitos das mulheres da pesca artesanal, e dos nossos ancestrais, continuemos em frente, até que todas mulheres pescadoras artesanais tenham seus direitos garantidos e efetivados e a pesca artesanal seja livre das imposições do agro e hidro negócios.

NO RIO E NO MAR – PESCADORAS NA LUTA
NOS AÇUDES E BARRAGENS – PESCANDO LIBERDADE
HIDRONEGOCIO – RESISTIR
CERCAS NAS ÁGUAS – DERRUBAR

ANEXO E: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PESCADORAS/MARISQUEIRAS**Aspectos socioeconômicos**

Nº da entrevista _____

Entrevistadora: Marcella C. Ever de Almeida

Data: __/__/__

Comunidade: _____

Endereço: _____

Idade: _____ anos

Estado civil: _____ A quanto tempo?: _____

Escolaridade: _____ Está satisfeita com esta? () Sim () Não

Você gostaria de estudar mais? () Não () Sim

Em caso afirmativo: Por que não estuda? _____

Quantidade de filhos: _____ Idades deles: _____

Lugar de Origem: _____ Ano da mudança: _____

Condições de vida e moradia

Residência própria: Sim () Não ()

Caso sim, como tiveram aquisição desta: INCRA () Compraram () Outros ()

Tipo de infra-estrutura e serviços públicos disponíveis:**Saneamento Básico:**

Presença de banheiro com fossa: Sim () Não ()

Qual o destino dos resíduos sanitários: _____

Há coleta de lixo?

() Sim. Com que frequência? _____

() Não. Qual é o destino do lixo? _____

Origem da água: Encanada () Poço Artesiano () Poço Normal () Buscam em outro lugar ()***Levantamento dos aspectos físicos da residência******(Questões para observação)*****-Tipo de casa:** Alvenaria () Barro () Madeira () Outros ()**-Tipo de telhado:** Barro () Amianto () Cimento () Palha () Outros ()

-Tipo de piso: Lajota () Cimento() Barro() Outros()

Infraestrutura e serviço da comunidade no geral
(colocar quantidade nos parênteses)

A comunidade possui:

- Escolas ()
- Serviço de atendimento a saúde () que tipo:
- Serviço de segurança Pública () que tipo:
- Serviço de tratamento de à Água e esgoto ()

Esses serviços atendem as necessidades (cada um)? Se não, por que?

Atendimento em saúde

- Em caso de necessidade de atendimento a saúde, quem o faz?
- O que você acha do serviço público de saúde local?

Divisão sexual do trabalho no espaço doméstico

- Quantas pessoas vivem na sua casa?
- Quantos trabalham?
- Quantos estudam e quais as series e idades?
- Quem sustenta a casa?
- Você trabalha?
- Você desenvolve alguma atividade para aquisição de renda?
- O dinheiro que você ganha é importante para o sustento da casa? Por que?
- As tarefas domésticas (lavar, arrumar, cuidar, eliminar o lixo, buscar agua...) são de responsabilidade de quem?
- O cuidado com os filhos é responsabilidade de quem? Por que?
- Caso você pudesse reorganizar a divisão de tarefas como você faria?
- Na sua ausência quem se responsabiliza pela casa e pelo cuidado dos filhos?
- Você acha que existe um tratamento diferenciado na sua casa de acordo com sexo? Se sim, quais as diferenças?
- Descreva o seu dia desde quando acorda até ir dormir.
- De modo geral como você descreveria sua vida em relação ao trabalho?

- De modo geral como você descreveria a vida de seu companheiro em relação ao trabalho?
- Você se sente dependente de seu companheiro? Se sim, que tipo de dependência?
- Você se sente dependente de seus filhos? Se sim, que tipo de dependência?
- Você teria condições de se manter sozinha atualmente caso fosse necessário?
- No seu tempo livre o que você faz?
- Você gosta de ser mulher? Por que?
- O que você tem vontade que se realize daqui pra frente na sua vida?

Processo de trabalho

- Em relação as atividades q você desenvolve para aquisição de renda. Os homens na comunidade também desenvolvem esta atividade? Por que?
- Há quanto tempo você desenvolve esta atividade?
- Você gosta do que você faz? Por que?
- Antes de desenvolver esta atividade você fazia o que?
- Você já fez algum curso ou treinamento para desenvolver esta atividade?
- Como ocorre a aquisição e venda dos produtos?
- O que você acha que falta para melhorar nessa atividade?
- Você é associada a Associação de usuários da RESEXMAR? Caso não, por que? Caso sim desde quando e o que você buscava quando se associou?
- Você é associada a colônia de pescadores? Caso não, por que? Caso sim desde quando e o que você buscava quando se associou?
- Conseguiu o que desejava ou acha q vai conseguir?
- Você já teve acesso a algum direito enquanto pescadora/marisqueira?
- Você acha que os homens têm mais facilidade no acesso a direitos enquanto pescadores? Se sim, por que você acha que isso acontece?
- Quais as dificuldades dessa profissão? O que mais te incomoda nela?
- O que é bom nessa profissão?
- Você já precisou de algum amparo relacionado a doença de trabalho? E conseguiu?
- Já ouviu falar em CAT?

- Você tem o Registro Geral Pesca (RPG)?

Percepção sobre o processo de saúde / adoecimento

- Como está a sua saúde?
- Você tem alguma queixa de doença relacionadas ao trabalho? Você sente algum desconforto durante o desenvolvimento do trabalho? Se sim, o que você acha que tem no seu trabalho que leva ou pode levar a ficar doente?
- Quais as queixas sobre condições de saúde relacionadas ao trabalho que você nota nas outras pescadoras?
- O que você acha que poderia tornar seu trabalho mais saudável?
- O que você acha que precisa para que isso aconteça?
- Quando as mulheres procuram atendimento para o tratamento de doenças relacionadas ao trabalho elas tem sucesso no tratamento? E com os homens é diferente?
- Você acha sua jornada (tempo de trabalho) excessiva? Se sim qual deveria ser essa jornada?

ANEXO F: ROTEIRO PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO (PARA OBSERVAÇÃO)

Espécies pescadas e/ou beneficiadas	Melhor período para cada espécie	Pontos de captura	Acesso ao local de trabalho (transporte)	Forma de organização para o trabalho (1)	Como se dá a relação trabalhista (2)	Instrumentos utilizados no processo de trabalho	De quem são os instrumentos de trabalho e acesso a estes	Condições do local de trabalho	Identificação de cargas de trabalho	Elos da cadeia produtiva	Quais procedimentos do processo de trabalho

(1) Cooperativado; Associação; Sozinho; Familiar;

(2) Assalariado; Conta própria; Diarista; outros;

ANEXO G: ROTEIRO DE ENTREVISTA
PERGUNTAS PARA OS TRABALHADORES DA SAÚDE

- Como funciona o sistema de saúde local?
- Quais as principais queixas de adoecimento das mulheres na comunidade?
- Quais as principais queixas de adoecimento dos homens na comunidade?
- Quais as causas desses agravos a saúde na sua opinião?
- Algumas destas você acha que está relacionado ao processo de trabalho? Quais? Por que?
- Qual é o principal encaminhamento de tratamento dado a estas?
- Como você descreveria o sistema de saúde local?